

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

DIRECTORES: Paes de Andrade, Klinger, Goes Monteiro e T. A. Araripe

SECRETARIO: H. Castello Branco -- GERENTE (interino): T. A. Araripe

ANNO XVII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1931

N. 205

EDITORIAL

UNIFICAÇÃO DO EXÉRCITO

O carácter nacional que definiu a insurreição dos brasileiros contra o regimen político extinto, trouxe como consequencia, por um determinismo geographico irremissivel, a divisão das forças revolucionarias em tres agrupamentos, autonomos em sua actuação, embora unificados pelas mesmas aspirações: o exercito do norte, do sul e do centro.

Separados uns dos outros por immensas extensões territoriaes, a que a pobreza das comunicações emprestou maior significação estrategica, esses agrupamentos, particularmente os dois primeiros, tiveram de agir em theatros de operações independentes, só apresentando de commun os ideaes, por cuja realização seprehendera a campanha sob a direcção suprema do presidente do Rio Grande do Sul.

Deflagrada a chamma que incendiaria os sentimentos civicos das populações desamparadas do sertão, e as massas conscientes mas desanimadas do litoral e dos pampas, — vimos desenhar-se a cooperação militar do grande movimento em linhas perfeitamente symetricas com a imagem do levante popular, gravitando a acção das forças do Exercito em torno dos nucleos centraes de direcção, a cuja frente se encontravam os leaders revolucionarios dos diferentes sectores, attrahidas as tropas regulares pelo imenso poderoso da unidade nacional.

A força centripeta que actuou sobre os militares de terra impellindo-os para os círculos regionaes da revolução, si teve no momento a vantagem de permitir, desde o inicio da luta, o aproveitamento de suas aptidões technicas, com as quaes se apurou a efficiencia bellica das massas desarticuladas dos patriotas, dotando-as de cohesão e disciplina, — acarretou por outro lado a ruptura dos laços organicos que mantinham a unidade do Exercito, ainda agora dividido em

terços isolados, apresentando até certo ponto as características da autonomia regional. Não temos propriamente um exercito, senão varios nucleos mais ou menos importantes de forças armadas, sobre os quaes se reflectem igualmente tanto a autoridade efectiva do ministro da Guerra, quanto a ascendencia moral indiscutivel dos chefes que os conduziram á victoria.

Ora, os inconvenientes militares desse estado de cousas resaltam aos olhos de qualquer observador e a correcção que a situação está a exigir figura, por isso, entre as mais urgentes medidas que, no editorial do numero passado, indicámos, como necessarias á reintegração das forças de terra no enquadramento de sua vida normal.

A acção militar revolucionaria está terminada desde o momento em que se constituiram os novos orgãos governativos, da União e dos Estados, a cujo cargo se encontra a penosa tarefa de reconstituir a machina administrativa do paiz, libertando-a da entrosagem inutil e completando-a com as peças exigidas para seu melhor funcionamento, por essa forma preparando o terreno á cooperação directa do povo na escolha das instituições nacionaes.

O Governo provisorio reveste-se de todas as características de estabilidade e exercita suas funções segundo um estatuto que dá a seus actos o cunho de perfeita legalidade, apoiados, de resto, moral e materialmente, por toda a nação.

As forças de terra podem, por conseguinte, passada a convulsão, a que se associaram em obediencia ao appello do povo, voltar ás suas funções normaes, retomando sua actividade propria, razão mesma de sua existencia, afim de reparar com urgencia os estragos causados em sua organização pelo despedaçamento dos laços disciplinares, e de restabelecer a cohesão entre todos os seus elementos componentes. — officiaes, gra-

O MARECHAL JOFFRE E O MARNE

(Do fecho da MANOBRA DO MARNE DO CEL. DEROUGEMONT)

A batalha do Marne constitue certamente uma victoria estrategica.

De facto, em summa, se as forças se equilibravam na frente dos III e IV Exercitos franceses, os VI e IX estavam ainda em situação delicada e obrigados a recuar. Contudo nesse interím o Exercito britanico e o V Exercito penetravam como uma cunha, de modo irresistivel, entre os Exercitos alemaes da ala direita e forçavam todo o dispositivo inimigo a bater em retirada. A estrategia superior do Alto Commando frances, a despeito de alguns revezes tacticos, proporcionou-lhe a Victoria.

Isso demonstra que em uma batalha dessa envergadura, os executantes não devem deixar-se influenciar pelos revezes locaes de que são testemunhas ou actores. Devem agarrar-se ao terreno com o resto de energia, restabelecer-se mais atras se forem recalados, mas conservando a confiança e resistindo, resistindo até o extremo.

Da sua tenacidade só pode depender a victoria no ponto decisivo e escolhido pelo commando em chefe.

Na França tem surgido polemicas, cujo echo chegou até aqui e que contestavam ao Marechal Joffre a gloria de ter alcançado a victoria do Marne, ao mesmo tempo que se pretende atribuir o merito a esse ou aquelle subordinado.

Para uns o papel decisivo coube ao General Gallieni lançando o exercito Maunoury contra o flanco de von Kluck; para outros ao General Foch resistindo inflexivel ao S. dos pantanos de St. Goud; para terceiros, mesmo, ao General Serrail por ter prendido sua direita a Verdun. Isso chegou a tal ponto que um dia, o Marechal Joffre, interrogado a respeito, respondeu humoristicamente: "Vereis que daqui a tempos, serei o unico que nada fez".

E' preciso, na verdade, não ter idéa alguma sobre o modo porque se exerce o Commando de um grupo de Exercitos, estendido sobre tal frente, para sustentar esses argumentos.

Não se commandam Exercitos como se fossem batalhões e o General em Chefe não pôde

duados e soldados — condição indispensavel de sua efficiencia.

E essa obra é tanto mais urgente quanto do restabelecimento da cohesão e disciplina do Exercito, depende o valor do concurso que elle pode prestar na sustentação do novo regime, que ajudou a instituir.

As medidas que indicámos no editorial do nosso ultimo numero, como complemento ás providencias já postas em pratica pelo Ministro da Guerra, conduzirão, em prazo relativamente curto, as nossas forças de terra ao enquadramento de suas occupações normaes, fazendo renascer nos corpos de tropa a faina salutar da instrução, em normas de perfeita disciplina, e nas repar-

estar simultaneamente em toda a parte. Seu papel é de organizar a manobra estrategica, collocar os Exercitos nos lugares convenientes, regular-lhes a composição e a missão e lançar o signal do ataque. Porém, uma vez empenhada a batalha, resta-lhe apenas ceder a vez, no tocante á execução, aos Commandantes de Exercito; tanto melhor se estes, no quadro da missão que receberam, derem prova de clarividencia, iniciativa e energia; é de seu direito e dever, e sé obtiverem sucesso, isso provará que o Commandante em Chefe soube escolhêlos e que a confiança nélles depositada era justificada.

E, além disso, ha cousa mais grave e mais elevada que os detractores esquecem: é a questão das responsabilidades, das terríveis responsabilidades que pesam sobre os hombros do homem que, no momento decisivo para a sorte da Nação, diz a todos os soldados: "Amanhã não mais se recuará; far-se-á meia volta e se atacará" o inimigo". Se a manobra fracassasse, se a batalha fosse perdida, mesmo unicamente por falta commetida por um subordinado, seria a esse Commandante de Exercito que o governo e o paiz responsabilisariam? Não, será o Commandante em Chefe que deu a ordem o unico responsável. E, portanto, justo que, em caso de exito, a gloria lhe caiba, completa e integral, por ter assumido essa responsabilidade.

Sabios hellenistas demonstraram q' varios aedos contribuiram para escrever a Illia e que outros foram os autores da Odysséa, posterior de meio seculo. Nada impede que Homero, mais genial dentre elles, fique eternamente na memória dos homens, como o pae immortal dos dois poemas.

Assim o Marechal Joffre, qualquer que tenha sido o talento de seus logares-tenentes, permanecerá, na posteridade, o vencedor da batalha do Marne, por si mesma considerada como o typo classico de manobra estrategica, rapidamente concebida, cuidadosamente preparada e desencadeada no momento opportuno.

tições e estabelecimentos o curso regular do trabalho, num ambiente de confiança e camara-dagem, que fortaleça os estremecidos fundamentos da hierarchia, sem a qual não ha instituição militar á altura do seu destino. E o primeiro passo para a realização dessa obra de restauração urgente será o restabelecimento da unidade do Exercito, collocado sob a autoridade unica do Ministro, Secretario de Estado para os Negocios do Exercito e pessoa da confiança do chefe da Nação. O provimento effectivo dos cargos de commandantes das regiões militares, abrangendo o territorio que a situação actual exigir, facilitará a entrada franca das forças de terra no regime da normalidade profissional e trará maior tranquilidade a governantes e governados.

A missão das Classes Armadas

Para maior diffusão, no Exercito, das partes doutrinarias dos discursos proferidos no almoço da officialidade do Exercito e da Marinha, em 2 de Janeiro, publicamos a seguir os seus trechos mais importantes e que dizem respeito á missão das classes armadas.

Do discurso do Chefe do Governo Provisorio, extrahimos:

O BRASIL NOVO

A velha alma da raça renasce fortalecida por sadio idealismo constructor e todos os cidadãos dignos desse nome solicitam que se lhes indique o sector onde devem combater ou trabalhar pela segurança ou pela prosperidade da Republica.

Realizada a obra saneadora, restauradas as finanças, o governo voltar-se-á, com especial carinho, para o problema da efficiencia militar das forças armadas, procurando resolvê-la, proveniente-as do material indispensavel, de accordo com as exigencias da technica moderna, e empregando os maiores esforços pela criação e desenvolvimento, no paiz, das industrias de guerra, condição essencial dessa efficiencia. Paralelamente, não se esquecerá de remodelar os quadros existentes, aperfeiçoando-os, de modo que o Exercito e a Marinha possam assumir, confiantes, a responsabilidade absoluta da defesa nacional.

FORÇAS ARMADAS E A POLÍTICA

As velhas aspirações do Exercito e da Armaada serão attendidas, cumprindo aos seus officiaes manterem-se affastados da luta dos partidos, silenciosamente, trabalhando em prol do preparo militar da nação, e abandonando para sempre o papel ingrato de postulantes de vantagens que a lei lhes assegura, por confiarem nas disposições garantidoras de classificações merecidas e promoções justas.

O momento exige desinteresse, sacrificio, renuncia e ninguem ha melhor correspondido a esses sentimentos do que as forças armadas, bastando citar-se, como exemplos a attitude patriótica da Junta Militar, entregando o paiz ao governo civil, e o facto dos officiaes amnistiados não terem recebido os vencimentos em atraso.

A NECESSIDADE DE ORDEM E SEGURANÇA INTERNA

No quadro generalizado da reconstrução moral e material da nação, ao Exercito e à Marinha caberá função de grande relevo á restauração financeira e o desenvolvimento economico do Brasil, constituem, em substancia, problemas para a administração, mas para que esta se possa exercer com firmeza e continuidade, precisamos de ordem e segurança interna.

A certeza dessa segurança, criando atmosfera propicia de tranquillidade, manter-se-á pelo apoio integral das classes armadas, como reflexo da vontade e das aspirações do povo bra-

sileiro. A officialidade do Exercito e da Marinha deve tambem compenetrar-se do espirito revolucionario, isto é, do espirito de renovação que almeja reconstruir o paiz, sob a pressão de novos moldes, á luz dos modernos ideaes, conscientemente convencidos de que revolução não é revolta, quasi sempre acompanhada do indefectivel surto de attitudes pessoaes, visando unicamente satisfazer interesses ou appetites proprios. Para o nosso caso, revolução, é antes de tudo transformação, esforço para tornar latentes novas energias sociaes, que fortaleçam o regimen depauperado, impondo moralidade absoluta e justica perfeita.

O ÉLO QUE DEVE LIGAR AS FORÇAS ARMADAS

Confraternizados Exercito e Marinha, unificada a actividade das duas classes, sob o influxo do mesmo ideal, alteando-se ao mesmo tempo os seus officiaes acima dos partidos, para melhor exercerem o seu nobre sacerdocio civico, terão desempenhado, nobremente, o papel que lhes cabe, na obra grandiosa da restauração nacional.

* * *

Trascrivemos do discurso do Sr. General Tasso Fragoso, os seguintes trechos:

Não sei de profissão que sobreleve á nossa cultura dos impulsos mais nobres e generosos. Graças ao amparo material que a Nação nos administra, toda ella se exercita numa atmosfera de trabalho, de modestia e de renuncia, que nos põe em condições de guardar uma attitude digna e serena, tão isenta de ambições quão rica de desprendimentos. As tarefas profissionaes estimulam o nosso ardor na labuta quotidiana e a nossa fé no porvir. Sendo a defesa da Patria o assumpto perene de nossas cogitações, não admira logremos pairar num ambiente elevado, estranho ao tumultuar de certas paixões inherentes ás agitações politicas communs.

Diz-se que nosso destino é matar e que semelhante propósito logo relega para segundo plano, se acaso os não exclue totalmente, os sentimentos mais nobres.

O SOLDADO E A PATRIA

Sem duvida a vida da Patria reclama por vezes o sacrificio da nossa e da do adversario, mas tal sacrificio constitue excepção na linha continua e intermina do tempo. Ademais disso o instincto destruidor não dispõe de energia para imperar sózinho de modo permanente e a prova é que o soldado fraterniza, depois da luta, no proprio campo de batalha, e prodigaliza ao adversario todo o conforto moral e material que só corações generosos e bem formados são capazes de proporcionar.

Em virtude de nossa missão e do modo por que exercemos nossa actividade, vivemos atentos aos mais leves extremecimentos do paiz, de que somos a guarda de eleição. Sentimos por instincto quando elle precisa da Marinha e do Exercito e reclama urgentemente os nossos serviços. Nessa conjectura unimo-nos inconscientemente, cerramos as nossas fileiras, enfei-

xamos as nossas energias e quedamo-nos promptos para lhe retribuir com uma migalha de dedicação a somma incommensurável de conforto que delle temos recebido.

DESTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Mas as revoluções são acidentes na vida dos povos; equivalem a crises momentâneas inevitáveis que convém superar com a maxima rapidez. Não basta destruir: é indispensável e urgente reconstruir. Por isso disse Bolívar:

"Debalde as armas destruiram a tyrannia se não se estabelecesse uma ordem política capaz de reparar os estragos da revolução..." O sistema militar é o da força e a força não é governo".

A obra da reconstrução põe um problema tremendo e de grande responsabilidade aos que assumem a direcção do paiz depois de passada a tormenta. É-lhes indispensável uma atmosphera de serenidade e de segurança para reflectir, deliberar e remodelar tudo no sentido das idéias que impulsionaram a vaga de assalto revolucionária.

É então que a ordem se impõe de novo como condição primacial de verdadeiro progresso, e que a missão normal das forças armadas novamente se reaffirma como factor insubstituível para proporcionar o surto do novo regimen.

Sentindo com absoluta nitidez o imperativo dessas verdades, não temos cessado de propugnar a nossa confraternização, esquecendo as divergências anteriores, aparando as rebarbas dos ultimos atritos e apertando os laços da camaradagem entre marinheiros e soldados, afim de que possamos todos juntos prestar ao paiz o inestimável serviço que espera de nós e que lhe facultará sair redimido e melhor do abalo a que não pôde furtar-se.

AS ASPIRAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS

Não aspiramos a outra coisa mais do que a prosegui em nossa missão e viver no ambiente restricto de nossas preocupações profissionaes. Passada a refrega, urge retomar o velho caminho, reconstituir o que foi abalado pela crise, vigiar cuidadosamente a disciplina e persistir no antigo trabalho, para que a união de outrora e a fé confortadora floresçam de novo em nossas fileiras.

Não temos ambições políticas nem devemos tel-as. A historia dos outros paizes e a nossa própria historia mostram as desillusões que as forças armadas recolhem inevitavelmente quando, traindo a sua missão sagrada, infiltram em seu seio o mais terrível germen da dissolução. Sem dúvida, pôde um militar exercer funções de supremo mando, mas deverá fazel-o como delegado de confiança de seus concidadãos e nunca como representante da sua classe.

Se é gloria para um paiz ter um exercito e uma marinha dignos de o defender, nunca será gloria para essas duas instituições guardar dominado pelas suas armas o paiz que nelas havia confiado, como asseguradoras da sua liberdade.

O DESPOTISMO MILITAR

Ainda assim todos os grandes guerreiros que se viram, máo grado seu, envolvidos na política,

sairam curtindo maguas e deixando aos camara-das futuros a mais preciosa das advertencias.

E' a vida desses militares que deveremos tomar como fonte de inspiração em quadras de perturbação social.

Vêde, por exemplo, Simón Bolívar, o heroico e brilhante general a cuja espada invencível deve grande parte do nosso continente a sua libertação: cuja vida, no dizer de Blanco Fambona, "aparece como uma tempestade de metralha soprando do cimo dos Andes e como um passeio triumphal de vinte annos pelas capitais da America do Sul.

Não é o despotismo militar — dizia elle perante a Assembléa reunida em Caracas a 2 de Janeiro de 1814 — o que pôde fazer a felicidade de um povo, nem o mando que obtenha poderá jámais convir á Republica a não ser temporariamente. Um soldado feliz não adquire nenhum direito para commandar a sua patria; não é o arbitro das leis nem do governo; é o defensor da sua liberdade. Suas glórias devem confundir-se com as da Republica, e sua ambição ficar satisfeita quando alcançar a felicidade de seu paiz..."

Annos depois, falando perante a Assembléa de Colombia (Outubro de 1821), exclama:

"Sou o filho da guerra, o homem que os combates elevaram á magistratura; a fortuna sustentou-me neste apoio e a victoria confirmou-o.

Porém, não são estes os titulos consagrados pela justiça, pela sorte e pela vontade nacional".

"...Um herem como eu é um cidadão perigoso em um governo popular, uma ameaça imediata á soberania nacional. Quero ser cidadão, para ser livre e para que todos o sejam. Prefiro o titulo de cidadão ao de libertador, porque este promana da guerra e aquele das leis".

Não é outro o pensamento de San Martin quando, depois de conceber e executar a sua campanha libertadora do Chile e de juntar-se em seguida aos chilenos para libertar o Perú, logra proclamar, em Lima, a 28 de Julho de 1821, a independencia desta Republica.

Entregando á Assembléa Constituinte peruviana, reunida em Maio de 1822, as insignias do commando e expressando seus adeuses, disse o immortal guerreiro argentino:

"A presença de um militar afortunado, por maior que seja seu desprendimento, é temível para os Estados que novamente se constituem".

Eolveu sereno á sua Patria, sem que nada o demovesse da resolução que havia tomado.

DEODORO E FLORIANO

Vêde ainda Deodoro preferindo renunciar o posto a garantir com o sangue de seus compatriotas a sua permanencia nesse. Meditae-lhe a historia e verificareis que só escapou ás garras da politica interesseira, no extremo lance, graças ao seu entranhado patriotismo.

Vêde, finalmente, Floriano resistindo a tentações para usurpar o poder e affastar o seu substituto legal. Ao dominio do militarismo preferiu a serenidade de sua consciencia e o prazer de entregar-se "á educação dos filhos, orphãos ha cinco annos dos cuidados paternos" como elle dizia.

Poderia continuar os exemplos, mas bastam os citados para retemperar as nossas decisões e esclarecer-nos nesta emergencia.

Episódios da vida do 1º Regimento de Artilharia

Contribuição do general reformado João Borges Fortes

A MANOBRAS DE D. PEDRITO

Em princípios de Outubro de 1907 o Primeiro Regimento de Artilharia fez seguir para D. Pedrito duas baterias afim de tomarem parte na defesa da praça, de acordo com o programma que fôrta organizado no Quartel-General da 3.ª Brigada de Infantaria.

Commandava a guarnição de D. Pedrito o capitão Cassiano Pacheco de Assis, commandante tambem do 32º Batalhão de Infantaria.

Com o seu batalhão, e as duas baterias de artilharia, commandadas pelo capitão Jonathas Borges Fortes e o 1º tenente Raphael de Faria Corrêa, sem subalternos, um pelotão de cavalaria improvisado e armado com elementos civis, devia a praça defender-se de uma investida que lhe seria levada pelas seguintes unidades:

30º Batalhão de Infantaria.

Corpo de transporte, armado como cavalaria.

2 baterias de artilharia,

estas forças viriam pela estrada de S. Gabriel.

11º Batalhão de Infantaria.

Um esquadrão do 8º Regimento de Cavalaria, vindo de Livramento.

Estava organizada esta manobra de larga envergadura e já iniciado o seu desdobramento, quando o general Menna Barreto teve de ir assumir o comando da 2.ª Divisão, deixando o da Brigada que com tanto proveito vinha instruindo.

As operações prosseguiram. A cidade de D. Pedrito preparou-se para receber o ataque. Levantou trincheiras nos pontos adequados, organizou linhas sucessivas de defesa, destacou avançadas vigilantes numa fiel interpretação de seu papel e com a competencia que fazia honra ao commandante da defesa, o hoje general Cassiano de Assis, official invejável por sua capacidade e ilustração.

Se a defesa foi o que acabo de dizer, o ataque foi sua acabada antítese: foi um fracasso.

As forças atacantes não tiveram commando; cada direcção fez o que entendeu, sem um plano prévio, sem reconhecer as posições ocupadas pela defesa, sem preparo pela artilharia, sem orientação, sem sombra de princípios táticos.

A rotina, a ignorância, a preguiça, o desamor profissional caracterizaram o ataque. Fez-se uma ridícula encenação, uma barulheira infernal para gastar cartuchos de fuzil, tantos que houve quem esgotasse a munição antes de alcançar um objectivo qualquer; a artilharia fez fogo para cumprir a ordem de provocar ruído...

E uma hora depois da hora H, a que devia marcar o inicio da mais importante operação de guerra, a investida de uma praça fortificada, embora ligeiramente, o coronel commandante da Brigada, o director da manobra, mandava os clarins tocarem alvorada, dando por terminada a operação, vencida a defesa e cabalmente desenvolvido o thema da manobra...

Os arbitros, de ambos os partidos, protestaram contra a decisão do director, porém sua re-

solução foi irrevogável; a disciplina impunha acatamento á sua autoridade.

Acatada embora, nem por isso a *doutrina de guerra* seguida nas operações foi accepta e a critica, exercida nos acampamentos e na barraca do proprio coronel, quando este reunii os arbitros para relatarem suas opiniões, foi percutiente: o director, que as circunstâncias deram á manobra, com a sua incapacidade, fez desperdiçar tanto esforço util, tanto trabalho proveitoso, forçou o abandono de uma oportunidade rara de aprendizagem de princípios e praticas de guerra, transformou uma lição sadia numa *chinfrineira* sem qualificação.

Lamentamos todos que o general Menna Barreto não estivesse presente, pois que então as coisas teriam tido outro aspecto. A manobra teria sido um fecho magnifico ao que até aqui fizera o general pela instrucção de sua Brigada.

Não bastou ao coronel o desastre que ahi expuzemos. A população da cidade, por seus órgãos representativos convidou, logo após o encerramento das *hostilidades*, a officialidade para um ligeiro repouso nas salas de uma sociedade local, e ahi, depois de hospitaleiro agasalho, um orador apresentou as boas vindas aos seus patrícios militares, com o mais requintado cavalheirismo e terminou por transmittir a todos os officiaes o convite para um baile que a população offereceria essa noite aos seus hóspedes, como uma homenagem.

Como responderia o coronel a tão fidalgio acolhimento? Respondeu imediatamente que não viria e que a officialidade faria o mesmo!

Quando terminou a sua grosseira allocução, um official do 1º Regimento de Artilharia assomou ao extremo da sala e declarou em tom firme e energico que a officialidade de seu Regimento sentia-se grata, e compareceria toda ao baile que era tão delicadamente oferecido á sua classe. E logo seguiu-se igual declaração da officialidade do Corpo de Transporte. A do 30º de Infantaria veiu apoz essa, acompanhando-a o do esquadrão do 8º Regimento de Cavalaria. A officialidade do 32º não precisava fazer declaração alguma pois que os seus officiaes eram parte integrante da população da cidade. Do 11º Batalhão não havia official presente; conhecido o surprehendente facto, o então capitão Carlos Arlindo, commandante do batalhão, mandou levar a seus companheiros a declaração de solidariedade de seus commandados na attitude por elles assumida.

E nessa noite D. Pedrito teve uma festa esplendida! O coronel teria dormido em paz com uma coisa que, dizem, elle nunca tivera: consciencia.

O NOVO MATERIAL

Foi no decurso do anno de 1908 que chegou ao quartel do 1º Regimento o novo canhão de tiro rapido, modelo de 1905, que se destinava a substituir o 7,5 aligeirado com que estavam armadas as nossas baterias.

E' perfeitamente opportuno fazer agora uma revista retrospectiva de nossa artilharia de campanha.

Notas dispersas em meu poder desde muitos annos e colhidas quando era meu proposito escrever a historia do veterano Regimento dizem:

"As baterias 2^a e 3^a (Commandantes cap. Hermes e cap. Gama) sahiram em Outubro de 1864 sob o commando do Tenente-Coronel Mallet, para a guerra contra a Republica do Uruguay levando 8 canhões-obuzes calibre 14.

"As baterias 4^a e 5^a (commandantes cap. Trajano de Oliveira e cap. José Silva) levando tambem 8 canhões-obuzes de calibre 14, seguiram para Bagé em Março de 1865 e dahi foram para Livramento, incorporando-se á Divisão David Canabarro.

Estes canhões-obuzes tinham alma lisa.

Em Uruguayan foram recebidas 6 boccas de fogo La Hitte, de fabricação francesa.

Em S. Borja foram entregues mais 6 peças La Hitte, calibre 12, fundidas no Rio de Janeiro.

A 17 de Novembro de 1864 chegava ao acampamento o capitão Luiz Fernandes de Sampaio com 33 praças do 1º Batalhão de Artilharia e um parque de artilharia La Hitte.

A munição dessa artilharia foi, então, considerada de pessima qualidade."

Tenho ainda um apontamento dizendo "que o 1º Regimento, por occasião do sitio de Humaytá, substituiu alguns de seus canhões ligeiros por grossas peças de sitio e todos sabem que papel representa a artilharia em tais operações."

No exercito brasileiro figuravam canhões La Hitte de tres procedencias. Adquiridos na França, na Hespanha e fabricados no Arsenal da Corte.

As baterias vindas da Europa eram compostas de 6 peças de calibre 4 e 3 carros manchegos, conduzindo cada armão 28 tiros e o carro 84. Um dos carros manchegos conduzia munição de armas portateis.

As baterias de fabricação nacional tinham 6 carros manchegos, em vez de 3.

O calibre da artilharia La Hitte era medido não pelo diametro da boca, como se faz hoje na artilharia de campanha, nem pelo peso real do projectil, porém, pelo numero de libras que este pesaria se fosse esferico.

O diametro da boca do canhão era de 0,0865 ms.: o raiamento, de passo constante, era composto de seis raias helicoidaes.

O projectil cylindrico-ogival tinha 2 calibres de comprimento e pesava 3,670 kg.

A carga de polvora correspondia a cerca de 1/7 do peso da bala, pesando 550 g. de polvora negra, a unica conhecida nessa época.

O peso do canhão era de 300 kg. e a peça era arrastada por 4 animaes.

Empregavam-se tres projectis: o shrapnel, (4.450 g.) a granada, (3.700 g.) e a lanterna (5.000 g.) até a distancia de 500 metros.

O alcance efficaz era entre 3.000 e 3.600 ms. sendo de grande effeito sobre tropas a 2.500 metros.

Foi com esses La Hitte que o Regimento regressou do Paraguai.

Em 1880, como já disse anteriormente, o 1º Regimento recebeu a primeira bateria de canhões Krupp, calibre 8 e já descrevi tambem o doloroso accidente que marcou a experienca inicial dessa bateria.

Não disponho em minha biblioteca de elementos que me permittam detalhar mais alguma coisa sobre esse material. Aliás isso não será difficult para quem compulsar a Instrucção Severiano ou o Manual do Aprendiz Artilheiro.

O que se pôde affirmar sem sombra de duvida é que o Krupp 8 não satisfez aos desejos dos officiaes de artilharia, por esse tempo, mau grado os resultados da guerra de 70.

A condição que se reputava indispensavel a um canhão de campanha para o Exercito brasileiro era a da maxima mobilidade, sem prejuizos das mais favoraveis condições balisticas a que fosse possível attingir.

Um canhão pesado estava condemnado irremediavelmente. A natureza e aspecto das guerras do continente relegavam a artilharia a um plano aparte das operaçoes de campanha e a artilharia que não pudesse acompanhar a infanteria pelo paiz sem estradas ou a cavallaria nas suas rapidas locomoções, era o que um inolvidavel chefe militar, figura predominante na guerra do Paraguai, official que fôra de cavallaria, intitulava um *trambolho*.

O canhão Krupp 8 foi estudado e em sua substituição surgiu o 7,5 aligeirado, especialmente fabricado para o Brasil e sob um *caher de charges* estipulado pelos technicos do nosso paiz.

Substituindo o antiquado La Hitte e a bateria 8, o 1º Regimento recebeu, em 1882 ou 1883, as suas seis baterias Krupp, 7,5 aligeiradas.

Com esse material fez-se a campanha de 1893-1895. Exercitando-se no seu emprego, o Regimento juncou as campinas da Invernada com as suas granadas e shrapneis.

São bem conhecidos os dados technicos desse canhão para que precisemos aqui alinhá-los.

Um precioso livro foi sobre elle escrito pelo projecto Jorge dos Santos Almeida — Regulação da alça do canhão Krupp, 7,5; monographia completa sobre o canhão e seu emprego tactico e que pôde ser consultado, por quem tiver de completar esta apagada noticia.

Após um tão largo periodo de trabalhos, de 1882 a 1906, os nossos canhões estavam em pessimo estado.

Já havia um novo typo de artilharia de campanha, em uso noutros regimentos de nossa Patria, o canhão Krupp, 7,5,C/28 e o velho Primeiro continuava com os seus arruinados canhões de tantos annos.

Foi quando começaram a chegar para substituir a esses, outros canhões do mesmo typo retirados dos Regimentos que tiveram a distincção de receber o Krupp C/28.

Ingenuidade...

Se as velhas peças, os desmantellados armões do 1º Regimento estavam em pessimo estado, não eram melhores as condições dos que vinham chegando, salvo a apparencia, pois vinham muito limpinhos e reparados com pintura nova.

Com elles fomos para os exercicios de tiro de guerra, no campo da Invernada.

O resultado dos tiros era desolador: não se podia prevêr o effeito de um disparo, quer em alcance, quer em precisão de impacto. Era um disparo de peça e um disparate de effeito...

O commandante do Regimento (cap. Martins Pereira) organizou uma commissão para estudar o assumpto e apresentar relatorio sobre elle.

Fiz parte dessa commissão. O relatorio foi remettido em tempo para a Direcção Geral de

Artilharia e jámais teve solução. A artilharia 7,5 aligeirada já era coisa do passado. Não valia perder tempo com ella. Os paredros da arma, naquela cathedral technica, estavam com suas atenções volvidas para o tiro *rapido*, material moderno, perfeito e que sob o nome de canhão de campanha Krupp, 7,5 C/28 T. R. mod. 1905 devia em curto prazo desbancar não só o aligeirado como o modelo 1895.

Chegou enfim a nossa vez...

Em fins de 1907 e principio de 1908, davam entrada no quartel do nosso regimento tres baterias de canhões Krupp de tiro rapido.

Na maioria dos officiaes era intenso o desejo de conhecer de perto o novo material, estudal-o, leval-o ao campo de tiro, experimental-o no fogo; mas a rotina se oppoz.

Allegava o commandante (*) que não havia acto oficial de entrega do material á unidade, formalidade burocratica de grande peso em certos espíritos, principalmente daquelles a quem falha a iniciativa: o material era inteiramente desconhecido pela officialidade e as instruções, até então usadas, não tinham a latitude necessaria para ser empregado o canhão.

Esse mesmo commandante instava por pedir a nomeação de um instructor para vir familiarizar a sua officialidade com o material que o Regimento tivera a felicidade de receber.

A attitude do commandante foi vigorosamente combatida pelos seus officiaes, que, embora não conhecessem de perto o novo canhão, se sentiam com o preparo necessário para estudal-o e tornarem-se os instructores de seus commandados, quanto acompanhavam com dedicado interesse os progressos de sua arma, pari-passu.

Estavamos nesse impasse quando chegou um novo major para o 1º Regimento. Era o major Antonio de Medeiros Germano, distinto official que serviu mais de uma vez na legendaria unidade e que, me parece, ali jurara bandeira.

Espirito de admiravel equilibrio, intelligente, preparado e com um largo e brilhante tirocinio militar, o major Germano impoz-se logo como factor fundamental na campanha que se vinha travando pela restauração dos fóros do nosso regimento.

Sumiram-se os obices, desapareceram os pretextos, e com o commandante Germano á frentre de seus officiaes, lá fomos para a Linha de Tiro general Menna Barreto, onde o Krupp T. R. mod. 1905 passou a ribombar com frequencia.

REORGANIZAÇÃO DO EXERCITO.

O OCCASO DO VELHO REGIMENTO ..

A reorganização geral do Exercito foi decretada em 4 de Junho de 1908, sob moldes que alteravam profundamente tudo quanto se referia aos velhos regimentos e batalhões.

(*) Este commandante não era o capitão Martins Pereira, que passara a um superior o cargo que tinha desempenhado interinamente. Este capitão tambem destoava da opinião do comando. E' preciso dizer isto para não ferir sua memoria com uma injustiça.

S. Gabriel ia ser a sede de uma Brigada Estrategica, a Quarta, cujo commandante, mais tarde foi o general Firmino Lopes Rego.

No decurso de Fevereiro chegou á sede da futura Brigada o então major Alberto Cardoso de Aguiar, chefe do Estado Maior e que ia preparar a organização da nova grande unidade, dentro das instruções que baixaram com o Aviso n. 69, de 14 de Janeiro de 1909.

O commandante da 4.ª Brigada Estrategica chegou a S. Gabriel na tarde de 9 de Março desse anno e, horas depois, era distribuida a primeira ordem do dia de creação da grande unidade, com detalhadas instruções para a organização das suas unidades componentes, que deviam ser imediatamente postas em vigor.

Essas instruções completas e perfeitas tinham sido elaboradas pelo competentissimo major Alberto de Aguiar, enquanto se aguardava a vinda do general, e reflectiam a capacidade invulgar do notável chefe do Estado Maior da Brigada.

O 4.º Regimento de Artilharia já havia feito, na tarde de 8, apresentar no quartel do Primeiro, duas de suas baterias, em desempenho das instruções de 14 de Janeiro.

Por estas desapareceria o Regimento de Bagé, e creava-se um Grupo de Artilharia a Cavallo, com as duas baterias que ali ficaram.

O "Primeiro" dava as suas duas primeiras baterias para constituir o 17º Grupo daquella arma e que teria Alegrete para ponto de estacionamento.

As baterias 3.ª e 4.ª do Primeiro, com as duas vindas de Bagé, iriam formar um novo regimento de artilharia de campanha, integrante da Quarta Brigada Estrategica.

Conduzindo as baterias que iam para o 17º grupo, seguiu o capitão Rafael de Faria Correia.

A noite de 9 de Março foi de afanosa actividade.

Para a organização dos tres grupos do 4º regimento, que deveria começar a sua existencia dentro de poucas horas, trabalhámos porfiadamente os quatro unicos que se achavam nos seus postos, no quartel da velha unidade:

Capitão João Borges Fortes.

Capitão Francisco Olympio Correia.

1º Tenente Pedro Manta.

1º Tenente Ascendino José Jorge (addido).

Estava prescripto o occaso do heroico Primeiro Regimento, o regimento da artilharia-revolver de Mallet o regimento modelo de Filinto.

Rasgava-se a tradição, despedaçava-se uma legenda de gloria da Patria, matava-se o espirito alentador da corporação, extinguia-se aquelle titulo que era um galardão e um estimulo — O PRIMEIRO REGIMENTO DE ARTILHARIA — para fazer desse patrimonio a herança de um novo regimento, em holocausto á rigidez de uma numeração que, passado prazo muito rapido, nada mais significaria, desapareceria por sua vez.

Obcessão dos reformadores...

O Primeiro Regimento de Artilharia tinha de sumir-se no occaso.

As paginas escriptas com o sangue dos bravos filhos da unidade veterana estão esculpidas em ouro na Historia de nossa Patria e não ha leis, decretos ou instruções que as possam apagar.

Os exemplos de civismo, de disciplina e de amor ao Exercito que foram a escola inspiradora do Regimento, vivem na lembrança dos que por elle passaram ou testemunharam a sua existencia.

As ironias do Destino...

Foi a mim que a sorte reservou a tarefa tristissima de escrever a ultima Ordem do Dia do meu regimento...

A mim, que tinha por aquella unidade o amor estremoso de um filho dedicado.

Era um dever... penoso, porém, que teria de ser cumprido.

E foi derramando lagrimas de dôr, lagrimas de sangue, brotadas do fundo de meu coração, que tive de escrever aquella ordem do dia, a derradeira, que ainda humida e quente foi lida em formatura geral de officiaes e praças do Regimento, que se sumia no occaso da existencia, todos elles, presas da mesma angustia, chorando de commoção e tristeza...

O Primeiro Regimento...

RESURREIÇÃO

No mesmo opportuno momento, quando em obediencia ás leis fataes da evolução desaparecia o Primeiro, surgia para uma vida ephemera o 4º Regimento de Artilharia Montada, que substituiria aquelle e que deveria ser o depositario do patrimonio das tradições e o herdeiro das glorias do legendario antecessor.

INVOCACÃO

Ao encerrar estas pallidas notas e que eu quizera tivessem a vibração de um hymno, sobre episodios da vida do immortal Regimento, é para o Quinto Regimento de Artilharia Montada que se volve o meu espirito e se dirigem as minhas expressões finaes.

A ti, Quinto, fronde reflorescente do velho tronco, sepultado pela lei, immortal, porém, porque não se apagam da Historia os nomes de Moron, Paysandú, Tuyuty e Humaytá e, para tecer essas corôas de glorias o velho tronco contribuiu com as flores rubras de seu sangue e com os louros de suas victorias.

Immortal é o Primeiro, que na paz foi exemplo de resignação á disciplina, de dedica-

ção ao trabalho profissional, de perseverança no dever.

Immortal, quando escudava os anseios de liberdade e de justiça clamados pelos negros num dia e pela população inteira do paiz, no dia seguinte, quando se debatia por fundar um regimen que viria a ser o da ordem e do Progresso.

Immortal ainda quando dava o todo e o melhor de seus esforços para consolidar esse regimen, cooperando com Floriano e Julio de Castilhos na lucta empenhada contra os reaccionarios que tentavam destruir a Republica.

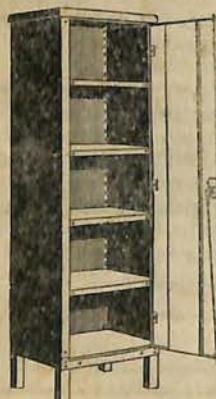
O seu glorioso titulo, — Primeiro Regimento de Artilharia — passou a um irmão, nobre e digno como elle.

A fama legendaria, os seus laureis, a gratidão da Patria, não lhe poderiam ter sido arrebatados.

A ti, Quinto, veio a caber a missão de cultuar essa fama, conservar doirados os florões de gloria, accumular o quinhão de reconhecimento que a Patria jubilosamente tributa aos seus servidores devotados.

Como o Primeiro Regimento de outr'ora, queiras esforçar-te por ser o primeiro em desembarcante o inimigo, o primeiro disposto a derramar o sangue pela honra da Patria; o primeiro na resignação ante os obstaculos que se levantem para a tua marcha para o futuro; forte na guerra, disciplinado na paz, olhando com serenidade os bons e os máus dias, sacrificado hoje na inepcia de um mau commando, para rebrilhar amanhã sob a direcção de um grande chefe; devotado na tua missão de não recear a guerra, preparado para ella, como na de disseminar a luz e o civismo aos teus patrios que penetrarem os portões de teu quartel; tu, Quinto Regimento, continúa a trilhar a luminosa estrada do teu honrado predecessor, o Primeiro de Artilharia.

Lembra-te desse passado, evoca essa tradição, sempre e por toda parte aonde levares o symbolo sagrado de nossa Patria, — o pavilhão auriverde e constellado do Brasil.



Archivos e Armarios de aço "Berloy" para escriptorios, repartições publicas, collegios, hospitaes, clubs sportivos, associações de soccorros mutuos, etc, etc.

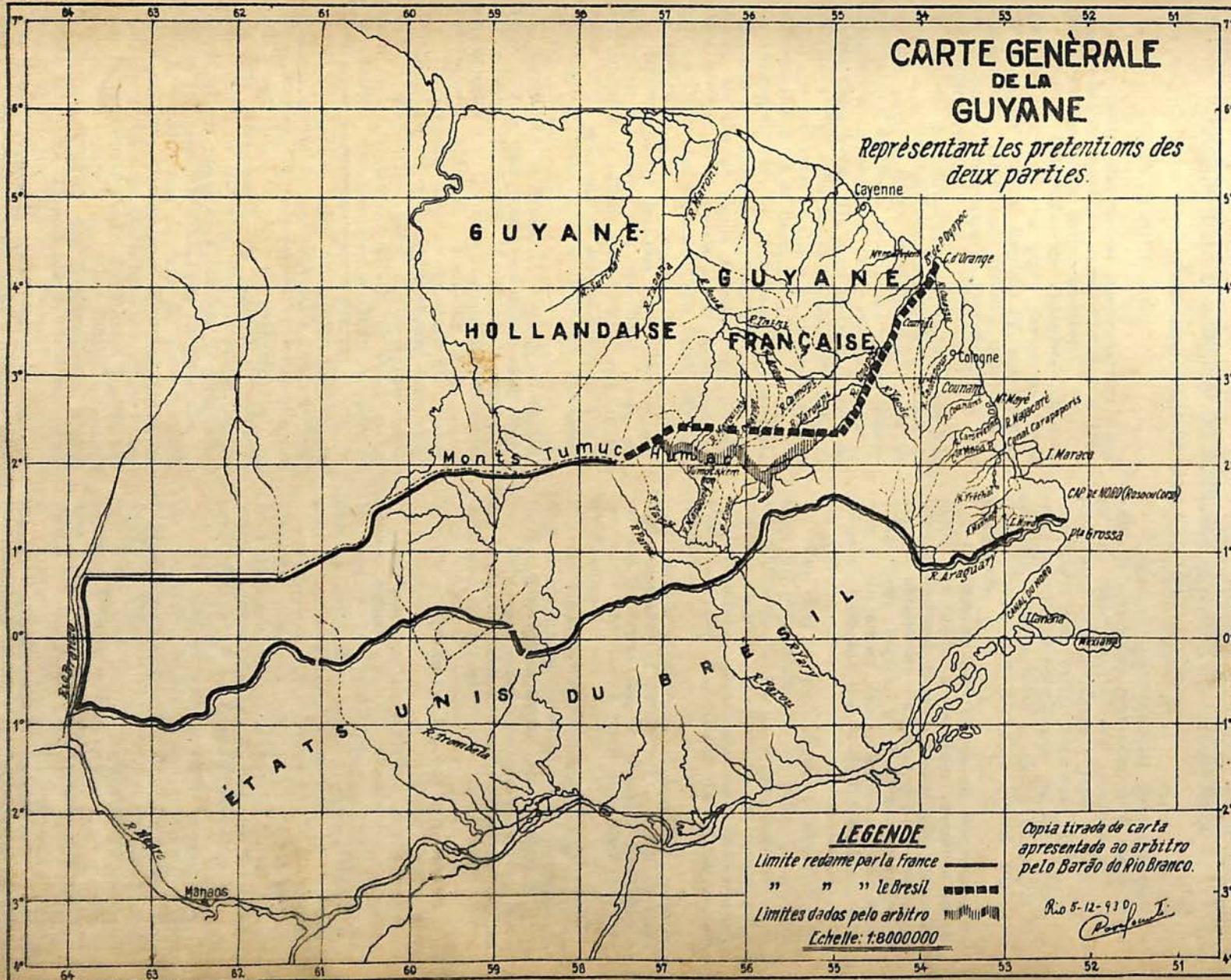
Vendas á vista e a prazo em prestações mensaes:

Peçam prospectos e preços á

CASA MERCEDES
RUA SACHET, 19

CARTE GÉNÉRALE DE LA GUYANE

Représentant les prétentions des deux parties.



Resumo Historico das Fronteiras Brasileiras

Subsidio para o Concurso de admissão á Escola de Estado Maior

Pelo Cap. FELINTO ABAETE' CAVALCANTE

INTRODUCÇÃO

O historico das nossas fronteiras tem a sua origem nas competições entre Portugal e Hespanha, na época dos descobrimentos.

Com a descoberta de Colombo, julgou-se Portugal com direito á posse das novas terras em virtude da bulla de Eugenio IV, que lhe dava monopólio de commercio desde o cabo Bojador até ás Indias, bulla esta confirmada depois pelo Papa Xisto IV.

Os reis catholicos, por sua vez, logo que lhes chegou a notícia do descobrimento, trataram de appellar para a igreja, conseguindo a bulla de partilha que dividia o mundo por um meridiano, passando a 100 leguas a Oeste de **los Azores y Azores Cabo Verde**. De acordo com o texto do tratado, a Hespanha ficava de posse de todas as terras que estivessem a Oeste do citado Meridiano e Portugal com as de Leste.

Portugal não se conformou com a bulla. Entrando em entendimento com a Hespanha, conseguiu, ao fim de algum trabalho, que o meridiano ao em vez de passar a 100 leguas passasse a 370 a Oeste das ilhas do Cabo Verde (Tratado de Tordesillas).

Interpretado á luz dos conhecimentos geographicos modernos, este meridiano, passa por Maranhão e S. Paulo, conforme está traçado numa carta geographica intercalada no "Desenvolvimento Territorial das Colonias Européas" do Prof. Supan.

Descoberto o Brasil, D. Manoel, rei de Portugal, enviou uma frota exploradora que chegou até o cabo de Santa Maria. Outra expedição comandada por Gonçalo Coelho, segundo alguns exploradores, attingiu o Rio da Prata.

Preocupado com as questões do oriente, Portugal não levou imediatamente com efficiencia a colonisação, dando logar a que nossa costa fosse infestada de piratas de todas as nacionalidades, que procuravam tirar partido da nova terra, negociando com o gentio.

A proporção que os exploradores hespanhoes se encaminham para a parte Norte e Oeste do continente, os portuguezes se encaminhavam para o sul, chegando até o rio da Prata.

Em consequencia da batalha de Alcacer-Kibir (1578), a conquista das terras descobertas por Pizón, da ponta do Calcanhar ao cabo Orange, foi realizada sob a bandeira da Hespanha.

A transferencia da sede do governo geral, da Bahia para Pernambuco, a ocupação da cidade de S. Luiz do Maranhão, a criação e doação da capitania do cabo do Norte a Maciel, são alguns dos marcos que assignalam o avanço lento mas definitivo dos luso-brasileiros para o Norte até o rio Oyapoc, ponto inicial das descobertas de Ojeda.

Continuando pelo Amazonas a dentro, Pedro Teixeira chega ao rio Napo que balisa como limite entre o Brasil e a então Real Audiencia de Quito.

Livre do jugo hespanhol, Portugal guardou todas as conquistas realizadas, sem nunca avançar um passo, ao contrario recuando suas fronteiras para os rios Javary e Japura, e tratou de se preparar para defender as suas terras. No interior contra os castelhanos, na costa contra a pirataria de quasi todos as nacionalidades da Europa, principalmente contra a França, Inglaterra e Hollanda.

Inflammado pelo desejo de descobrir o caminho das Indias, a Hespanha, querendo se antepor a Portugal, envia o piloto Solis, para fazer um reconhecimento na parte sul do continente (1515). Solis chega ao Rio da Prata que baptisou com o seu nome. Este nome caiu em olvido, só sendo lembrado hoje o de rio da Prata dado por Cabotto.

Em 1531, Martim Affonso recebe ordem de fazer um reconhecimento da costa até a parte sul. Chegando ao rio da Prata, toma posse da margem esquerda do citado rio em nome da Corôa portugueza. Anos mais tarde esta posse é effectivada com a fundação da colonia do Sacramento.

Fundada a cidade de S. Paulo, no planalto, dahi começaram a partir para o sul e oeste, as celebres bandeiras. Raposo consegue atravessar o continente de sueste para noroeste chegando ao Pacifico.

No inicio, o objectivo das bandeiras era a caça ao indio para escravisá-lo nas plantações da costa e o ouro para enviar para a metropole.

Feito esse pequeno estudo do delineamento das nossas fronteiras, estudaremos em seguida cada uma de per si.

GUYANA FRANCEZA

Limitando a sua acção a fazer concessões, sem nenhuma consequencia prática, os reis de Portugal e Hespanha deixaram as terras da Guyana Oriental exposta á cubiça de outras nações, que se julgaram com direito a fazel-as.

Felizmente, para o Brasil actual, a maior parte das concessões feitas pela Inglaterra, França e Hollanda, não passaram do papel. Mesmo assim houve necessidade de um grande trabalho para desalojar os que aqui se estableceram.

Em 1594, Jacques Riffaut, francez, vivendo do commercio clandestino com os indios, foi arrojado por uma tempestade á ilha do Maranhão. Pouco se demorou na terra mas deixou ahi o jovem Vaux com alguns companheiros, para explorar a terra e induzir os selvagens á aliança com a França. Depois de dois annos de permanencia na ilha, Vaux volta á França e consegue o interesse de Henrique IV pelas novas terras, dizendo dellas verdadeiras maravilhas.

Henrique, envia La Ravardiére, para verificar a exactidão das informações de Vaux. La Ravardiére, reconhecendo a verdade das informa-

ções, voltou á França entusiasmado pelo Novo Mundo.

Sua chegada á França, pouco depois do assassinato do rei Henrique IV, não pôde despertar o interesse dos novos dirigentes, assobrados pelas agitações políticas.

Depois de grande tenacidade, consegue de Maria de Médicis, então regente, permissão para incorporar uma companhia de colonização. Armou tres navios e veio effectivar a concessão que lhe fôra dada em Outubro de 1610.

Nos termos da concessão elle tinha direito a fundar uma colónia abajo da linha equinocial, à condição de não ocupar mais do que 50 leguas de um e de outro lado do primeiro forte que construisse.

La Ravardière chega á ilha do Maranhão em 1612, e ahi funda a cidade de S. Luiz. Era o inicio da França Equinocial.

Alarmados com a noticia da occupação dos franceses, os reis da Hespanha resolveram tornar efectiva a conquista e descoberta das terras do Maranhão e Amazonas.

Gaspar de Sousa recebe ordem de transferir a sede do governo geral da Bahia para Pernambuco, para facilitade das operaçoes que visavam o Maranhão.

Quatro expedições foram enviadas á ilha conseguindo a ultima, dirigida por Alexandre Moura, com auxilio do b'avo Jeronymo de Albuquerque, expulsal-os do Maranhão.

Alexandre Moura nomeia Caldeira Castello Branco, Capitão Mor, para descobrir o Pará. Castello Branco funda, em 1616, a cidade de Belem.

A fundação da cidade de Belem foi o marco inicial da expulsão dos estrangeiros do rio Amazonas. Foi trabalho monumental, emprehendido pelos luso-brasileiros, pois que a elles deve o Brasil a posse do rio descoberto por Pizon e Orrelanas. Pedro Teixeira levou as nossas fronteiras até Napo, enquanto as actuaes não passam da Tabatinga.

Para ter um centro de onde pudesse partir as expedições contra os estrangeiros, por Felippe IV, fundou-se a capitania do Cabo do Norte, com 30 a 40 leguas de Costa, desde o Cabo do Norte ao rio Vicente Pizon ou Oyapoc. Esta capitania foi doadas a Bento Maciel.

Esta carta de doação adjudicava a Portugal uma parte das terras que lhe pertenciam por direito de conquista e descoberta.

Livre da Hespanha, Portugal guardou para si todas as terras que tinha antes do domínio e mais as que tinham sido doadas a portuguezes.

Desta arte, nenhuma duvida poderia surgir, quanto á posse daquelle trecho, que pertencendo a Portugal de direito, continuava a pertencer ao Brasil desde que se tornou independente.

Os franceses e ingleses não conheciam o rio Oyapoc, com o nome Vicente Pizon, resultando disto uma serie de duvidas que sómente em dois séculos foram resolvidas.

Assignando os tratados, de 1700 e 1713, o governo frances não podia ignorar que o rio Vicente Pizon, ou Oyapoc, Ojapoc e Japoc, o rio do cabo de Orange era o unico Oyapoc, descoberto por Pizon e que se lançava no mar junto ao cabo Orange.

O segundo tratado, chamada de Utrecht, no Artigo VIII, diz o seguinte:

"Sua Magestade Christianissima desistira..... de todo e qualquer direito e pretenção que pode, ou poderá ter sobre a propriedade das Terras chamadas do Cabo do Norte, e situadas entre os rios Amazonas e o de Japoc ou Vicente Pizon, sem reservar, ou reter porção alguma das ditas terras, para que elles sejam possuidas daqui em deante por Sua Magestade Portugueza....."

Em 1725, começaram em Cayenna a levantar duvidas sobre o rio indicado no artigo VIII, acima enunciado, fazendo avançar o rio Vicente Pizon, tares e nucleos de cathecheses no Maycare, no Mayacare e numa ilha ca foz do Amazonas.

Evidencia este avanço para o sul, a vontade dos franceses de terem para limites a margem esquerda do Amazonas, que lhes daria a plena navegabilidade deste rio.

Successivamente os franceses, para confirmarem suas allegações, estabelecem postos militares e nucleos de cathecheses no Mayacare, no Cunany, no Carapoporis e finalmente no Araguary, mostrando sobre este desejo de dar a Portugal alguma compensação.

Souza Coutinho, nomeado governador do Pará, expulsa os franceses do Araguary e Surucuju, ocupando-os.

Vem a revolução francesa. Portugal é invadido. Sentindo-se sem garantias, D. João VI veio para o Brasil, com a sua corte.

Em represalia á invasão de Portugal, D. João VI envia uma expedição que, em 1809, ocupa toda a Guyana Franceza.

Antes, varios tratados haviam sido assignados entre Portugal e a França considerando os limites "la rivière appellée par les Portugais Calcuenne(Calcoene) et par les français de Vicente Pizon..."

O tratado de Badajoz considera o Arawari como sendo o Pizon e o tratado de Madrid considera como sendo o Pizon o rio Carapanatuba.

Em 1815, Portugal assigna com a França um tratado, onde reconhece como limite entre os dois o mesmo que havia sido determinado pelo tratado de Utrecht. Em 1817, Portugal restitue á França a Guyana Franceza, por meio de uma convenção entre os dois, conservando os limites de 1815, e sendo ambos obrigados a nomear uma commissão que fixasse definitivamente os limites entre as duas.

Estas commissões não effectuaram os trabalhos.

Parecia estar, definitivamente, resolvida esta velha questão, quando, em 1830, os franceses ocupam o territorio comprehendido entre o Oyapoc e o Amapá Pequeno. Esta occupação terminou com a intervenção amigavel da Inglaterra.

No anno seguinte, por uma troca de notas entre os dois paizes, ficou resolvido manter esta faixa de terra neutra até que fosse resolvida a questão.

Até o anno de 1855, esta questão ficou paralisada. Neste anno foi nomeado o Visconde de Uruguay para concluir um tratado que fixasse definitivamente os limites. Nada pôde ser con-

IDEAES E COBICA

Reflexões escriptas na prisão em Julho e Agosto de 1924, a bordo do "Almirante Jaceguay", na Bahia do Rio de Janeiro, junto á Ilha Fiscal.

Pelo Cel. BERTHOLDO KLINGER

X L V

A hygiene do trabalho

Uma instituição combalida por velha enfermidade, causa e efeito esta dum chronic desaparelhamento material e dum descontentamento generalizado, resultante dahi e das injustiças habituas, como sucede com o nosso exercito, tudo repercutindo na falta de gosto profissional e nas competições pessoaes ilícitas — só pôde ser sanada á força de uma rigorosa medicação e uma prophylaxia incessante.

E' o que acontece, por exemplo, como já ficou dito, com o nosso exercito. A cura do seu monumental descalabro, obra e gloria da bachelice civil e fardada que nos tem desvalido, exige simplesmente isto: **a hygiene do trabalho.**

O ideal da solução seria que os dirigentes, consciços de seu estricto dever, convenientemente a respeito se esclarecessem para bém cumpril-o. Então, voltando suas vistas bem abertas para o mal de que são culpados seus antecessores e de quem se farão cumplices se os imitarem, abordariam decididos o tratamento por todos os pontos, isto é, medicando e vigiando, fornecendo apparelhamento, exigindo trabalho e distribuindo justiça, com o que envolveriam e aniquilariam o inimigo.

Dariam o apparelhamento, gradual e crescentemente, incessante, necessário para o trabalho generalizado, perfeito e util, como reclamam a coherencia administrativa e a efficiencia da defesa nacional; exigiriam, como corollario, o desenvolvimento do trabalho por todos, com o que forçosa e naturalmente resultariam a selecção das competencias, a complementar e indeclinável eliminação dos incapazes e o aperfeiçoamento do meio; teriam então que fazer justiça, preenchendo

cluido ahi, pois que o ministro francez persistia em querer para limites sul da Guyana a margem esquerda do Araguary.

Pouco depois foi creada a Republica independente do Cunany, de ephemera duração.

A questão paralysada novamente por alguns annos, veiu outra vez á baila e a descoberta do ouro naquellas paragens (1892). Apesar das levas de immigrantes que a noticia sensacional da descoberta do ouro no local e a facil extracção do mesmo levaram para o Amapá, a questão continuou insolvel entre as duas potencias, até que finalmente, em 1897, por um tratado assignado no Rio de Janeiro (10 de Abril), os dois paizes se obrigaram a entregar o litigio ao juizo arbitral do Presidente da Confederação Suissa

Em 1º de Dezembro de 1900, foi dada a sentença fixando os seguintes limites:

as funcções pelas aptidões, como reclama a efficiencia de qualquer instituição, com o que se estabeleceria a benefica sensação geral de segurança, de inocuidade das solicitações de accesso estribadas em recommendações inconfessaveis extra-profissionaes; levantar-se-ia á necessaria altura moral o espirito da officialidade, inegualavel factor de dedicação e rendimento.

Mas... si se pudesse contar com essa solução de cima, não estariamos como estamos. O unico recurso certo é pois, o indirecto, mediato, gradual, successivo e portanto demorado: **a reacção por baixo, pela hygiene espontanea do trabalho apesar de tudo!**

Demanda a applicação desse remedio espontaneidade, abnegação e perseverança, qualidades todas do mais raro e puro estofo moral. E' necessário que todos os elementos que se sintam de algum modo capazes e tenham amor á instituição — o qual na profissão que adoptaram vem a ser a maneira real de demonstrar o amor á Patria — trabalhem na medida de suas forças, sem olhar a obstaculos, sem fazer das deficiencias e prejuizos desculpas para a inacção, desculpas talvez muito saboreadas. E' necessário trabalhar o mais e o melhor que se possa, com os recursos que existam, minimos que sejam; é esta uma qualidade militar de primeira ordem, a de adaptar sua actividade aos meios disponiveis, engendrar artifícios que preencham ou contórem as lacunas.

Trabalhar apesar das notaveis injustiças, que mais devem amargar, altruistica, patrioticamente, pelo attentado ao progresso e ao ambiente

"Serra de Tumucumac e pelo divorcium aquarium desde as nascentes do Maroni até as cabeceiras do Oyapoc, por cujo talweg corre a linha lindreira até a foz do Atlântico".

NOTA — A designação da serra Tumucumac, para limites, não é uma idéa feliz, porque não ha uma continuidade de serras formando a primeira. Ellas se acham de um e de outro lado do divorcium aquarium das aguas que correm para o Amazonas e para o Atlântico. Melhor seria que o divisor das aguas fosse o limite, por ser uma linha continua que até prescinde de caracterisação.

O mappa annexo mostra os limites que a França pedia na questão, os que o Brasil pleiteava e finalmente os que foram dados pelo juiz.

moral do conjunto, do que, egoisticamente, pelo ressentimento que causem as preterições pessas.

* * *

O trabalho anima. Animar é contagiar. Outros começam a trabalhar, despertado o amor proprio ou gosto profissional adormecido. A onda de actividade estende-se, alcança os chefes, vae-se espraiando até ás ultimas camadas directoras. Os resultados vão aparecendo, vão convencendo aos incréos ou retardatarios que se põem em marcha, ou arredam os refractarios e incapazes, que ficam deslocados no meio assim demudado.

A actividade intelligente desenvolve experiência e ninguem trabalha de propósito só para encher o tempo: o amor proprio, a dignidade pessoal, reclamam utilidade e perfeição no tra-

balho, efficiencia no rendimento deste. O trabalho generaliza o conhecimento das causas que o entravam, o imitam e desproporcionam o rendimento. Cresce o côro que as denuncia e contra elles reclama e luta; os chefes, já em seus lógoes de guias, no movimento generalizado de trabalho, vão proporcionando os meios que delles dependam, vão reforçando e transmittindo as informações e reclamações sobre o que falte, ao mesmo tempo que vão conhecendo, distinguindo, estimulando, recommendingo ao devido aproveitamento os mais aptos.

A maré sóbe, torna-se irresistivel: pouco a pouco vém os recursos, cessam as injustiças ou erros de aproveitamento dos homens, os incapazes se annullam: a instituição está definitivamente saneada — pelo trabalho. E quem já não sabia que, de facto, a occiosidade é a mãe dos vicios?

X L V I

Plano de trabalho

X Ninguem, de mentalidade equilibrada, trabalha apenas para encher tempo. Ou o amor proprio, ou o desejo de ganho — do trabalhador ou de seu patrão — querem que o trabalho seja efficiente, isto é, produza o maior rendimento possível em proporção ao esforço despendido. **X**

O rendimento do trabalho é o producto da quantidade pela qualidate. Esta é o factor pre-cipuo, é o que mais demanda a incessante vigilancia para approximar cada vez mais do ideal da perfeição, sempre fugidio, conquistado etapa por etapa e, em cada uma, alçando-se a nova metá.

* * *

No trabalho mecanico a sciencia acode á technica e ambas, tenacissimas, incansaveis, vão proporcionando á industria os mais modernos aperfeiçoamentos, que asseguram o maximo rendimento quantitativo e qualitativo na producção.

Mas no trabalho das chamadas profissões liberaes e nos serviços sociaes, como instrucção, administração, governação? Que substitúe a engenhosidade dos machinismos, a decompor tare-

fas, a combinal-as, ajustal-as, a diminuir os attritos, evitar desperdicios, seriar os esforços, conjugal-os, proporcionar os de cada peça pela capacidade das que com ella entrosam, a dar continuidade e unidade ao sysema, emfim a organizar a machina ou uzina? E' o PLANO DE TRABA-LHO.

Seu objecto é precisamente esse ahi descripto, para a boa organização de um complexo mecanico. Sem um plano de tabalho não ha producção efficiente, seja qual fôr a natureza ou a escala do trabalho.

Trabalhar a esmo, ao acaso das solicitações de cada momento ou de cada incidente, forçosamente só tende a produzir resultados dissociados, descontínuos, sem um rendimento que faça honra ao esforço. Trabalhar sem um plano será agitação, mas não é actividade util, dignificante, tendente a produzir seguramente um resultado compensador.

E, sendo o rendimento consideravel do trabalho a maxima satisfação de quem o consegue, satisfação do amor proprio humano, conclue-se que só trabalha sem plano quem não tem amor proprio, quem não tem ideal. **X**

Grupo Mantenedor de 'A Defesa Nacional'

Em virtude de haver sido transferido para o Estado de Santa Catharina, deixou de ser o nosso *Representante Naval* o Sr. Comandante Muniz Barreto. Foi tambem excluido do *Grupo Mantenedor*, e a pedido, o Sr. Capitão Alexandre Chaves, que allegou a impossibilidade de continuar a prestar os seus

serviços em *A Defesa Nacional* em vista dos encargos que agora tem como instructor na Escola Militar.

Como consequencia desta exclusão, ficou vago o cargo de *Gerente*.

A *Directoria* designou para exercel-o interinamente o Sr. Capitão Tristão A. Araripe.

OS SUB-OFFICIAES

Daria resultado no Exercito a criação dum quadro de sub-officiaes?

Vejamos por que foi elle estabelecido na Marinha e o que teve por fim realizar.

O Dec. n. 10.907, de 27—5—914, que transformou em Corpo de sub-officiaes o de officiaes inferiores, estabeleceu, em seus considerandas que era uma necessidade do serviço eliminar a confusão resultante de denominação genérica que todos tinham, e que tal provisão não alterava em essencia o regulamento annexo ao Dec. n. 7.711, de 9—12—909, nem modificava as attribuições, postos e vantagens que ali se consignam, por isto que apresenta uma medida de carácter meramente administrativo.

Vieram depois as leis ns. 2.290, de 13—12—910; 3.072, de 5—1—916; 4.531, de 28—1—922, e 17.503, de 3—11—926; o que todas estabelecem é que, como inferiores, ficassem sendo os sargentos do Corpo de Marinheiros Nacionaes e, como sub-officiaes, os que desempenham funcções technicas administrativas.

Estes podem provir da Escola de contra-mestres, como os artífices, carpinteiros-calafates, armeiro, mergulhadores, torpedistas e sinaleiros, ou directamente, mediante concurso de admissão, se trazem as profissões de mecânicos, caldeireiros ou machinistas; em qualquer dos casos, trata-se sempre dum especialista. Aquelles que provêm da Escola de contra-mestres, após terem percorrido os diversos postos até sargento-ajudante, podem fazer concurso e ingressar no quadro de patrões-móres, que vai até o posto de Capitão de Mar e Guerra.

Os que não ingressam neste quadro são reformados com a graduação de 2º tenente, desde que tenham mais de 30 annos de serviço.

O art. 5º do Dec. n. 16.829, de 27—2—925, diz que os sub-officiaes constituem uma categoria intermediaria entre o official de patente e os inferiores, e o dec. de n. 17.503 em seu art. 2º, § 1º, esclarece que são elles praças de pret com regalias especiais. Estas regalias consistem em poder trajar civilmente, como os officiaes, e quando presos terem o navio por menagem, em vez de prisão fechada.

No exercito, não se justifica um quadro ou corpo de sargentos technicos, com curso de escola ou sem elle, uma vez que são todos da tropa e ahi não existem machinas, caldeiras nem torpedos, a cujas especialidades taeſ technicos exclusivamente se dedicassem, com abs-tenção da tropa.

O sargento no exercito é essencialmente instructor e como tal está ligado directamente á sua tropa. Ahi não ha aquellas especialidades exclusivistas da Marinha e, portanto, todos podem se substituir mutuamente. O que precisam para o desempenho de suas funções aprendem no quartel (a escola inclusivè), sem que seja necessário trazerem da vida civil esta ou aquella profissão especializada, que venga a ter applicação na vida militar, como ocorre na faina diaria a bordo.

Os sub-officiaes têm uma finalidade na Marinha que não se encontra no Exercito. Justifica-se, pois, uma designação differente e uma retribuição, que é maior do que os vencimentos dos sargentos, uma vez que delles se exigem profissões que na vida civil são bem remuneradas e se o Estado assim não lhes pagasse certo teria sempre claros nos seus respectivos quadros.

A simples mudança de denominação dos nossos officiaes inferiores ou sargentos sem um objectivo definido não se justifica nem lhes altera a situação, se não fôr tal denominação acompanhada dum aumento de vencimentos. Se é isto que desejam não é preciso encobrir o pedido com o subterfugio duma equiparação de postos onde não ha equivalências.

O problema dos sargentos ainda se acha em equação, pois não foi resolvido.

Após envelhecerem na caserna são lançados fóra como bagaço. Para isto sim, impõe-se uma solução. Em nosso editorial do numero passado relembramos um subsidio para esta solução, sugerido ha quasi dez annos, no n. 85, de Julho de 1920. E quem tiver gosto em verificar como a historia se repete releia uma longa nota redactorial, sob a epígrafe "Os sub-officiaes do Exercito", publicada a quinze annos, no nosso n. 26, de Dezembro de 1915, a propósito de um projecto de lei, "candidamente endossado por um leigo no assumpto".

A Organização Geral da Nação para a guerra

(Continuação)

Pelo Cap. T. A. ARARIPE

II

IDÉAS DIRECTRIZES E PRINCIPIOS GERAES DO PROJECTO

Dissemos já que a Lei em questão constitue apenas "o quadro geral dentro do qual virão collocar-se e funcionar os diferentes órgãos da defesa nacional em caso de necessidade, segundo ordem e regras que apresentam caracteres communs e permanentes; ella deve definir e precisar o quadro da organização, determinar-lhe o plano e as linhas geraes".

Quaes são essas linhas geraes?

* * *

LINHAS GERAES DA LEI DE ORGANIZAÇÃO

Essas são função, em primeiro lugar, dos principios geraes que determinam as bases da mobilisação nacional.

Estes principios estão enunciados na Lei:

1º O dever defesa nacional.

Ella extende esse dever a todos os franceses e subditos franceses, qualquer que seja a idade e sexo.

2º A mobilisação nacional.

Esta é definida como "a passagem da organização de paz para a de guerra" e se estipula que as medidas correspondentes devem estar sempre previstas.

Essa mobilisação deve attender aos pactos internacionaes, de modo a evitar desaccordos prejudiciaes.

Os preparativos de mobilisação, emprehendidos prematuramente e antes que tenham sido exgottados todos os meios pacificos, poderão ser explorados como indices de intenção aggressiva ou provocadores de aggressão.

3º A preparação da mobilisação nacional.

Essa será realizada:

a) — Pelo Conselho Superior da Defesa Nacional e os seus órgãos de trabalho: commissão de estudo e secretaria geral permanente;

b) — para cada departamento ministerial: aos cuidados particulares;

c) — para cada organismo novo cuja criação esteja prevista para o tempo de guerra por um Departamento ministerial especialmente designado e que, por sua vez, confia essa missão a um ou varios elementos "mobilisadores".

Accrescentemos que esta tarefa é, além disso, continuada em cada região pela autoridade regional competente e que cada um dos serviços encarregados da preparação da mobilisação nacional deve estabelecer e manter em dia os planos e diarios de mobilisação correspondentes aos órgãos cuja mobilisação lhe incumbe.

Desse modo, fica extensivo a todos os departamentos ministeriales o sistema de preparação da mobilisação que, de ha muito, vem sendo aplicado pelos ministerios militares e que já deu completo resultado.

— Quanto ao programma, trata-se, em primeiro lugar, de dotar as forças armadas de terra e mar com todos os meios de acção em efectivos, materiaes e reaprovisionamentos que lhes são necessarios para realizar a sua missão primordial.

Mas é preciso repartir, dosar a energia do paiz de modo a que possam "ser conciliadas a necessidade de combater victoriosamente com a obrigação de progredir para salvaguardar as suas finanças e o seu enquadramento, isto é, sua existencia futura".

Dahi, a conceber-se a preparação da mobilisação nacional de modo que possa permitir:

a) fazer face, por prioridade, ás necessidades das forças armadas;

b) prover ás necessidades vitaes da população civil;

c) manter a actividade do paiz em nível sufficiente para salvaguardar a apparelhagem nacional, a formação intellectual e profissional da juventude, o desenvolvimento economico, etc.

* * *

COLLOCAÇÃO DOS RECURSOS NACIONAIS EM PESSOAL E MATERIAL Á DISPOSIÇÃO DO GOVERNO

Essa collocação se baséa nos dois principios:

a) Tudo e todos devem concorrer para a defesa nacional;

b) A guerra não deve ser fonte de proveitos. Torna-se, então, necessário:

1º fixar as regras de emprego das pessoas em caso de guerra;

2º pôr nas mãos do governo uma arma

— "a requisição" — para permitir-lhe obter os serviços e os recursos necessarios e determinar as condições de emprego dessa arma;

3º prever, em tempo de paz, os recensamentos necessarios;

4º garantir ao Governo a propriedade das invenções que interessem á defesa nacional.

1º Emprego das pessoas. — A lei estabelece que cada individuo deve ser utilisado onde pode dar o maximo rendimento. Entretanto, todos salvo os que exercem cargos especiaes, os impedidos pela idade e, excepcionalmente, certos technicos enumerados nas leis de recrutamento, todos são obrigados a cumprir integralmente as suas obrigações militares.

Ella cuida tambem da collaboração dos subditos estrangeiros na obra da defesa nacional,

PRÓ-DISCIPLINA

Um falso entendimento das noções de liberdade e independencia faz que, durante o período de reajustamento da vida nacional, se venham postergando, em varias unidades das classes armadas, os principios salutares da disciplina, que no consenso universal constitue "a principal força dos exercitos".

Esse desprezo, esse desrespeito tem assumido, em alguns lugares, feição por demais grave. Não se limita apenas á ausencia dos signaes exteriores de consideração do subordinado para com o superior; têm havido, de um lado, manifestações accentuadas de rebeldia, reclamações violentas e infundadas contra actos das autoridades, e recusas flagrantes ao cumprimento das ordens, e, doutro lado, condenavel "laissez aller" dos superiores em face das faltas dos subordinados, verdadeira cumplicidade nessas faltas e desapego voluntario ou contrafeito ás prerogativas devidas á autoridade.

Não ha razões que justifiquem tal estado de cousas. O espirito reformador do momento actual, que procura corrigir os erros e desmandos dos governos, não pôde coadunar-se com a anarchia e com a desordem. Muito pelo contrario, a revolução para ser constructiva, em qualquer das phases de sua accão, deve esteiarse na ordem, na obediencia, em uma palavra, na disciplina.

Esta torna-se mais indispensavel no periodo revolucionario do que nas situações regulares e normaes. Ella é obrigatoria para coordenar os esforços e as idéas, quasi sempre alheias nesses momentos a qualquer systematização; constitue um dique á avalanche das paixões que irrompem então, livres das peias do apparelhamento repressor; representa o

facto que é de grande importancia para o Brasil onde as colonias estrangeiras são numerosas e onde as industrias estão, em grande parte nas mãos destas.

2º Requisição. — O projecto governamental só aconselha a requisição se não fôr aceito "o acordo amigavel".

A commissão do Exercito concordou com a idéa mas achou que nos dois casos devem ser abolidos os lucros de guerra.

Ella corrige os inconvenientes que pode apresentar o sistema de requisição generalizado:

- calculando largamente a indemnisação da requisição;

- prevendo premios para a produçao e invenção;

pulso ferreo que mantem os espiritos elevados em torno do ideal visado pela revolução.

As proprias revoluções têm-se processado sob a égide de inflexivel disciplina; disciplina de pensar, disciplina de actos. E toda a vez que, impensadamente se afrouxaram os laços da disciplina, foram tão graves as consequencias que se tornaram precisos correctivos severissimos, deshumanos e quasi sanguinarios.

Foi assim por occasião da Revolução Francheza de 1789. Após a destruição, por assim dizer, completa da disciplina nos Exercitos republicanos; e em face dos revezes das primeiras campanhas, viram-se as assembléas legislativas forçadas a decretar medidas disciplinares revolucionarias, creando uma disciplina draconiana, uma disciplina de ferro, sanguinaria em seus pontos essenciaes, embora perfeitamente adaptada ao espirito revolucionario e ao temperamento do povo francez. Tem sido assim no Exercito Vermelho das Republicas Sovieticas, onde as repressões disciplinares do Código Penal são aterradoras e onde as provas de respeito aos superiores são hoje semelhantes ás usadas no regimen tsarista.

O Chefe do Governo Provisorio, em declarações recentes aos jornaes, accentuou a necessidade imprescindivel da ordem na reconstrucção nacional:

"Deem-me ordem que eu lhes darei boa administração".

E quem diz ordem, diz paz, socego, cumprimento dos deveres, respeito ás leis, obediencia ás autoridades, — disciplina.

No seio das classes armadas, a manutenção da disciplina deve ser encarada, no momento actual mais do que hontem, como a esencia vital das instituições.

c) fixando os tratamentos e salarios do pessoal mobilisado mas não utilizado nos corpos militares;

d) estabelecendo que esses premios, indemnizações, tratamentos e salarios sejam fixados pelos regulamentos de administração publica, de acordo com o parecer do Conselho Nacional economico (**do trabalho**).

A commissão do Exercito generalisa a lei das requisições militares.

3º Recenseamento — É extensivo a todos os ramos da mobilisacão nacional.

4º Invenções — É logico que o Governo tenha a prioridade a adquirir os direitos de todas as invenções que interessem á defesa nacional.

(Continua).

Felizmente, actos recentes dos mais autorizados chefes militares têm servido para patentear a importancia que emprestam a esse problema e a negação formal de qualquer apoio ás infracções tentadas contra o principio da disciplina, em nome de pretensas reivindicações revolucionarias.

Estão neste meio as medidas sobre os officiaes commissionados, e o solucionamento dos incidentes havidos no 5º R. I. em Lorena e no 3º R. I. na Capital Federal.

A providencia que fez cessar a comissão de officiaes em postos superiores, comissão plenamente justificavel durante o movimento revolucionario propriamente dito, teve o salutar efecto de normalizar a hierarchia accepta e fundada no accesso gradual e em tirocínio prolongado. Ella, indo ao encontro dos desejos dos proprios commissionados que não queriam passar por usurpadores, evitou desgostos, injustiças e desharmonia entre os officiaes no instante mesmo em que, para consolidação da obra regeneradora, se exige perfeita cohesão no seio das classes armadas.

O caso do 5º R. I. de Lorena, onde um grupo de sargentos e soldados abandonou ostensivamente o quartel e foi até a séde da Região queixar-se de seu commandante e exigir a sua retirada, e o caso mais fresco do 3º R. I., onde alguns sargentos, felizmente em numero limitado, procuraram dirigir-se ao Chefe do Governo para exigir a retirada de seu Coronel, denunciam uma situação que deve ser considerada attentamente pelas altas autoridades. Felizmente as soluções dadas aos casos citados, ao contrario do propalado por alguns orgãos exploradores, mantiveram de pé o principio da disciplina e timbraram por conservar illeso o prestigio dos officiaes visados pela intriga insidiosa. Os castigos impostos aos delinquentes, vasados em esclarecido espirito de justiça, hão de servir de exemplo e de advertencia contra as explorações que se tentem fazer com a boa fé e, muitas vezes, a ignorancia dos soldados.

Contra tal estado de cousas, é preciso que se inicie, em todos os escalões de attribuições e em todas as espheras de actividade intensa campanha pró-disciplina.

Aos chefes de todos os postos cabe, em primeiro logar, *prestigar a propria autoridade e a dos subordinados*, evitando cuidadosamente qualquer acto que enfraqueça ou pareça diminuir a força que emana das insignias do officialato.

Isso não significa que não sejam respon-

sabilizados os arbitrios, os desdiosos, os inimigos da revolução. Mas mesmo ahi é preciso agir com muita discreção para que das mazelas descobertas e revolvidas não salpique o pús sobre a classe dos officiaes, embaciando-lhe o prestigio.

O proprio "bilhete azul", resuscitado agora das tradições do imperio alemão, representa um meio discreto, quasi invisivel e secreto, de provocar a retirada do official, sem lhe publicar os motivos reaes e dando-lhe o caracter de acto voluntario. Por esse motivo, parece-nos prejudicial ao prestigio do Exercito e de seu corpo de officiaes a publicidade que se tem emprestado ás reformas e passagens para a reserva de alguns delles. Os comentarios pejorativos da imprensa não atingem apenas ao coronel A ou general B; quer se queira ou não, abalam os alicerces da autoridade e da classe.

Por outro lado, urge que os officiaes sejam dignos da autoridade de que estão investidos, por suas palavras, por seus actos, por sua vida publica e privada, de modo a inspirar confiança e respeito.

O trabalho, a dedicação ao serviço, a competencia profsional, a correcção de attitudes, o espirito de justiça constituem os principaes marcos da senda que conduz ao respeito, á confiança, ao prestigio, em summa.

A par disso, impõe-se que se incuta aos soldados o verdadeiro sentido da disciplina. Os proprios motivos degeneradores, pelos quaes todos os homens vibraram e se sacrificaram nos dias gloriosos de Outubro servem para justificar a necessidade e a acceptação espontanea dessa "obediencia prompta ás ordens dos chefes, a rigorosa observancia dos regulamentos e o emprego de todas as energias em beneficio do serviço"... e dessa disciplina que "só é real e proveitosa quando inspirada pelo sentimento do dever, produzida por espontanea colaboração e não pelo receio do castigo".

Nos programmas de todos os chefes, desde o do Governo Supremo do paiz até o do modesto commandante de sub-unidade, deve haver um logar destacado e meios efficazes para *reeducar* as classes armadas — educação tanto dos quadros, como das praças — educação a realizar, não com discursos e conferencias, mas com medidas de caracter pratico, com acções edificantes, com intelligencia e methodo.

Para terminar, lembreamos alguns principios de educação, extraídos do livro — *Commander* — do Lt.-Cel. Lebaud:

Des principes de la guerre

Pelo Cel. d'artillerie F. FOCH

2.^a ed., 1906

(Extracto que offerece aos leitores d' "A Defesa Nacional" um camarada que leu o livro de lapis em punho)

"A offensiva manobreira vence, afinal, todas as resistencias". "A defensiva passiva é incapaz de evitar a derrota".

Decididamente a victoria não se contenta com virtudes de ultima hora: por maior que seja o devotamento posto em jogo pela defensiva passiva, ella acaba pelo desastre.

E tambem a offensiva ha de ser manobreira, ou não dará resultado. Ora, quem diz manobra, tem dito: *para a cabeça do exercito* — combinação, direcção, impulsão; *para a massa* — preparação, dextreza, aptidão e resistencia para a marcha, superioridade no tiro, senso tactico, aproveitamento do terreno. Sem estas condições não ha combinação solida; só elles permitem fazer frente com poucas forças num ponto, para atacar noutro com esmagadora superioridade.

"A victoria é dos exercitos que manobram", isto é, que são os mais instruidos. Cada dia mais ella reclama de todos o saber.

"Grande é a distancia do conhecimento dum verdade ao uso que della se faz".

"Si é verdade que os principios da arte militar são eternos, os factores de que ella se occupa, com os quaes ella tem que jogar, são sujeitos a evolução constante" (citação de VON DER GOLTZ).

"Os principios parecem ás vezes contradictórios: é necessário dispersar para marchar; é necessário destacar para esclarecer, para cobrir; entretanto, é necessário reunir para combater". (ID.).

"Não é um genio que me revela de repente, em segredo, o que tenho que dizer ou que fazer numa circumstancia, imprevista para os outros: é a reflexão, a meditação". (NAPOLEÃO).

"Longe de ser uma scienza exacta, a guerra é um drama espantoso e apaixonado". (JOMINI).

"A realidade do campo de batalha é que nelle não se estuda: simplesmente se faz o que se pôde para applicar o que se sabe. Portanto, para ahi poder alguma cousa, necessário é saber muito, e bem".

- I — Antes de tudo, o educador deve conhecer a natureza do homem a educar.
- II — Collocar a tropa em atmosphera de confiança, eis uma condição essencial de educação.
- III — Por meio de seus processos de comando o chefe educa a sua tropa.
- IV — A educação é ministrada principalmente pelo exemplo: o chefe deve ser um modelo vivo de tudo o que exige.
- V — O commando deve se apoiar no Direito e na Justiça.
- VI — O chefe trata os seus subordinados como collaboradores conscientes de seus deveres e não como inferiores submetidos a seu arbitrio.
- VII — Commandar é convencer.
- VIII — O chefe conquista o coração dos subordinados graças á bondade.
- IX — Apoiado em sua ascendencia e seguro do coração de seus homens, o chefe basta recorrer ao amor proprio de sua tropa para conseguir prodigios.
- X — O chefe allia a firmeza á bondade; conserva-se constantemente exigente sem nunca se preocupar com bagatellas.
- XI — O chefe guarda, para as faltas graves, um arsenal de castigos, com que não deve ameaçar os subordinados.
- XII — O par da punição é a recompensa. Mais vale abusar das recompensas do que punir uma vez só que seja.
- XIII — A educação militar não reside apenas no sentimento, no affecto; o subordinado terá tambem que dobrar a sua vontade a um chefe desconhecido, que por seus galões symboliza a força da autoridade e a organização hierarchica.
- XIV — Desenvolver a consciencia do dever é fortificar o poder da vontade — objectivo da educação moral — eis o cuidado constante do educador.
- XV — A accão educativa do chefe é completada pelo emprego de certos meios artificiales que tem por effeito exaltar a moral do soldado.
- XVI — A educação dos officiaes consiste em manter o "fogo sagrado", orientando-os resolutamente para as necessidades modernas de sua função.

"Quanto mais falte a um exercito a experiença da guerra, escreve o gen. DE PEUCKER, tanto mais é necessário recorrer á historia da guerra, como instrucção e como base desta instrucção... Si bem que a historia da guerra absolutamente não seja capaz de substituir a experiença adquirida, ella pôde entretanto preparal-a. Na paz ella torna-se o verdadeiro meio de aprender a guerra e de determinar os principios fixos da arte da guerra".

"Ouçamos DRAGOMIROW: "Primeiramente, sciencia e theoria são duas coisas inteiramente differentes, porque toda arte pôde e deve ter sua theoria, mas seria absurdo querer fazer della uma sciencia. Hoje ninguem terá a idéa de pretender que possa haver uma *sciencia da guerra*. Seria um absurdo, do mesmo genero que uma sciencia da poesia, da pintura, da musica. Mas não se segue dahi, absolutamente, que não haja uma theoria da guerra, tal qual existe uma theoria para essas artes liberaes e pacificas. Não é a theoria que faz os RAPHAEL, os BEETHOVEN, os GOETHE, mas ella põe á disposição delles uma *technica* sem a qual ser-lhes-ia impossivel de se elevarem aos cimos que attingem. A *theoria da arte da guerra* não tem a pretenção de formar Napoleões, mas ella proporciona o conhecimento das propriedades das tropas e do terreno. Ella mostra os modelos, as obras-primas realizadas no domínio da guerra e assim aponta o caminho áquelles que a natureza dotou de capacidades militares.

"...Ella não permite ao homem a tranquilidade de pensar que elle *sabe tudo*, ao passo que não sabe sinão uma parte. Receitas para crear obras primas, como Austerlitz, Friedland, Wagram, para conduzir campanhas de 1799 na Suissa, ou ferir batalhas como Königgrätz, eis o que a theoria é incapaz de dar. Mas ella apresenta estes modelos como typos de estudo ás meditações dos homens de guerra... e isso, não para imitar-los servilmente, mas para que se compenetrem do seu espirito, para que se inspirem"... Si a theoria errou o caminho, é porque mui poucos theoristas haviam visto a guerra..."

NAPOLEÃO escreveu: "Os principios de guerra são os que orientaram os grandes capitães cujos altos feitos a historia nos transmittiu".

Diz LLOYD: "A' falta de principios seguros e definidos, cae-se nas mudanças continuas, quer se trate de organização, de formações ou de manobras".

E o marechal BUGEAUD: "Ha poucos principios absolutos, mas ha".

E JOMINI: "Bôas theorias, fundadas sobre principios verdadeiros e justificados pelos factos, são, a meu vêr, acrescentadas as lições da historia, a verdadeira escola do commando. Si não fazem o grande homem, porque os grandes homens se fazem por si, quando as circumstancias os favorecem, ellas formam pelo menos chefes bastante habéis para preencher perfeitamente bem o seu cargo em segundo plano, sob as ordens de grandes generaes".

(Conclue FOCH:) "A arte da guerra, como todas as outras artes, tem a sua theoria, os seus principios, sem o que não seria arte".

"A guerra é antes de tudo uma arte simples e toda de execução" (NAPOLEÃO). Conhecer os principios, e não saber applical-os, nada produz. Na guerra o facto tem precedencia sobre a idéa, a accão sobre a palavra, a execução sobre a theoria.

Para poder necessario é saber, isso é incontestavel, porque: "vae longe do saber ao poder, mas o caminho parte do saber e não da ignorancia" (WILLISEN).

...na guerra só ha casos particulares, tudo ahi é questão de especie, nada se reproduz.

DO CAPITULO II — CARACTERES ORIGINAES DA GUERRA MODERNA

"A guerra nasce e recebe sua fórmula das idéas, dos sentimentos e das relações existentes no momento em que ella irrompe". (CLAUSEWITZ).

Procurar os exercitos inimigos, centro do poder do adversario, para batel-los e destruirl-los, tomar para isso a direcção e a tactica que mais depressa e mais seguramente a isso conduzam, eis ahi *toda a moral da guerra moderna*.

Movimento para procurar a batalha, movimento para ahi reunir as forças, movimento para executala: tal é a primeira lei que rege a theoria, á qual nenhuma tropa pôde subtrahir-se, lei que se exprime no axioma militar: *de todos os erros só um é infamante — a inacção*.

A conducta das tropas para a batalha, como argumento, procurada pela manobra, é caracterizada por: preparação, massa, impulsão.

Preparação: isto é, no espirito um *plano de ação*, baseado no estudo aprofundado da tarefa ou da missão recebida, assim como num exame minucioso do terreno, plano aliás susceptivel de modificações: tropas dispostas e escalonadas para preparar e emprehender a execução desse plano; para, por assim dizer, escrevel-o: vanguarda, flanco-guardas especialmente.

Massa, isto é, um grosso, o mais forte possível, reunido, reservado, disponivel para levar avante a execução do plano.

Possibilidade de multiplicar esta massa pela *impulsão*, isto é, lançar no fim de contas esta massa mais ou menos dispersa a principio, reagrupada para acabar o serviço, com todos os meios de que ella dispõe: canhões, fuzis, baionetas, espadas, convenientemente postos em ação; lançal-a toda junta contra um mesmo objectivo.

A ECONOMIA DAS FORÇAS

— E' a exploração desta nova propriedade da força organizada, a *capacidade de resistência*, aptidão para resistir, conjuntamente com a propriedade já reconhecida da *potencia de choque*, de ruptura, que permite realizar e applicar o princípio da economia das forças.

"Ha muitos bons generaes na EUROPA, mas elles vêem coisas demais, ao passo que eu só vejo uma, as massas. Trato de destruirl-as, bem certo de que os accessorios em seguida cahirão por si mesmo". (NAPOLEÃO aos generaes austriacos em Leoben).

Portanto, em toda ação, quer se trate da massa a dirigir, quer se trate de um dest. a conduzir, o cmt. dessa massa deve determinar:

O objectivo principal a atingir (resulta da missão);

Destinar-lhe o grosso de suas forças;

Organizar os accessorios, fornecer os dest. necessarios para assegurar o exito do grosso;

Fazer comunicar o grosso com os accessorios, isto é, montar as forças em sistema, tal que possam afinal actuar todas juntas.

Que é um *sistema de forças*?

E' uma combinação das duas propriedades da tropa: a capacidade de resistencia e a potencia de choque.

E' uma repartição das forças em vg., que aproveita a capacidade de resistencia, e em grosso ou tropa de batalha, que aproveita a potencia de choque; tudo no tempo e no espaço, de tal maneira que afinal possam todas as forças actuar simultaneamente sobre um mesmo objectivo.

A organização em sistema comporta:
Olhos voltados para as direcções interessantes;

Braços estendidos nas direcções perigosas;
O movimento do grosso conservado livre, para bater na direcção escolhida.

DISCIPLINA INTELLECTUAL. LIBERDADE DE ACÇÃO PARA OBEDECER

"Os acontecimentos que pôdem sobrevir não devem já mais impedir um militar de obedecer, e o talento na guerra consiste em remover as dificuldades que possam tornar difficult uma operação, não em fazel-a falhar" (NAPOLEÃO).

A disciplina é a força principal dos exercitos. As forças armadas são organizadas e comandadas antes de tudo para obedecer.

Quer se trate, pois, de divisões de vg. ou de D. de batalha, de exercitos, de corpos de exercito, de D., de Bda., de R., nas nossas organizações actuaes, tudo é unidade subordinada. Todo cmt. dessas diferentes unidades deve, portanto, pensando em commandar, cuidar em obedecer: antes de dictar suas ordens, inspirar-se nas que recebeu.

Mais na guerra obedecer é difficult; porque se trata de obedecer em presença do inimigo e não obstante o ini.; no meio do perigo; de circunstancias varias e imprevistas; do desconhecido, prenhe de ameaças; não obstante a fadiga que resulta de numerosas causas.

E, então, como sustentar a execução duma ordem recebida, continuar o desenvolvimento dum programma, dum theory, sinão salvaguardando a liberdade de agir não obstante o inimigo?

"A arte da guerra é a arte de conservar a liberdade de acção" (XENOPHONTE).

A medida que os effectivos augmentam, e com elles o tempo e os espaços... o commando, no sentido estreito da palavra perde em precisão.

E' verdade que elle sempre pôde determinar o resultado a obter, mas não mais os meios e modos de alcançá-lo. Como então, sinão pelo desenvolvimento da *disciplina intellectual*, condição primeira, que mostra e impõe a todos os subordinados o resultado visado pelo superior? *disciplina intelligente e activa*, ou antes *iniciativa*, segunda condição para conservar a faculdade de agir no sentido desejado.

Ahi deve ser posta a noção superior do *espírito militar*, que reclama o carácter, bem entendido, mas tambem como o diz a expressão, o espírito, comportando portanto a acção de pensar, de reflectir; tal noção repelle a immobildade da intelligencia ou ausencia de pensar, o silencio das fileiras, bastante talvez para a tropa, que só tem que executar (e ainda ahi é certamente melhor que ella execute com comprehensão), insuficientes em todo caso para o chefe subordinado que deve, com os meios de que dispõe, reflectir o pensamento do seu superior, e para isso primeiramente apprehendel-o, depois fazer de seus meios o

emprego apropriado ás circumstancias, das quaes só elle é juiz.

Quem diz chefe, diz, portanto, homem de carácter, é claro, mas tambem homem capaz de comprehendere e de combinar para obedecer.

Uma preocupação constante, ao mesmo tempo que preparamos, combinamos uma acção contra o ini., deve ser a de nos subtrahirmos á sua vontade, de obviar aos emprehendimentos pelos quaes elle poderia impedir o exito da nossa acção.

Toda idéa militar, todo projecto, todo plano, deve pois ser acompanhado de pensamentos de segurança. E' necessário, como na esgrima, atacar sem se descobrir, ou cobrir-se sem cessar de ameaçar o adversario.

Ser disciplinado não quer dizer, com effeito, que se não commetta falta contra a disciplina; que se não commetta desordem; tal definição poderia applicar-se, talvez, para o homem da tropa, mas ella é absolutamente insuficiente para um chefe, collocado num degrão qualquer da hierarchia, com mais forte razão para aquelles que ocupam as primeiras filas.

Ser disciplinado não quer dizer, tampouco, que se executem as ordens recebidas sómente na medida que pareça conveniente, justo, racional ou possível, mas, sim, que se penetre franca mente no pensamento, nas vistas do chefe que deu a ordem, e que se empreguem todos os meios humanamente praticaveis para satisfazel-a.

Ser disciplinado não quer dizer, tampouco, calar-se, abster-se ou não fazer sinão o que se julgue poder emprehender sem se comprometter, a arte de evitar as responsabilidades, mas, sim, proceder no sentido das ordens recebidas, e para isto achar no proprio espírito, pela investigação, pela reflexão, a possibilidade de realizar essas ordens, e no carácter, a energia para affrontar os riscos que a execução comporta.

Nos altos postos a disciplina é, portanto, igual à actividade de espírito, emprego do carácter.

A preguiça do espírito conduz á indisciplina, como á insubordinação. Num e noutro caso, o facto é uma falta, é culposo. A incapacidade e a ignorância não são mais circumstancias attenuantes, porque o saber está ao alcance de todos aquelles que o procuram.

SERVIÇO DE SEGURANÇA

"Os principios da arte da guerra estão ao alcance da intelligencia mais vulgar, o que não quer dizer que ella seja capaz de applical-os". (DRAGONIROW).

... como operam as flanco-guardas das grandes unidades: sua tactica consiste em manobrar constantemente para se deslocar duma estrada a outra, para combater em retirada, etc.; são *tropas moveis* que visam e exploram successivamente a ocupação de pontos fixos.

... o papel de protecção não implica forçosamente attitudo defensiva; muitas vezes é pela offensiva que melhor se o desempenhará.

A missão a cumprir e a tactica são duas coisas perfeitamente distintas. E' da consideração puramente objectiva da missão, no meio das circumstancias que a cercam, que devemos deduzir a tactica a empregar.

Em nossa época, que julga poder dispensar o ideal, rejeitar o que ella chama abstracções,

viver de realismo, racionalismo, positivismo, tudo reduzir a questão de saber ou de expedientes mais ou menos engenhosos utilizados á proporção das necessidades, ainda não se achou, para evitar o erro, a falta, o desastre, para fixar a tactica a praticar em dado dia, sinão um unico recurso — mas este, seguro, fecundo — *o culto exclusivo de duas abstracções do domínio moral: o dever e a disciplina*; culto que, alias, para produzir resultados felizes exige o *saber* e o *raciocínio*.

VANGUARDA

Esta noção de *segurança*, que exprimimos em uma unica palavra, se desdobra pois:

1º) em *segurança material*, que permite evitar a acção do inimigo quando não se quer ou não se pode reagir; é o meio de viver em segurança no meio do perigo, acantonar e marchar em abrigo;

2º) em *segurança tactica* que permite a execução de um programma, duma ordem recebida, apesar de circunstancias contrarias inherentes ao meio — a guerra — apesar do desconhecido — as livres disposições do inimigo; agir seguramente, com certeza, e isso, o que quer que faça o ini., para salvaguardar a sua propria liberdade de acção.

A surpresa material é a perda da segurança material; é o inimigo bombardeando livremente os nossos acantonamentos, os nossos bivaques, as nossas columnas de marcha.

A surpresa tactica é o golpe na segurança tactica, a perda da liberdade de acção.

COROLLARIOS

1º) O orgão que garante a segurança tactica duma grande unidade é a vanguarda, termo generico que abrange todo dest. collocado no flanco, na frente ou na retaguarda do grosso, não importa o lugar, em todo caso capaz de explorar em proveito do grosso a sua capacidade de resistencia, para permitir a esse grosso que execute a operação de que está incumbido, que se conforme á ordem recebida.

2º) A vg. se envolve de um serviço seu de segurança material, os postos avançados, que mais ou menos completados por tropas destacadas do grosso, bastam então para garantir a segurança material da grande unidade.

3º) Em todo caso, e qualquer que seja a situação, a segurança repousa sobre dois elementos, duas grandezas mathematicas: o *tempo* e o *espaço*; e dispõe de um 3º elemento: a *capacidade de resistencia* da tropa.

Em estylo mathematico dir-se-hia:

$$S = f(T, E, C)$$

Nesta equação (da segurança), T (tempo) e E (espaço) são fixados pelo exame da questão; o cmt. da tropa de segurança só dispõe de uma variavel, C, a capacidade de resistencia de sua tropa. Naturalmente elle deve tender a aumental-a. Para isso elle applica o principio da economia das forças: elle organiza a sua tropa em sistema de forças. Elle tambem aumenta C, essa facultade de resistir ao ini. sem se deixar destruir, aumentando o espaço no qual a sua tropa possa manobrar em retirada.

Quanto mais fraca a tropa, mais ella deve emprehender de longe o seu papel de protecção.

Portanto, realizar a segurança em dado dia

é dispôr a uma distancia a determinar em particular, de accordo c'm os meios de resistencia que o terreno offereça, um sistema protector capaz de resistir por um tempo T e de garantir sempre o espaço E.

4º) Em qualquer hypothese, no que diz respeito ao espaço é principio absoluto, de segurança elementar, que uma tropa deve ser sempre senhora do terreno que a cerca até o limite do alcance das armas, si não quiser ser desbordada, envolvida, cercada, exposta ás devastações das armas modernas, destruida antes de poder combater. Este espaço a garantir, ao abrigo das vistas e dos fogos do inimigo, é o que se chama a *zona de manobra*.

O problema a resolver não é simples: é em presença do *desconhecido*, que é preciso tomar uma resolução; é contra um inimigo livre de seus actos e capaz de mover-se, que é preciso montar e executar a manobra. Compete á segurança e ao seu orgão, a vg., resolver essas dificuldades.

Essas tres condições inelutaveis da guerra — desconhecido, dispersão, liberdade do inimigo — dão nascimento á vg. e determinam as tres tarefas que lhe incumbem:

1) *Informar*, e para isso reconhecer, até ao momento em que se emprega o grosso;

2) *Cobrir* a reunião do grosso e *preparar* a sua entrada em scena;

3) *Fixar* o adversario que se quer atacar.

NAPOLEÃO escreveu: "Um exercito deve estar todos os dias, todas as noites, a todas as horas, prompto para oppôr toda a resistencia de que é capaz; isso exige que as suas diversas divisões estejam constantemente em estado de se apoiarem, de se socorrerem, se protegerem, que nos acampamentos, nas marchas e nos estacionamentos as tropas estejam em disposições vantajosas, dotadas das qualidades requeridas para campo de batalha, isto é: que os flancos estejam apoiados, que todas as armas de fogo possam ser empregadas em condições vantajosas. Para satisfazer a esses requisitos, quando uma columna está em marcha, é preciso ter vg. e flanqueadores que esclareçam na frente, á direita e á esquerda, bastante longe para que o corpo principal possa se desdobrar e tomar posição".

"Os tacticos austriacos afastaram-se constantemente desses princípios, fazendo planos baseados em informações incertas e que, si fossem verdadeiras no momento em que os faziam, cessavam de o ser no dia seguinte ou mais tarde, quando iam ser executados".

Dahi resultam claramente duas necessidades, para o imperador:

1º) Necessidade de estar sempre em estado de oppôr ao inimigo toda a potencia: organizar as forças para isso em todas as situações — marcha, estacionamento.

2º) Necessidade, até no momento em que se emprehende uma acção e se formula um plano, de não fazel-o sinão sobre informações certas e verdadeiras neste momento. D'onde serviço de informações.

Desta dupla necessidade resulta bem o triplice papel da vg.: *informação; protecção; tomada e conservação do contacto*.

Portanto, a vg. é necessaria até o proprio momento em que se lança o grosso, isto é, em que elle se desenvolve e começa a actuar sobre o inimigo.

A SURPRESA ESTRATEGICA

A noção da segurança, que reina como soberana no domínio da tática, domina dum modo indiscutível o emprego das tropas, quer se trate de *esclarecer* e de *cobrir* uma manobra, quer se trate de *preparar* e de *reunir* seus meios de ação, ou de *applicar*-os a um objectivo reconhecido; e esta noção reaparece no primeiro plano das considerações sobre as quais devem basear-se as disposições estratégicas.

Onde não ha *segurança estratégica*, ha *surpresa estratégica*, isto é, possibilidade para o inimigo de nos atacar sem que estejamos em estado de recebel-o bem, possibilidade para elle de impedir a nossa reunião insuficientemente protegida, ao passo que, ademais, as nossas tropas se engajam, se extraviam, se comprometem em direcções falsas, por motivo mesmo da insuficiencia do esclarecimento, das informações, isto é, da noção de segurança: arte de agir em segurança, como tambem seguramente, isto é, com conhecimento de causa.

A SEGURANÇA ESTRATEGICA

Entrar em operações comporta, portanto, aos olhos de Napoleão: ir ao inimigo, com uma vg. e um grosso capazes: um, o grosso, de realizar uma manobra á ultima hora, montada ao sabor das circumstâncias; outro, a vg., de garantir a segurança, isto é, de fornecer informações certas, a certeza para base dessa manobra que se projecta, a segurança para preparal-a e realizal-a sem perigo.

A manobra desbordante tem emprego especialmente justo contra uma vg., porque esta não preenche mais a sua missão desde que seja ladeada.

As vgs. em retirada combatem inspiradas no duplo papel: *observar o inimigo e retardar*-o em suas approximações. Ellas retardam o inimigo obrigando-o a tomar suas disposições de combate, a reunir-se, desenvolver-se, a usar a sua superioridade para desbordar.

A natureza do terreno, como tambem a distância do corpo a cobrir determinam a duração da resistência.

... Normal e racionalmente é preciso não procurar deter o inimigo e retardar-o sinão por um dos 3 meios:

1º) Provocando a sua circumspecção e, para isso, a lentidão de sua marcha;

2º) Prolongando tanto quanto a prudencia o permitta, e não mais, a resistencia a pé firme;

3º) Não executando a retirada sinão o mais lentamente possível.

"E' menos pela sua ação efectiva do que pelo proprio facto de sua presença, menos combatendo do que ameaçando incessantemente de combater, que as vgs. cumprem sua missão. Ellas não entravam a ação do inimigo, mas como um pendulo elles moderam e regulam os seus movimentos e permitem, assim, reconhecer o seu mecanismo e alcance" (CLAUSEWITZ).

As dificuldades do combate em retirada são:

1º) Perigo de ser ladeado: a vg. ladeada não cobre mais o corpo principal e pode ser cortada.

2º) Perigo de se deixar abordar, o que torna muito difícil desvencilhar as tropas.

3º) Necessidade de combater pelo fogo a grande distancia, para agir de longe sobre o ini.

A BATALHA: ATAQUE DECISIVO

"Na guerra, enquanto falte alguma coisa a fazer, nada está feito" (FREDERICO).

A guerra moderna, para chegar a seus fins — impôr a vontade ao adversario — não reconhece senão um meio: a destruição das forças organizadas do adversario.

Esta destruição, ella a comprehende, a prepara, pela batalha, que visa supplantar o adversario, desorganizar o seu commando, a disciplina, os liames tacticos, as *tropas como forças*; ella a realiza pela perseguição, na qual o vencedor, explorando a superioridade moral que a victoria lhe dá sobre o vencido, despedaça, acaba as tropas desmoralizadas, desaggregadas, impossíveis de commandar, isto é, forças que não o são mais.

... para preencher plenamente o seu duplo objecto, de ser o *fim racional* das operações estratégicas e o *meio efficaz* da tática, a batalha não pode ser puramente defensiva. ... seria um duello em que um dos combatentes não fizesse senão paradas... Donde a consequencia: que a forma *offensiva*, quer seja immediata, quer suceda á defensiva, é a unica que pode dar resultado e por conseguinte é a que sempre deve ser adoptada, pelo menos no fim de contas.

A ação, já em tática, é a lei primordial da guerra. "Fazer a guerra, sempre foi atacar" (FREDERICO).

De todos os erros só um é infamante: a inacção.

Dito de NAPOLEÃO: "2 mamelucos fazem frente a 3 franceses; 100 franceses não temem 100 mamelucos; 300 franceses vencem 300 mamelucos; 1.000 franceses batem 1.500 mamelucos: tanto é grande a influencia da tática, da ordem e das evoluções". Logo, o valor individual da tropa não basta para crear a victoria; decisivo a principio, elle perde sua influencia, seu peso, á proporção que o numero cresce.

"Cem mil homens perdem dez mil e se confessam vencidos; batem em retirada deante dos vencedores, que perderam igual numero, si não mais. Afinal, nem uns nem outros sabem, ao retirar, nem o que elles mesmo perderam, nem quanto perderam os outros". (General CARDOT)... "80.000 homens vencidos se retiram deante de 80.000 vencedores,unicamente porque não querem mais lutar, e não querem mais porque não crêem mais na victoria, porque estão desmoralizados, estão com a resistencia moral exgotada" (O mesmo). E' o que faz dizer a Joseph de MAISTRE: "Uma batalha perdida é uma batalha que o vencido julga haver perdido, porque, ajunta elle, uma batalha não se perde materialmente. Logo, é moralmente que ella se perde. Mas, então, é tambem moralmente que ella se ganha e nós podemos prolongar o aphorisma: *Uma batalha ganha é uma batalha em que esse vencedor não se quer confessar vencido*".

De BRACK, depois de FREDERICO, passa deante dum velho castello da SILESIA. Na porta um brasão: dois cervos ás marradas; como divisa: O MAIS OBSTINADO VENCE. "Eis

a mais verdadeira fonte do successo" exclama o homem de guerra. Victoria igual a vontade.

... Lembremo-nos simplesmente de BU-GEAUD que na sua narração do combate de ARLY nos mostra o inimigo em fuga sem que se lhe tenha dado um tiro, mas porque o inimigo avança: "O poder moral! tu és a rainha dos exercitos!" exclama elle. "A desmoralização, diz o gen. CARDOT, é o ultimo fim, a causa efficiente e a verdadeira explicação do successo... A victoria decisiva, a verdadeira victoria, é a victoria moral". VON DER GOLTZ continua: "Não se trata tanto de anniquilar os combatentes inimigos, mas de aniquilar a sua coragem. A victoria é vossa desde que tenhaes feito nascer no adversario a convição de que a causa delle está perdida". E mais adeante: "Reduz-se o adversario não pelo anniquilamento individual e completo, mas destruindo as suas esperanças de victoria". E' o que FREDERICO resume numa phrase: "Vencer é avançar". "Mas, qual é o que avança? Aquelle cuja consciencia e tenacidade fazem o outro recuar". (DE MAISTRE). Portanto:

Guerra = departamento da força moral;

Victoria = superioridade moral do vencedor; depressão moral do vencido;

Batalha = luta de duas vontades...

"Não foram as legiões romanas que conquistaram as GALLIAS: foi Cesar. Não foram os soldados cartaginenses que fizeram ROMA tremer: foi Annibal. Não é a phalange macedonica que penetra até a INDIA: é Alexandre. Não é o exercito francez que atinge o WESER e o INN.; é Turenne. Não foram os soldados prussianos que durante sete annos defenderam a PRUSSIA contra as tres mais temíveis potencias da EUROPA: foi FREDERICO" (NAPOLEÃO).

... Os grandes resultados na guerra, são obra de comando.

"Faz-se uma idéa pouco exacta da *força d'alma* necessaria para, tendo completamente refletido nas consequencias, travar uma dessas batalhas de que depende a historia dum exercito e dum paiz, a posse de um throno", disse NAPOLEÃO; e acrescenta: "também é raro achar generaes que espontaneamente travem batalha". E diz CLAUSEWITZ: "Como alma forte entende-se não aquella que não conhece senão as fortes emoções, mas aquella que não tem o equilibrio perturbado pelas mais fortes emoções"...

"As batalhas das quaes se não sabe dizer por que foram travadas e com que fim são recurso commun da ignorancia". (Mal. de SAXE).

... Os grandes acontecimentos da historia, os desastres que ella registra em certas paginas, ... não são jámais accidentes, mas sim resultados de causas superiores e geraes, que se chamam o olvido das mais vulgares verdades intellectuaes e moraes, como tambem o abandono da actividade do espirito e do corpo, que constituem, entretanto, a vida e a hygiene dos exercitos.

A BATALHA MODERNA

Os diferentes actos da batalha são:

Preparar — Executar — Explorar: o ataque decisivo.

O papel da preparação consiste em:

Informar — Resistir — Fixar.

O papel do commando consiste em prever desde o começo esses actos da batalha e adoptar uma repartição das forças que, para assegurar as correspondentes necessidades, permitta:

1º) Guardar-se contra o inimigo e para isto oppôr-lhe em todos os pontos em que elle se apresente forças capazes de lhe resistirem todo o tempo que dure a preparação:

2º) Organisar o acto decisivo, com o cuidado de reservar uma certa massa prompta para responder ao imprevisto ou a intervir a propósito na luta, quer se trate de parada, quer de resposta.

Essa repartição, para "satisfazer ao principio da economia das forças, consagra á preparação o estritamente necessário, á execução a maior porção possível de forças, e á exploração tudo quanto ainda esteja valido.

Não se podem fixar regras absolutas, proporções mathematicas, para essa repartição, especialmente no que diz respeito á reserva de ultima hora, cuja força depende evidentemente das informações que se tenham sobre o inimigo nesse momento, das circumstancias e do temperamento do chefe que comanda.

Atacar os pontos importantes do terreno, tomar os, ahi installar-se; defendel-os si forem atacados, retomal-os si forem perdidos, fazer delles nova base para novos progressos si o inimigo não os ataca: taes são os processos de que devem continuamente inspirar-se as tropas da preparação, até que o inimigo abandone toda esperança de vencer, e ceda o logar, ou que elles mesmas tenham que parar extenuadas. Mas ainda então é necessário que elles se installem deante do adversario para ameaçal-o e para recalcal-o, si elle tentar avançar.

Para o ataque decisivo, isto é, a execução, é necessário:

1º) completar a sua preparação;

2º) executal-o;

3º) terminal-o e exploral-o.

Preparação do ataque decisivo — artilharia.
Execução — infantaria.

Acabamento e exploração — cavallaria (São titulos de capitulos).

Execução... Chegou o momento de atacar. A a. abalou a resistencia do adversario, compete á i. derrubal-o. Para decidir o inimigo a bater em retirada, é preciso acabal-o, marchando sobre elle; para conquistar a posição, para tomar o logar delle, é preciso ir lá.

O fogo, por mais poderoso que seja, não garante esse resultado: aqui começa em particular a accção das massas de i.

Marchar, e marchar depressa, precedido da chuva de balas; á medida que se aperta o adversario, apresentar tropas mais numerosas e mais em mão; tal é a formula base das formações a adoptar e da conducta a praticar.

A' massa de ataque é necessário, hoje como no passado, para que tenha exito, a vontade firme de chegar. A tropa encarregada dum ataque decisivo só deve conhacer a maxima de BU-GEAUD: "Chegado o momento de atacar, marchae e abordae o vosso inimigo com essa energia e esse sangue-frio que tudo permitem executar".

Portanto, vigor, rapidez, violencia, exclusão de toda pausa prolongada, e para isso empenho rapido das forças pela retaguarda, para impulsionar as da frente: taes serão os caracteres a imprimir a esse momento da accção.

BRASILISEMOS O BRASIL

Pelo Cap. JOSÉ FAUSTINO FILHO

"E si me é dado a Ti subir meus votos,
si é dado pela Mãe pedir um filho,
voem meus votos sobre accezas azas
do sol — e Tu, Senhor, propicio attende:
Nada por mim! — por minha Patria—tudo!
Fados brilhantes ao Brasil concede!"

* * *

Anisio de Abreu, dos poucos operosos, destemidos e fulgurantes parlamentares que tivemos, dizia, ao relatar o orçamento da receita, em 1903: — "Os annos passam, os problemas envelhecem, em toda parte se lhes dá solução, mas entre nós nunca chega a oportunidade de realizar os, as idéas e as reformas nunca amadurecem. Chama-se a isto política da prudencia, do bom senso, a politica conservadora".

Agora que não temos Congresso para fazer politica conservadora, parece ter chegado a oportunidade da realização dos envelhecidos problemas.

Actos já tem havido, até, que os encaram pelo aspecto de sua brasiliade.

Entre estes, está, o do Sr. Ministro do Trabalho que, regulando a immigração, estabeleceu no art. 3º, do respectivo decreto, que as empresas, companhias e firmas commerciaes as quaes explorem ou não concessões do governo federal, estadual ou municipal ou contractem serviços publicos, devem provar que ocupam, como empregados, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos.

Tal medida, que merece geraes encomios, deve entender-se com todos que estéjam estabelecidos em territorio brasileiro, quaesquer que sejam as condições deste estabelecimento.

Precisamos igualmente de dar caracter mais accentuadamente brasileiro ás repartições pubblicas, por onde ainda existem estrangeiros, brasiliando em algumas suas proprias denominações. Porque havemos de chamar Thesouro, Museu ou Archivo Nacional? Apenas para dizer que pertencem á Nação? E' pouco. Estas repartições, bem como as estações telegraphicas que se espalham por todas as cidades, podiam ostentar garbosamente o letreiro de Telegrapho Brasileiro, Thesouro Brasileiro, Museu Brasileiro e Archivo Brasileiro. Si aquella denominação foi escolhida para distinguir as nossas repartições de qualquer outra estrangeira existente no Paiz, ha algumas que não se justificam, porque não se admitem, por exemplo, que venha a existir um Corpo de Marinheiros estrangeiros em territorio brasileiro.

No exterior então, a denominação de Marinheiros Nacionaes, escripta nos casquetes nada pôde significar, uma vez que por ella não se adivinha a que nacionalidade se refere. A propria lingua que está gravada deixará a duvida si se trata dum marinheiro brasileiro ou portuguez. Substituimos pois, a esdruxula denominação por essa

mais expressiva, entusiastica, pomposa e patriotica: — Corpo de Marinheiros Brasileiros.

Brasilisemos tambem a nossa moeda, não admittindo que circulem, no interior, vales de municipalidades e fichas de empresas particulares, e, na fronteira, moedas estrangeiras, como acontece na Foz do Iguassú, onde os pesos argentinos e paraguayos sobrepõem ao mil réis brasileiro. No Amapá só o franco tem aceitação.

As razões do abuso são conhecidas, de um lado a falta de trocos, a inexistencia das moedas de pequeno valor, e de outro a inobservancia da lei por parte dos collectores que se negam a receber notas com descontos ou dilaceradas, sendo certo que a lei manda que as recebam e determina o seu valor, mesmo quando della só exista metade.

Brasilisemos nossa moeda, obrigando as repartições pubblicas a recebel-as pelo justo valor, qualquer que seja seu estado de conservação e vedando a qualquer, salvo as casas de cambio, transacionarem moedas estrangeiras, vales ou fichas illegaes, que tantos males têm causado aos proprios que os emittem!

Cuidemos ainda dos infelizes brasileiros, filhos dos colonos do sul, que tambem são brasiliada gente.

Ao ser posta em execução a lei do sorteio, um facto houve que muito impressionou a Nação, echoando profunda e tristemente em todos os corações patrioticos: foi o do aparecimento de grande numero de conscriptos, brasileiros natos, embora descendentes de estrangeiros, quē não sabiam falar o portuguez.

Com o decorrer dos annos, tem crescido aquelle coefficiente, não obstante as medidas legislativas postas em pratica para extinguir com o deprimente espectaculo.

Aqui mesmo na Capital Federal, em 1920, tive como commandados, no 2º R. A. M., vinte sorteados espiritosantenses que só falavam o alemão.

Ainda agora, no corpo em que venho de servir, em pleno coração do Rio Grande do Sul, avultado era o numero destes sorteados e, coisa notavel, si bem que humilhante para nós, muitos dentre elles sabiam contar, ler e escrever, correctamente... em alemão.

Foi esta, provavelmente, a razão pela qual a zona colonial e agricola do Estado, muito menor do que a dos latifundios, apresentou, no senso geral, maior coefficiente de letRADOS, quando ali o ensino publico não é mais desenvolvido do que nas regiões rurais.

S. Leopoldo, antiga colonia alemã, figura em 1º lugar dentre os municipios do Brasil com o coefficiente de 647 sobre 1.000 analphabetos.

E' que a instrucao foi accepta dum ponto de vista generico.

Na estancia do Irah y Aguas do Mel, a mui justamente afamada pelas suas virtudes me-

MATERIAL PARA O EXERCITO

IMPULSO INICIAL

"Na medida dos recursos do erario deve-se prover o exercito do material que lhe é indispensavel, sobretudo do que se refere á artilharia e á aviação".

"Tudo quanto a Nação fizer para tornar efficientes as suas forças terrestres e maritimas encontrará nessa mesma efficiencia a melhor compensação".

(Da plataforma do Dr. Getulio Vargas).

"Sem material, o exercito (mutatis mutandis, a marinha) por mais que a Nação despenda com o seu pessoal, por mais numeroso e patriótico que este seja, jámais poderá ter competencia, nem efficiencia, não passará de mero ajuntamento inerme — inoffensivo e indefeso..."

"... não percamos mais tempo para concretizar em um impulso inicial a urgentíssima renovação do nosso ma-

dicinaes, só existe uma escola que funciona e é mantida pela Igreja Protestante e ahi o ensino é ministrado na lingua de Goethe pelo Sr. Hans Tesdorff e sua esposa, casal de professores alemães provindos duma colonia africana.

Os livros e cadernos alli utilizados são todos escriptos em alemão, num delles, que commigo conservo, lê-se naquelle lingua o seguinte titulo: — "Geographia dos Estados Unidos do Brasil para as Escolas alemães no Brasil, editado por A. W. Sellin. Beneficencia dos alemães no estrangeiro (Sociedade escolar alemã geral) "Ortsgruppe, Hamburgo. C. V. 1919" *Hoc tibi non ita decrum est.*

Os infelizes colonos, como os proprios brasileiros naturaes do lugar, estão ante o dilemma: — ou seus filhos continuam analphabetos ou se matriculam na escola protestante do mestre alemão.

Não ha que optar, nem tambem como exigir que alemães recemchegados da Africa leccionem portuguez e historia do Brasil.

São, entretanto, verdadeiramente fabulosas as quantias despendidas pelo governo federal com o pessoal encarregado do "Serviço de Nacionalização do Ensino".

Só para o Rio Grande tem sido consignado, annualmente, o credito de 400.575\$000!...

O governo estadual, por sua vez, destinou

material de guerra em serviço e, se possível, a aquisição de especimenes que baterias de montanha".

"... pôde-se dizer que o exercito brasileiro está desarmado de artilharia, excepção apenas de algumas baterias de montanhas".

(Do editorial ultimo d'"A Defesa Nacional").

A nossa penuria em artilharia grossa em todas as ramificações dessa arma da potencia de fogo: inexistente é a artilharia anti-aerea; de artilharia blindada de infantaria — carros de combate ou tanks — apenas possuímos uma timida amostra de material já decrepito; a artilharia pesada está representada numa só variedade, com apenas 4 peças; dos obuzes e canhões de campanha acham-se quasi imprestáveis mais de 50 % e os restantes em grande atraço technico; igual é o atraço da nossa parca artilharia de costa.

Ahi estão marcados a tiro rapido os vértices do vasto polygono em que está por inscrever todo o programma com que talvez o

ás escolas a cargo das Comissões de Terras e Colonização, no corrente exercicio, a subvenção de 31.200\$000.

Não obstante todas estas verbas, o cancro cresce assustadoramente, pois aumenta anno a anno o numero dos que não falam o portuguez.

O "Serviço de Nacionalização do Ensino", não se faz notado, embora consuma annualmente, 1.283.535\$000, sendo 346.050\$000 no Paraná e 536.910\$000 em Santa Catharina. (Vide: Orçamento do Ministério da Justiça). A respeito deste estado conche o seguinte facto:

Achava-se, em Março ultimo, o zeloso e projecto pro-vigario de Santa Maria, Monsenhor Luiz Scortegagna fazendo sua visita pastoral ás localidades situadas em ambas as margens do Uruguay, quando attingiu, do lado catharinense, o porto de São Carlos, cuja população, que orça por 1.000 almas, lhe preparara festiva recepção, com palmas, bandeiras e galhardetes. Ao saltar em terra foi o eminente prelado saudado, em alemão, por eloquente orador; mesmo porque outro não havia capaz de dizer duas palavras em portuguez. E isso se deu debaixo da sombra protectora do angico altaneiro, da guajuvira majestosa, do cedro alto e soberbo, em cujos galhos gorgoeava, estridentemente, um enorme bando de lindos periquitos chilreadores, garrulos, ridentes... e... verdes como a esperança!...

Conselho Superior da Defesa Nacional possa estreiar o seu funcionamento, para que novamente tenha realidade a existencia de artilharia no nosso Exercito. Dizemos "novamente" porque seria clamorosa injustiça deixar sequer uma péga á suspeita de que o nosso material de artilharia não fosse a seu tempo uma realidade. Por exemplo, os nossos admiraveis canhões e obuzes Krupp de campanha eram a seu tempo a ultima palavra como perfeição em suas classes; a propria *Allemanna*, que nulos forneceu não possuia por então um canhão de tiro rapido tão em dia com as maiores conquistas do progresso.

São, porém, passados vinte annos.

A artilharia de campanha distribuida ao exercito do pé de paz — e nem para todo elle tem bastado a que lhe tem sido fornecida — não se destina a ficar nos parques sob redoma; destina-se a trabalhar, e trabalhar muito, para treinar o pessoal com o seu emprego, porque de nada serve — senão para enriquecer os despojos do inimigo — um canhão optimo nas mãos de artilheiros pessimos. Pouco é o trabalho de fogo que se dá aos canhões em tempo de paz, mesmo porque a munição é custosissima; em todo caso, pouco é, quasi nada, o que o tiro deteriora no material; mas o rolamento, as trepidações que elle causa, é o que muito rapido damnifica não só a viatura em si, considerada simplesmente como porta-canhão, mas ainda os seus mais delicados orgãos accessórios, essencias para a realização do tiro. Comtudo, apesar de todos os pesares, 50 % dessa nossa artilharia de campanha, após vinte annos d. intenso serviço, acha-se em bom estado, comparativamente ao que apresentava quando novo.

Mas... em 1908 o alcance mal andava pelos 6 km.; hoje não se pôde argumentar com menos de 10 km. "Não é necessário munir-se de qualquer especialização de conhecimentos militares, de tactica ou de estrategia, para comprehendêr o papel ridiculo, naus que tragicó, dum exercito armado de canhões que não podem alcançar senão a 6 km., a pretender medir-se com outro que tenha canhões com o alcance de 10 km.: aquelle infeliz será submerso de balasios muito antes de poder atingir uma posição de onde o adversario lhe fique ao alcance do braço, de onde possa revistar e pelejar condignamente.

Seria insanía querer de chofre encher todo o vazio deixado crescer em decenios de descuidança, mesmo porque a receita inteira da Republica não supportaria tal loucura. Mas

o que o patriotismo equilibrado, real, está a nos impôr é que seja assentado o plano de conjunto do nosso provimento de artilharia, com a competente escala de urgencia e gradação na execução, relegando-se para etapas finaes de esforço a amplidão do que no papel está figurando como existencia do pé de paz, e que não percamos mais tempo para concretizar num impulso inicial a urgentissima renovação do nosso material de guerra em serviço e, se possível, a aquisição de especimenes que ainda não possuimos".

(Do editorial ultimo).

Como é intuitivo, deixamos ao orgão tecnico competente o encargo de precisar as espécies e quantidades dessas primeiras aquisições, que visamos proporcionar com a verba muito modesta de *seis mil contos ouro*. Com ella, mórmemente ajustada uma negociação favorável a ambas as partes, para seriação dos fornecimentos e pagamentos, ha de ser possível realizar esse inicio de revigoramento da nossa artilharia.

Daremos, assim, ao paiz, mais que ao proprio exercito, uma demonstração concreta da sinceridade de propositos que dictam, sobre-tudo, a propria manutenção desse orgão capital, que, porém, quando desprovido dos imprescindiveis recursos para efficiente desempenho de seu papel funcional, desgraçadamente demasiado justifica a pécha de méramente *parasitário e orçamentívoro*.

Daremos, mais particularmente, uma demonstração concreta da sinceridade que guiou os dirigentes quando, vae para dez annos, fizemos o contracto de uma missão instructora estrangeira, e quando, por influição da mesma, inscrevemos, em versaes, nos nossos regulamentos a verdade universal, tão gripada pela grande guerra mundial de nossos dias, referente ao papel decisivo do material no aparelhamento da força armada. Essa verdade é tão velha quanto a guerra, quanto a humana-dade de que ha registro na Historia. Para não remontarmos ás brumas de mais priscas éras, ás catapultas e aos arietes, e ainda mais longe, lembremos a sentença camoneana, de hontem: "*a plumbea péla mata*". Outra coisa não diz a edição moderna do academico lingua-jar destes quinze annos ultimos: "*Não se luta com homens contra material*".

Só uma visão unilateral do problema permitirá objectar impossibilidade momentanea: além dum especial esforço, certas economias, antes córtes, nas verbas usuais permittirão

O VALOR DE UM MÉTODO

(Ensinamentos colhidos na E. N. G.)

"Nada de novo, mas de uma nova forma"

Pelo 1º Ten. AUGUSTO MAGGESSI PEREIRA

SUMMARIO:

- I — Preliminares.
- II — Organização e direcção do ensino na E. N. G..
- III — Coordenação dos assumptos estudados — Instalação material.
- IV — Programmas.
- V — Bases geraes sobre a conducta a ter na execução dos trabalhos, maneira de confeccional-os e apresental-os.
- VI — Conselhos sobre a leitura de obras e regulamentos.
- VII — Conselhos sobre os Registros e Notas Profissionaes.

I — Preliminares:

Na Escola Naval de Guerra, onde recentemente vimos de completar o **Curso de Commando, o Método** seguido na organização, distribuição e execução dos trabalhos constituiu para nós motivo de justa admiração e real aproveitamento.

Todos os assumptos referentes ao Curso são aí dispostos em progressão lógica e conveniente-

mente ventilados, de modo que, no decorrer do anno, a fiel observância desse método vai, a pouco e pouco, fazendo com que os officiaes alunos aumentem seus conhecimentos e adquiram espirito de ordem, desenvolvam a iniciativa, o golpe de vista e o habito de resolver situações, desde as mais simples ás mais complexas.

Por esse motivo, vamos aqui fazer uma exposição do seu conteúdo, mas sem entrar em detalhes de cada uma das partes que, por ser muito interessante, exigiria trabalho especial.

II — Organização e direcção do ensino na E. N. G.:

O ensino na E. N. G. acha-se distribuído por dois "departamentos" chamados:

- Departamento de Commando;
- Departamento de Operações, sendo que este se divide em:
 - a) Departamento de Operações propriamente dito;
 - b) Secção de Estratégia;
 - c) Secção de Tática.

Convém relembrar a nossa intenção de não entrar em minúcias; mas, no momento ocorre-

destinar uns *seis mil contos ouro* para as aquisições do proximo anno, a concentrar em grandes unidades que successivamente se elevem á dotação completa.

(Do editorial ultimo d'"A Defesa Nacional").

Se por alguma forma deve impressionar a despesa ouro que sugerimos para tão relevante, urgente objectivo, só deve ser pela moderação do numero alvitrado. É devérás de pouca monta esse gasto, não representa nenhum divorce entre Finanças e Guerra.

Economizar não é cegamente, esquematicamente, não gastar. Economiza-se quando não se gasta com superfluo, não se esbanja, se adia despesa preterível; muitas vezes se desperdiça, pratica-se um attentado contra a verdadeira economia, quando se deixa de effectuar um gasto urgente, complementar, essencial, e mais importante do que a somma que se ratinha, se aferrolha, é o prejuizo retroactivo decorrente da improductividade a que se condemna, pela sonegação de reforço, uma somma que já fôra gasta e que veiu a ser insuficiente para ultimação do emprehendimento. *Economiza-se, e excellentemente, gastando tudo quanto é ne-*

cessario para coroar, dar efficiencia, vida útil, ao que está em obra, tanto quanto o esforço do momento comporte, e com oportunidade.

O sistema esquematico do credito especial, no fim de contas não encerra vantagem pecuniaria, e é impolítico, em vista da encenação a que inevitavelmente dá lugar, e da natural exploração pelo estrangeiro, cioso de nos ver estagnados na nossa bem sabida nullidade militar.

De muito melhor política é prover ás mesmas necessidades por meio do serviço orçamentario corrente, ordinario, mórmente declarando-se, como se declara e é a verdade, que se trata de material de pé de paz.

Implicitamente, o governo adoptando esse caminho assume o compromisso de continuar a destinar a necessaria dotação annual, até maior, porquanto está lisamente declarado que esta primeira visa apenas um *impulso inicial*.

Ao mesmo passo, concedida essa dotação orçamentaria ordinaria, fica o governo emprazado a organizar a tempo o falado plano de conjunto, por onde melhor base resulte para serem assentadas as quotas dos annos próximos.

nos dizer que, o Departamento de Commando, não obstante cooperar com o de Operações e respectivas Secções na efficiente applicação do **methodo**, tem a sua direcção independente; isto é, ao passo que o Departamento de Operações é autonomo quanto á diffusão do ensino e exerce injunções sobre as Secções de Estratégia e Táctica, — o de Commando com aquelle sómente coopera, em intima ligação.

O Departamento de Operações bem como as Secções já referidas, são dirigidos e auxiliados por Oficiais superiores da nossa Marinha de Guerra e que servem na Escola por periodo de 2 ou 3 annos, todos sob a sabia orientação dos Oficiais da Missão Naval Americana.

O Departamento de Commando tem como chefe o Vice-Director da Escola auxiliado por um outro oficial, o qual acumula o trabalho da Secretaria Militar. São orientados pelo Official mais antigo da Missão Naval Americana.

O Director da Escola, além de dirigir a plenamente sob o ponto de vista militar, orienta os dois Departamentos.

III — Coordenação dos assumptos estudados — Instalação:

Os oficiais alunos, logo após sua apresentação, recebem do Secretario Militar, tres pastas de folle assim discriminadas:

- Pasta do Departamento de Commando.
- Pasta da Secção de Estratégia.
- Pasta da Secção de Táctica.

Cada uma destas contem, na parte externa superior, uma relação em numero de ordem de todos os assumptos a serem tratados durante o anno e que serão oportunamente distribuidos, conforme os **programmas**. Além disso, os oficiais passam recibo da maioria das publicações (instruções, regulamentos) do E. M. A., cuja utilidade se faça sentir no decorrer do Curso; sendo que tais regulamentos ou folhetos serão restituídos, uma vez terminado o anno lectivo.

Não nos detemos em enumerar esses folhetos e os assumptos contidos nas pastas acima citadas, porque, além de serem muito importantes, pela sua considerável variedade, tomariam grande espaço, naturalmente em desacordo com o fim e a simplicidade que pretendemos impôr a este escripto.

Instalação:

Os oficiais alunos distribuídos em dois partidos geralmente antagonicos, são installados por pequenos grupos, de cinco no maximo em cada sala de trabalho, onde individualmente dispõem de confortável "bureau" com todo o material de expediente e de desenho indispensável á sua actividade.

IV — Programmas:

Sobre os programmas vamos entrar um pouco mais nos detalhes e mesmo fazer apreciações geraes, principalmente pela maneira por que são confeccionados, tendo em vista a dosagem dos assumptos e o aproveitamento do factor tempo.

a) Dosagem dos assumptos:

O preparo dos programmas obedece a periodos alternados de Commando, Táctica, Estratégia e Operações propriamente ditas, o que torna o ensino mais atraente e proveitoso.

Outrosim no ambito de cada um desses programmas observa-se a mesma preocupação de variar e alternar os assumptos, para despertar o necessário interesse e forçar ao estudo em continuidade.

A dosagem de um desses programmas e à progressão a ser observada pode, por exemplo, apresentar o aspecto seguinte:

SECÇÃO DE TÁCTICA

Programma do Período — CURSO DE COMMANDO

Dias	1º Tempo	2º Tempo
D	<p>REUNIÃO — (Sala de Conferencias).</p> <p>— Considerações sobre o presente periodo.</p> <p>Commentários sobre Folhetos distribuídos no momento.</p>	<p>ESTUDO</p> <p>Trabalho individual. Sessões de estudo sobre os Folhetos recebidos e recordação dos anteriores.</p>
D+1	<p>ESTUDO —</p> <p>— Continuação das sessões de estudo da tarde do dia D.</p> <p>— Distribuição de um Exercício.</p>	<p>ESTUDO</p> <p>Estudo, dos Folhetos e Regras tácticas. Solução do Exercício recebido pela manhã.</p>
D+2	<p>ESTUDO —</p> <p>— Entrega da solução do Exercício resolvido na tarde do dia D+1.</p> <p>— Sessão de estudo de mais um Folheto recebido no momento.</p>	<p>ESTUDO</p> <p>Continuação da leitura e annotação do Folheto recebido pela manhã. Estudo de regras tácticas.</p>
D+3	<p>REUNIÃO — (Sala de conferencias).</p> <p>— Commentários sobre o Folheto recebido a D+2.</p> <p>— Traçado da Cortina de Fumaça.</p> <p>— Distribuição de um Exercício.</p>	<p>ESTUDO</p> <p>Solução e entrega do Exercício recebido pela manhã.</p> <p>Distribuição e estudo de um novo Folheto.</p>
D+4, D+5, D+6, D+7

Dias	1º Tempo	2º Tempo
	REUNIÃO — (Sala de Jogo). — Preleção e analyse de uma batalha recente.	ESTUDO Solução de um Exercício.
D+8	REUNIÃO — (Sala de Jogo). — Continuação da analyse da batalha iniciada no dia D+8.	REUNIÃO Entrega de um Exercício. Apresentação do Registro e Notas Profissionaes sobre o Periodo anterior e o que termina. Passagem de Secção.
D+9		

Prescrições:

1 — Assumptos para leitura durante o periodo em vigor.....

2 — Suggestões sobre os assumptos a serem incluidos nos Registos e Notas Profissionaes e tambem as diferentes fórmas por que podem ser apresentados.

3 — Dias em que serão feitos commentarios e criticas sobre os trabalhos apresentados.

4 — Os Auxiliares de Ensino estarão sempre promptos aclarear qualquer assumpto do programma que não tenha sido perfeitamente apprehendido pelos officiaes alumnos.

b) Aproveitamento do factor tempo:

Na E. N. G. o trabalho effectivo diario é de cinco horas, repartidas em dois tempos:

1º — Das 09.30 ás 12.00;

2º — Das 13.30 ás 16.00.

O Curso completo medeia entre o mez de Fevereiro inclusive e o de Dezembro exclusive; isto é, importa em 10 mezes approximadamente.

Aqui reside a unica dificuldade para uma analyse instructiva.

O tempo, na nossa opinião, é realmente limitado para um curso intensivo como esse, em que durante 8 mezes e 20 dias, tivemos oportunidade de apresentar 48 trabalhos.

Dizemos **limitado**, não porque seja insuficiente para o cumprimento dos programmas; mas, por não admittir certo lazer, absolutamente necessário entre um e outro periodo, e proprio para o preenchimento das perdas imprevistas a que muito nos obrigam as cerimonias cívicas, os acontecimentos historicos, etc., etc. De facto, pelo que observamos, os trabalhos de E. N. G. (Respostas a questionarios, execução de exercícios, solução de situações estrategicas e tacticas, leitura fiel e annotação dos diversos documentos recebidos, comparecimento a conferencias, etc.). estão tão bem determinados no tempo que, qualquer outra actividade fóra de um dos seus periodas, será de mui difícil realização. Trata-se de

continuidade, de perfeita organização, mas em limite rígido.

Esta rigidez nós a sentimos, independente da vontade, por nos termos apresentado com um mez de atraso relativamente ao inicio do curso.

V — Bases Geraes:**A) Sobre a conducta a ter no estudo e execução dos trabalhos:**

O melhor meio de se adquirir conhecimentos é adoptar o trabalho individual. Estando isolado, o official sente necessidade de pesquisar, de consultar as publicações do E. M. e as obras de autores de renome, tendo assim em vista orientar-se melhor no cumprimento de seus deveres, imprimindo mesmo uma feição pessoal nos proprios trabalhos, onde, sem perceber, vae revelar aos professores o caracter de originalidade das suas idéas. A não ser nos casos especiaes determinados, em que os officiaes devem trabalhar em collaboração, na E. N. G. esta prescrição é observada, de modo que no fim do curso todos estão aptos a tomar decisões, a responder com firmeza e conhecimento de causa, a assumir responsabilidades.

B) Sobre a maneira de confeccionar e apresentar os trabalhos:

Os trabalhos, seja qual fôr a sua natureza, só podem ser effICIENTEMENTE expostos ou executados, quando se está senhor da doutrina de guerra; isto é, quando já se tem feito uma leitura meditada de todos os folhetos do E. M. e da E. N. G. aliada a frequentes applicações em casos concretos e ao confronto com os factos historicos.

Assim, por exemplo, os exercícios de tactica e de estrategia, os problemas de Operações, bem que diferentes entre si, devem no entanto ser resolvidos dentro da mesma doutrina, apenas surgindo ligeiras modificações quanto á sua fórmula padrão.

Da mesma sorte, o juizo a emitir pelos officiaes sobre as diferentes publicações, campanhas, etc., trabalhos esses sempre pedidos do inicio ao fim do curso, devem obedecer a certas indicações e especificações, assim enumeradas:

a) Indicações:

— Adoptar um estylo succinto e judicioso, tanto quanto possível sob a forma de esboço ou tabella.

— Evitar citações directas figurando-as de preferencia sob forma de notas.

— Preparar os trabalhos de modo que possam servir para consultas futuras.

b) Especificações:

— Seriar o juizo a ser feito, sob uma das tres categorias:

1 — Apreciações Geraes:

— Fazer em termos concisos uma summula do assumpto proposto, salientando os pontos principais.

2 — Apreciações analyticas:**— Em se tratando de uma publicação:**

— Indicar o fim a que se propõe a publicação dada.

— Esboçar seu conteúdo.

— Examinar e discutir o assumpto proposto de modo rapido e comprehensivel, dando ás

apreciações uma forma de synthese em que sejam considerados todos os pontos principaes.

— Em se tratando de uma campanha ou batalha:

- Esboçar a situação que deu origem á batalha ou campanha.
- Deduzir a missão e a decisão dos Chefes, em face de sua conducta geral.
- Delinear succinctamente as principaes phases da batalha ou campanha.
- Resumir os ensinamentos tacticos e estrategicos oriundos dos resultados da campanha ou batalha.

3 — Apreciações criticas:

— Em se tratando de uma campanha ou batalha:

- Indicar o fim dessa publicação.
- Determinar o grão de perfeição a que attingiu o autor quanto á consecução do seu objectivo.

Apresentar suggestões que possam melhorar a forma ou a essencia do trabalho em questão.

— Em se tratando de batalha, campanha ou actuação dos Chefes do passado:

- Levando em conta as condições actuaes da arte da guerra, desenvolver uma critica retrospectiva e justa.

Procurar estabelecer em consequencia, os principaes ensinamentos.

VI — Conselhos sobre a leitura de obras e regulamentos:

A experiença tem demonstrado que a melhor maneira de se augmentar a cultura profissional é consultar constantemente as lições do passado, devidamente guardadas as condições diversas de applicação que só a época presente pôde regular. Nenhum official poderá tornar-se bastante apto para resolver qualquer situação tactica ou estrategica, sem que esteja perfeitamente familiarizado com a conducta da guerra emanada dos Grandes Chefes; pois, é na insophismavel verdade historica que se encontram os mais aproveitaveis ensinamentos da guerra.

Por outro lado, é de toda conveniencia para os officiaes, manterem-se bem ao par dos regulamentos, que encerram uma verdadeira **resenha de experiença** de frequente applicação e onde com facilidade saberão descobrir os diferentes assumtos de que tenham necessidade.

Ainda aqui, porém, o **methodo** se faz sentir: E' preciso antes de tudo, para o official, organizar um **plano de leitura** em que o tempo utilmente aproveitado, a importancia dos assumtos ordenada, o renome dos autores respeitado, etc., compensem o esforço a dispender.

— Como já tivemos oportunidade de dizer, não vamos detalhar quaes as melhores fontes de consulta, principalmente porque ainda somos dos principiantes.

Todavia, como tratamos de assumpto naval, temos a satisfação de chamar a attenção do paciente leitor para as 36 mais interessantes publicações do E. M. A., os Folhetos da E. N. G. e tambem para as bem organizadas bibliographias sobre Tactica, Estrategica, etc., dessa mesma Escola.

Semelhantemente poderíamos proceder quanto aos assumtos militares interessando aos cursos existentes no Exercito.

VII — Conselhos sobre os Registos e Notas Profissionaes:

Esta ultima parte, constitue a nosso ver, o coroamento de um methodo optimamente elaborado. Com efecto, não ha negar a grande vantagem que se tem em auxiliar a memoria, — sempre susceptivel de falhas, — pelo registo e annotação dos factos e das conclusões deduzidas da experiença.

E o melhor meio de isto conseguir, é o oficial manter-se em permanencia durante o Curso, — seja qual fôr a sua natureza, — munido de lapis e caderno para aproveitar todas as oportunidades de tomar as notas mais uteis, que lhe servirão de fonte de consulta no futuro.

Estes conselhos, é bem verdade, não constituiram, para nós, durante a estadia na E. N. G., uma novidade; já os havíamos recebido desde 1926 quando iniciavamoos o Curso de Aperfeiçoamento e os applicámos em parte durante o Curso de Estado Maior.

Comtudo, devemos confessar que muito lucrâmos quanto a certeza das **vantagens** e á **fórmula** mais propria a dar aos Registos e Notas Profissionaes.

A — Vantagens:

Mantidos em dia e devidamente collecionados, taes assumtos offerecem as seguintes vantagens:

- a) "Economia de tempo".
- b) "Revivescem e reflectem o passado".
- c) "Auxiliam a previsão do futuro".
- d) "Permittem acompanhar o progresso".
- e) "Evitam methodos erroneos e má orientação".
- f) "Resguardam contra exageros".
- g) "Asseguram o maximo proveito da experiença".
- h) "Auxiliam a resolução rapida de questões e a elaboração de planos".
- i) "Constituem a unica base no futuro".

Além das notas propriamente tomadas nas diferentes sessões de estudo, conferencias e commentarios proprios do Curso, podem ser incluidos nos registos profissionaes:

1 — Memoranda do proprio official sobre: referencias de leituras ou estudos, copias de trechos de trabalhos individuais, notas á margem de livros ou trechos delles transcritos.

2 — Memoranda de outras fontes, taes como: documentos completos ou não, que forem julgados uteis para algum estudo futuro, ou mesmo para serem usados como referencia.

B — Fórmula:

Tendo em vista as vantagens já mencionadas, que devem offerecer os Registos Profissionaes, a **fórmula** mais apropriada a sé lhes dar será a de **fichas organizadas** de acordo com os assumtos, (sem levar em conta a origem e a ordem chronologica), em que cada referencia assinala o assumpto geral e indica onde encontrar a informação desejada.

Outras formas podem ser adoptadas, como por exemplo, os cadernos com indice alphabeticó, as pastas, etc.; mas nenhuma pôde comparar-se em utilidade, á acima preconizada.

Finalmente, chamamos a attenção dos collegas que ainda não cursaram o Estado Maior, sobre a importancia desta matéria, para que na

Pontes suspensas para Infantaria

Pelo Major R. B. NUNES

I — GENERALIDADES

1 — A transposição de córtes do terreno, por meio de pontes com supports intermediarios, exige que o fundo desses córtes sirva de apoio para os supports fixos ou fluctuantes.

Essa condição nem sempre se apresenta; tal é o caso dos rios encaixados por margens altas e abruptas — os rios extremamente correntosos e de leito rochoso — as grótas profundas, etc. etc.

Nesses casos é preciso recorrer, conforme a largura do córte, ás pontes rígidas sem apoio intermediario ou ás pontes suspensas.

O tipo de ponte de campanha mais pratico, de construcção mais rapida e que em iguaes condições de capacidade exige menor somma de material, é a ponte suspensa. Ela é de emprego sobretudo vantajoso nos vãos comprehendidos entre 15 e 35 metros.

O material necessário para sua construcção pôde ser facilmente encontrado no interior do paiz, com excepção talvez dos cabos de suspensão. Mas, esse material, de peso e volume relativamente pequenos, é susceptivel de dividir-se em cargas de peso limitado que pôdem ser facilmente transportadas nos carros parques das Cias. de Pnt. em quantidade suficiente para a construcção de uma ponte para infantaria.

O inconveniente desse sistema de pontes, quando construidas unicamente com os recursos de campanha, é a sua grande flexibilidade; mas os movimentos ondulatorios do taboleiro, produzidos pela passagem dos homens, e as oscillações transversaes provocadas pelo vento, pôdem ser sensivelmente attenuados como adiante se verá.

Em campanha, as pontes suspensas são as mais apropriadas aos vãos largos e ás cargas pequenas. A contrucción de uma ponte suspensa para tráfego pesado é, em regra, impraticavel com os recursos exclusivamente encontrados no campo.

2. Descrição e nomenclatura.

Nesse tipo de ponte o taboleiro é suspenso a dois ou mais cabos estendidos de uma a outra margem da brécha a transpor, tendo as extremidades fixadas a systemas de retenção denominados **ancoragens**...

Os cabos que sustentam o taboleiro denominam-se **cabos de suspensão** e são apoiados, em cada margem, a supports elevados chamados **torres**. Ellas servem para conservar o ponto mais baixo da curva dos cabos de suspensão sempre acima do taboleiro.

As partes dos cabos de suspensão comprendidas entre os tópos das torres e as ancoragens chamam-se **cabos de retenção**.

O taboleiro é suspenso aos cabos por meio de **tirantes** verticaes. A' outra extremidade dos tirantes se prendem ás travessas do taboleiro; sobre estas se collocam vigotas longitudinaes, de um e outro lado da ponte correspondendo ás duas linhas de tirantes.

Essas vigotas constituem os rodapés que, ligados solidamente entre si e ás travessas, dão maior rigidez ao taboleiro; entre os rodapés são collocadas longitudinalmente as taboas que formam o piso do taboleiro e que devem ser pregadas ás travessas.

O cabo de suspensão toma uma certa curvatura que é praticamente considerada parabolica. A distancia entre a horizontal que passa pelo tópo das torres e a parte mais baixa do cabo chama-se **flecha**.

A flecha é referida a uma fraccão do vão, isto é, do espaço livre entre os topes das torres.

Quanto maior fôr a flecha, menor será a tensão nos cabos de suspensão, mas tanto maiores serão as oscillações do taboleiro. As pontes de pequenas flechas deformam-se rapidamente em virtude do alongamento inevitável dos cabos de suspensão, sujeitos a consideraveis e repetitivos esforços de tracção, produzidos pela passagem continua de cargas moveis.

Para as pontes de campanha, as flechas mais convenientes devem ficar comprehendidas entre 1/8 e 1/15 do vão.

II — THEORIA E FÓRMULAS

1. — Para o calculo das forças que actuam sobre os diversos orgãos de uma ponte suspensa de campanha, considera-se a carga uniformemente repartida segundo uma linha horizontal e os tirantes verticaes como sendo sufficientemente numerosos para darem ao cabo de suspensão a forma de uma curva continua, que pôde ser considerada uma parabola.

2. — Para construir a ponte é preciso determinar:

- a flecha;
- a fórmula que permite determinar a curva do cabo de suspensão bem como os comprimentos dos tirantes;
- o valor da tensão no conjunto dos cabos de suspensão;
- idem, nos cabos de retenção;
- a pressão vertical sobre o tópo das torres;
- o comprimento total dos cabos de suspensão;
- o alongamento dos cabos de suspensão por effeito das cargas;

susas observações e o grão de seu preparo profissional.

“A essencia no planejar reside na imaginação alliada ao saber e no conhecimento da evolução de todos os factores relevantes”.

ocasião propicia não deixem de adoptar um metodo qualquer de possivel e rapida pesquisa, de maneira a utilizar-o na organização dos regis-los que já possuam e nos que forem colligindo, afim de augmentar, gradativamente, o valor de

h) — as fórmulas applicaveis ao caso em que os tópos das torres não se acham sobre a mesma horizontal.

3. — Seja (fig. 1):

l = vão da ponte, distância horizontal entre os eixos das torres.

f = flecha do cabo de suspensão;

T_0 = tensão num ponto qualquer do conjunto dos cabos de suspensão;

P_v = compressão vertical no topo das torres;

c = carga total por metro linear de ponte; (1)

α = ângulo da horizontal com a tangente ao cabo de suspensão no topo da torre;

θ = ângulo da horizontal com a tangente a um ponto qualquer do cabo de suspensão.

4. — Fórmulas.

a) — Flecha.

E', por construção, igual a uma fração determinada do vão:

$$f = \frac{1}{n} \quad (1)$$

b) — Curva do cabo de suspensão. Comprimentos dos tirantes.

Considerada parabolica a curva do cabo de suspensão, sua equação é: (fig. 2)

$$x^2 = 2py, \text{ d'onde: } y = \frac{1}{2p}x^2 \quad (2)$$

Tirando pelo ponto A a tg AT e a normal AN à parábola, os triângulos semelhantes ATF e AFN dão:

$$\overline{AF}^2 = FT \times FN$$

mas: $AF = \frac{1}{2}$; $FT = \text{sub tangente} = 2FO = \frac{2l}{2} = l$

$$= 2f = \frac{1}{n}; FN = \text{sub normal} = p$$

então:

$$\frac{1}{2} = \frac{4}{ln} \quad \text{substituindo em (2),}$$

temos:

$$y = \frac{4}{ln}x^2 \quad (3), \text{ formula que per-}$$

mitte traçar no terreno, como adiante se verá, a curva do cabo e determinar os comprimentos dos tirantes

c) — Tensão no conjunto dos cabos de suspensão.

Determinemos a tensão T num ponto qualquer P do cabo de suspensão, em função da tensão horizontal T_0 no ponto 0 mais baixo do cabo.

A parte O P do cabo (fig. 3) acha-se em equilíbrio sob a ação de três forças:

— a tensão horizontal T_0 produzida pela parte do cabo à esquerda do ponto 0;

— a resultante P da carga cx que actua

(1) Entende-se por carga total o peso do material empregado na construção mais a carga móvel multiplicada por 1.5.

sobre a porção PO do cabo e cujo ponto de aplicação se acha sensivelmente na vertical que divide AP ao meio;

— a tensão T_p em P, que equilibra a reacção do ponto de suspensão P

Como existe equilíbrio, essas forças são concurrentes, e a fig 3 dá:

$$T_0 = T_p \cos \alpha, \text{ d'onde:}$$

$$T_p = T_0 \sec \alpha \quad (4)$$

Tomando os momentos das forças P , T_0 e T_p em relação ao ponto P, vem:

$$T_0 y - P \frac{x}{2} = 0, \text{ ou por ser } P = cx,$$

$$T_0 = \frac{cx^2}{2y} \quad (5)$$

Por outro lado, $\sec^2 \alpha = 1 + \tan^2 \alpha$, e do triângulo APB se tira:

$$AB = 2y = AP \tan \alpha, \text{ donde:}$$

$$\tan \alpha = \frac{8f}{x}. \text{ Mas } 2y = \frac{8f}{x^2} \text{ (da equa-}$$

ção 3), logo:

$$\tan \alpha = \frac{8f}{x} \text{ e, nesse caso,}$$

$$\sec \alpha = \sqrt{1 + \left(\frac{8f}{x} \right)^2}$$

Substituindo os valores de T_0 e de $\sec \alpha$ em (4) vem:

$$T_p = \sqrt{\frac{x^2}{x^2 + \left(\frac{8f}{x} \right)^2}} \quad (6) \text{ que é a expressão da}$$

tensão num ponto qualquer do cabo de suspensão. Dessa fórmula se deduz:

1º — que para um mesmo vão l , a tensão no cabo cresce ou decresce segundo se diminui ou se aumenta a flecha;

2º — que para uma determinada ponte, o valor **maximo** da tensão do cabo de suspensão corresponde ao ponto de suspensão, isto é, no topo das torres. Com efeito: o valor maximo de x é $\frac{l}{2}$, que corresponde àquele ponto, e nesse caso, a fórmula (6) dá:

$$T_{\text{max}} = \frac{cl}{2} \sqrt{1 + \left(\frac{l}{4f} \right)^2}, \text{ ou em função}$$

do vão:

$$T_{\text{max}} = \frac{cl}{2} \sqrt{1 + \left(\frac{n}{4} \right)^2} \quad (7)$$

3º — que o valor minimo da tensão no cabo de suspensão corresponde ao ponto mais baixo

desse cabo, isto é, quando $x = 0$; nesse caso a fórmula (6) dá:

$$T_0 = \frac{cl^2}{8f} \text{ ou em formação do vão:} \\ T_0 = \frac{cln}{8} \quad (8)$$

Finalmente, a componente horizontal da tensão no cabo de suspensão é constante para qualquer ponto do cabo e igual ao valor dado pela fórmula (8). E isto porque o valor T_0 anteriormente encontrado (fórmula 5) é constante para qualquer valor de x , visto ser invariável o

valor da relação — (equação da parábola).

d) — Tensão no conjunto dos cabos de retenção.

Quando os cabos de suspensão podem correr livremente sobre seus pontos de apoio, no topo das torres, (caso usual em campanha) a tensão T_r nos cabos de retenção é igual à tensão máxima dos cabos de suspensão:

$$T_r = T_{\max} \quad (9)$$

Quando os cabos de suspensão se acham presos ao topo das torres, e estas não são engastadas na base, a tensão nos cabos de retenção é igual — maior — ou menor do que a tensão máxima dos cabos de suspensão, conforme o ângulo que estes formam com a horizontal fôr igual — maior — ou menor do que o ângulo formado pelos cabos de retenção com a horizontal.

Seja (fig. 4):

T_a = tensão no cabo de suspensão.

T_b = tensão no cabo de retenção.

Os momentos destas forças em equilíbrio, tomados em relação ao ponto 0, dão:

$T_a \times a = T_b \times b$; quando $\alpha = 6$, também

$a = b$, logo,

$$T_a = T_b$$

Se $6 > \alpha$, também $b < a$, mas como para uma determinada ponte o momento $T_a \times a$ é contante, isto é, não depende de 6 , consegue-se que $T_b > T_a$. Se $6 < \alpha$, é o inverso que se verifica, isto é, $T_b < T_a$.

e) — Pressão vertical sobre as torres.

Quando o cabo de suspensão pôde correr livremente sobre seus pontos de apoio no topo das torres, e os ângulos α e 6 são iguais, (fig. 4) — a pressão no topo de cada torre é vertical e igual ao peso total da ponte — $c \times 1$.

De facto, a componente vertical da tensão máxima T_m sendo igual à metade do peso total da ponte, a tracção igual e contraria exercida pelo cabo de retenção dobra o valor daquela componente.

A fig. 5 evidencia que, quando o ângulo do cabo de retenção é menor que α , a pressão vertical é menor que o peso da ponte $c \times 1$, e a torre tende a cair para o lado da ancoragem. Quando o ângulo do cabo de retenção é maior que α , a pressão vertical é maior que $c \times 1$, e as torres tendem a cair uma para a outra.

f) — Comprimento do cabo de suspensão entre as torres.

Da figura 6 se tira:

$$dL = \sqrt{dx^2 + dy^2} = dx \left[1 + \left(\frac{dy}{dx} \right)^2 \right]^{1/2}$$

Rectificando o arco duplo de AO, teremos:

$$L = 2 \int_0^{l/2} \left[1 + \left(\frac{dy}{dx} \right)^2 \right]^{1/2} dx, \text{ donde ap} \\ \text{roximadamente:}$$

$$L = 1 + \frac{8f^2}{3l}, \text{ ou em função do vão:}$$

$$L = 1 \left(1 + \frac{8}{3n^2} \right) \quad (10)$$

A esse comprimento se juntam os dos dois cabos de retenção e o necessário para a amarração nas ancoragens.

g) — Alongamento dos cabos de suspensão.

A acção das cargas sobre os cabos de suspensão produz um aumento da flecha, porque os cabos se alongam. Esse alongamento, sobretudo nos cabos novos, é proveniente de duas causas: do melhor ajustamento dos fios que constituem o cabo, entre si, e da elasticidade própria do metal.

Nessas condições, uma vez calculado o comprimento L do cabo, para uma dada flecha, seria necessário diminuir-o daquele alongamento.

Na prática, porém, dos trabalhos de campanha, é preferível dar ao taboleiro da ponte uma certa convexidade, para corrigir essa deformação resultante das cargas.

A convexidade, ou flecha do taboleiro é, em regra, igual a $1/50$ do vão.

h) — Caso em que os pontos de apoio dos cabos de suspensão não se acham situados sobre a mesma horizontal.

Quando a diferença de nível entre duas margens fôr tal que os tópos das torres não possam ficar sobre a mesma horizontal, as fórmulas precedentes podem ser também aplicadas.

Seja (fig. 7):

$$\begin{aligned} AB &= l \\ OC &= l_1 \\ OD &= l_2 \\ EC &= f_1 \\ OF &= f_2 \end{aligned}$$

Ora, os quadrados das ordenadas de 2 pontos de uma parábola estão entre si como as respectivas abscissas (alínea b), isto é:

$$\frac{l_2^2}{l_1^2} = \frac{f_2}{f_1}$$

ou $l_1 \sqrt{f_2} = l_2 \sqrt{f_1}$. Mas: $l_2 = l - l_1$,

d'onde:

$$\left\{ \begin{array}{l} l_1 = \frac{l \sqrt{f_1}}{\sqrt{f_2} + \sqrt{f_1}} \\ l_2 = l - l_1 \end{array} \right. \quad (11)$$

$$\left\{ \begin{array}{l} l_1 = \frac{l \sqrt{f_1}}{\sqrt{f_2} + \sqrt{f_1}} \\ l_2 = l - l_1 \end{array} \right. \quad (12)$$

E' sempre conveniente que os tópos das torres se achem sobre a mesma horizontal. Quan-

do a diferença de nível das duas margens não puder ser compensada pelo rebaixamento da margem mais alta, por uma compensação entre as alturas das torres ou ainda pela combinação desses dois meios, as fórmulas acima podem ser utilizadas. Mas, nesse caso, é preciso substituir l_1 por $2l_1$ e f por f_1 para os elementos relativos á parte do arco á direita da flecha; e substituir l por $2l_2$ e f por f_2 , — para os elementos relativos á parte do arco situados á esquerda da flecha.

Os valores de l_1 e de l_2 são os encontrados em (11) e (12).

Os valores de f_1 e f_2 são conhecidos:

$$f_2 = \frac{1}{n}$$

$f_1 = f_2$ menos a diferença de nível entre os tópos das torres.

i) — Calculo dos tirantes.

Os tirantes, que ligam as extremidades de cada travessa aos cabos de suspensão, são constituídos em regra, por um certo número de fios de arame de ferro galvanizado; o arame utilizado deve ter 3 a 4 mm. de diâmetro, para maior facilidade de construção.

O numero de fios de arame de cada tirante é dado pela fórmula:

$$n = \frac{c'}{2Ra}, \text{ onde } n = \text{numero de fios}$$

c' = carga de cada travessa

R = carga de segurança do metal

a = secção do arame

j) — Calculo das torres.

As pernas das torres acham-se submettidas a um esforço de compressão conhecido (e). Quando a altura das pernas for maior que 10 vezes a menor dimensão transversal, é preciso evitar as possibilidades de flexão lateral (flambagem).

A fórmula de Gordon pode ser utilizada:

$$\rho = \frac{r \times A}{1 - a \left(\frac{c}{d} \right)^2}$$

Nessa fórmula:

P = carga total de segurança;

A = área da columna;

r = carga de segurança da madeira á compressão por unidade de superfície (nas mesmas unidades que A e P combinadas);

c = comprimento da columna;

d = menor dimensão transversal (na mesma unidade que c);

$$a = \text{coefficiente empírico que no caso é} = \frac{1}{48}$$

$$\text{para as columnas redondas, } e = \frac{1}{62}$$

$$\text{para as de secção rectangular, consideradas as extremidades não engastadas.}$$

Esta fórmula é de fácil aplicação quando se quer verificar a resistência de uma peça de madeira cuja secção é conhecida. Quando, ao contrário, se quer determinar a secção conveniente para suportar uma dada carga, ella exige algumas tentativas para chegar ao resultado definitivo.

k) — Systema de retenção. Resistencia da ancoragem.

O systema de retenção mais conveniente é o poço de ancoragem descripto no § 146 do Reg. de Pontes de Circumstancia (ed. 1922).

Quando o cabo de retenção corre livremente sobre o topo da torre e forma com a horizontal o mesmo ângulo que o cabo de suspensão (caso normal), a tensão no cabo de retenção é igual á tensão máxima do de suspensão (d).

As componentes dessa tensão são respectivamente:

$$\text{Comp. Vertical} = \frac{cl}{2}$$

$$\text{Comp. Horizontal} = \frac{cln}{8}$$

A comp. H é neutralizada pelo batente A (fig. 8), cuja superfície de contacto com o terreno deve ser calculada de modo que não seja excedida a carga de segurança á compressão do terreno local.

A comp. V deve ser neutralizada pelo peso da terra collocada sobre a plataforma B do poço de ancoragem.

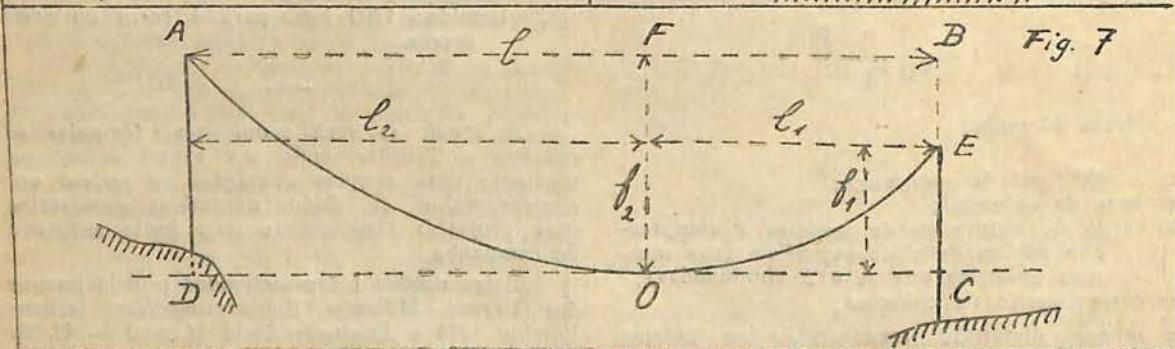
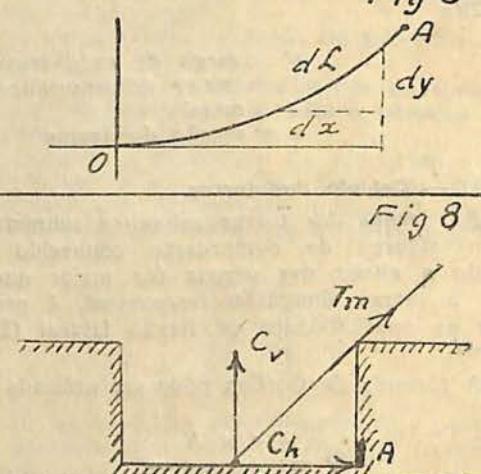
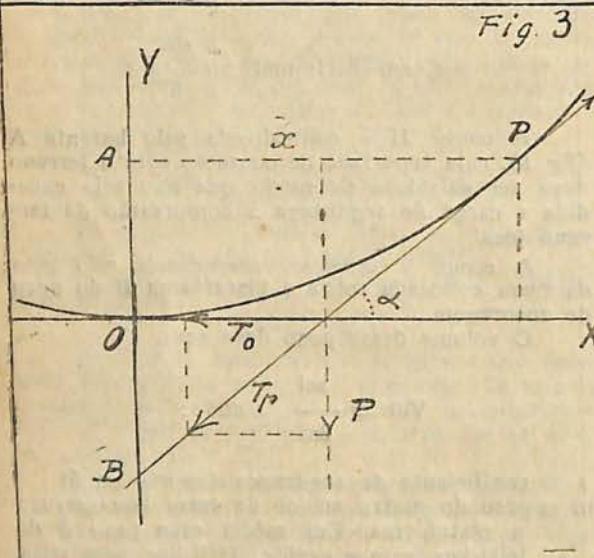
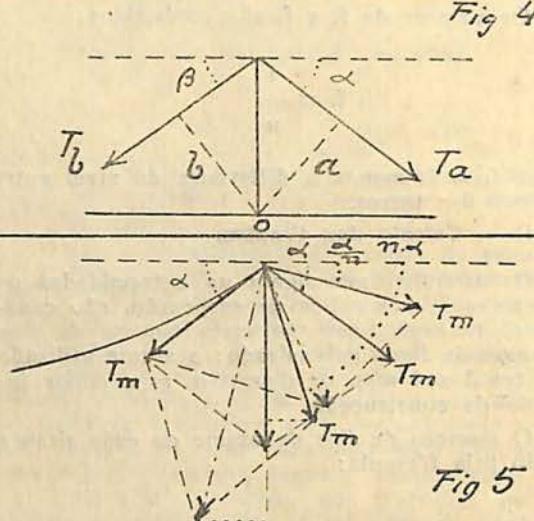
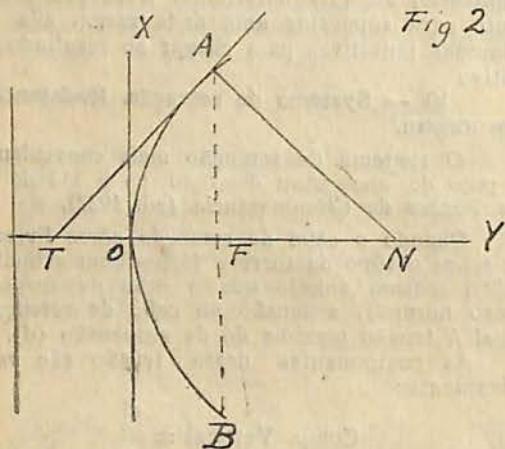
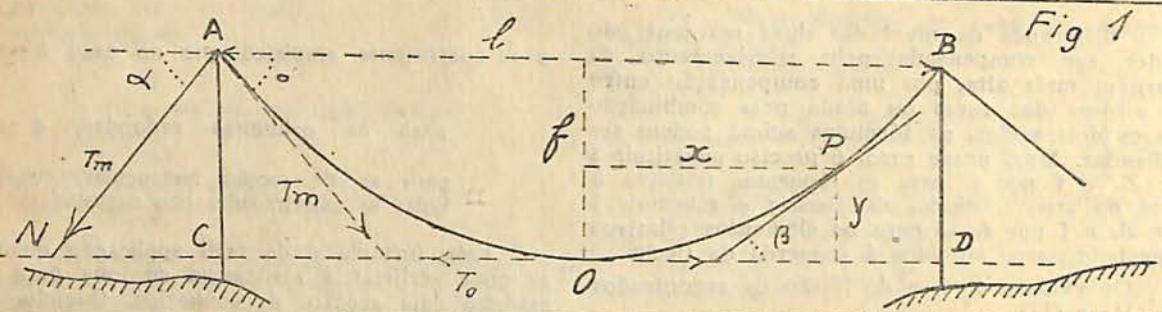
O volume desse poço deve ser:

$$\text{Vol.} = \frac{scl}{2m}, \text{ onde:}$$

s = coefficiente de segurança (= a 4 ou 5)
 m = peso do metro cúbico da terra que carrega a plataforma. Em média esse peso é de 1600 kgs. para a argilla; 1400 kgs. para areia humida; 1200 kgs. para a terra ou areia secas.

A seguir se verá como essas fórmulas se reduzem a Tabellas, onde, por leitura directa ou mediante uma simples operação, se podem encontrar todos os dados numéricos necessários para projectar rapidamente uma fonte suspensa de campanha.

Estas noções foram colligidas principalmente dos livros: Military Engineering-War Office-London 1914 e Engineer Field Manual — U. S. army — 1917.



Quadro comparativo da organização e tactica da secção (pelotão) em diversos exercitos (De varias revistas)

FRANÇA — BRASIL (prop.)	ALLEMANHA	HESPAÑA	ITALIA	ESTADOS UNIDOS	FRANÇA NO LEVANTE (prop. Grandcourt)
3 G. C. identicos — 10 homens cada um. 3 F. M. Mistura no interior do grupo da cellula F. M. com a de volteadores, isto é, do fogo com o movimento — 34 homens.	2 grupos de Mtr. L. de 1 peça cada um — 2 grupos de volteadores; ao todo 45 homens.	2 pelotões por secção, cada pelotão com 3 esquadras: 1 de F. M. e 2 de volteadores; ao todo 38 homens.	4 esquadras: 1 de Mtr. L (15 homens e 2 peças) e 3 de volteadores; ao todo 57 homens. Grande importancia dada ao tiro curvo (todo volteador usa boccal para granada).	O pelotão com 2 secções, de 3 esquadras, cada esquadra com 1 F. M. e 7 homens.	2 meias secções, uma com 2 esquadras de F. M. e outra com 2 esquadras de volteadores.
Formação de combate por meio-grupo. Ofensiva: — concentração de fogo contra qualquer objectivo que se revele. Exploração do efecto pelo movimento. Doutrina do fogo que marcha. Defensiva: escalonamento em profundidade para impedir a exploração da neutralização. Dissimulação e mobilidade das posições de tiro.	Noção essencial do agrupamento de combate de composição variável, comprendendo as armas necessarias á missão do momento, grande flexibilidade nas formações de combate. Concepção compativel com a instrucção aperfeiçoada.	Uma formação de aproximação e uma de combate, por pelotões escalonados com distancias e intervallos variaveis.	A esquadra de Mtr. procura neutralizar a resistencia. As esquadras de volteadores sóm atirar se approximam a distancia do tiro de granada de fuzil e depois de uma concentração partem ao assalto.	Formação de approximação por secções sucessivas. As esquadras desempenham alternadamente o papel de escalão de fogo e de movimento dentro de cada secção. As manobras do pelotão pelos planos podem ser feitas por secções ou uma esquadra em pequena envergadura (itinerario coberto ou não batidos).	Menor intensidade de fogo. Maior numero de fuzis para vigiar e guardar o terreno. Facilidade de escalada nos terrenos montanhosos ou muito colertos.
ORGANIZAÇÃO					
CARACTERISTICOS TACTICOS					

MARCHA D'UMA D. C.

(CASO CONCRETO)

THEMA (1)

Pelo Cap. ARTHUR CARNAUBA

Situação geral — Um Ex. Azul (B) está se concentrando na região de *JABOTICABAL — MATTÃO — TURVO — GUARIROBA — TAQUARITINGA — MONTE ALTO*, sob a protecção duma cobertura constituída:

a) pela 2ª D. C., que tem o seu grosso na região de *MATTÃO* e guarda a frente *GERAL BOQUEIRÃO — ITAQUERE — CHAVE — TEIXEIRA LEITE — FAZ. CALIFORNIA*;

b) por uma Bda. Provisória de C. (11º e 13º R. C. D.), que ocupa a região *QUADRO — VILA ALICE* e guarda a frente *FAZ. S. JOÃOZINHO — FAZ. MATTO GROSSO* — alturas a O. desta fazenda.

Movimentos e transportes de tropas vermelhas foram assignalados na região de *S. RITA DO PASSA QUATRO* e na E. F. *PORTO FERREIRA — PIRASSUNUNGA — CORDEIROS — ITYRAPINA*; elementos de cavallaria ocupam *S. CARLOS DO PINHAL*.

Situação particular — Tropas inimigas de todas as armas estão desembarcando em *S. CARLOS DO PINHAL* e mais ao S; forças de cavallaria vermelha foram assignaladas em *IBATÉ* e *BOA ESPERANÇA*.

Eis a situação no dia 18 de Março.

O Ex B., tendo terminado a sua concentração, deverá iniciar, no dia 19, o seu movimento na direcção geral do Sul, tendo em vista transpôr o *RIO JACARÉ GUASSU'* e dirigir-se para a região de *BOA ESPERANÇA*. Às 17 horas do dia 18, o Gen. Cmt. da D. C. recebe ordem de marchar com a sua Divisão, a 19, para a região imediatamente ao S. de *ARARAQUARA* com a missão de impedir que o inimigo desemboque ao N. do *RIO CHIBARRO* e do *CORR. AZUL* e de procurar informações a L. da linha *BARREIRO — GUARAPIRANGA — RIB. BONITO* (incl.) — *CUIAS* (excl.).

A sua zona de cobertura estender-se-á, de L. para O., desde as alturas a L. de *FAZ. SANTA ISABEL* até *FAZ. NIAGARA*.

Q. G. D. C. — *FAZ. BREJO GRANDE*.

As tropas deverão estar collocadas nas novas posições de cobertura, antes do anoitecer.

Só a 21, a Divisão poderá contar com o apoio dos primeiros elementos de infantaria.

A Bda. Provisória transportar-se-á para a região a L. de *NOVA PAULICÉA*, com a missão de garantir a transposição ulterior do *RIO ITAQUERÉ* pelo grosso do Ex., de guardar as passagens do *RIO JACARÉ GUASSU'* entre a passagem ao S. de *FAZ. NIAGARA* e *GAVIÃO PEIXOTO*, e de procurar informações a O. da linha indicada para a D. C.

A ligação com a Bda. Pr. far-se-á no *CORR. DO TANQUE*.

O dispositivo pormenorizado da 2ª D. C., no dia 18 de Março, é o seguinte:

A Divisão acha-se estabelecida em cobertura ao S. de *MATTÃO* e ocupa uma linha definida pelas seguintes posições — garupa 4 kms. S. E. de *BOQUEIRÃO* — garupa 6 kms. S. E. de *ITAQUERE* — garupa 3 kms. S. E. de *PIO LOURENÇO* (7 kms. O. de *ITAQUERE*) — garupa O. de *PIO LOURENÇO — CHAVE TEIXEIRA LEITE — Est. CAMBAHY — Faz. CALIFORNIA*.

Q. G. D. C. — *DOBRADA*

P. C. D. C. — *MATTÃO*.

3ª. Bda. C. reforçada por 1 Cia. do B. I. M. e 1 Bia. do 3º. G. A. C.	5º. R. C. I.	3 Esqs. — desde o limite L. da zona da D. C. até o caminho (in cl.) imediatamente a L. do 2º a de Estrada de automóvel (5 kms. S. S. O. de <i>ITAQUERE</i>). 1 Esq. — reserva da Bda.
---	--------------	--

Zona da Bda.: desde o limite L. da D. C. (garupa 4 kms. S. E. de <i>BOQUEIRÃO</i>) até ao Cº. <i>SYLVANIA</i> , a O.	6º. R. C. I.	1/2 R. C. — desde o limite O. do 5º R. C. I. até o Cor. <i>SYLVANIA</i> . 1/2 R. C. — reserva de D. C.
---	--------------	--

P. C. — <i>ITAQUERE</i> .	Reserva de Bda.: 1 Esq. (5º R. C.) — Faz. <i>BAGUASSU'</i> (1 km. S. O. de <i>ITAQUERÉ</i>). 1 Cia. B. I. M. — <i>ITAQUERÉ</i> .
---------------------------	---

1 Bia. 3º. G. A. C. — <i>ITAQUERÉ</i> .

7º. R. C. I. — <i>occupa a frente da Bda.</i>

4ª Bda. C. Zona da Bda.: desde o limite O. da 3ª. Bda. até a Faz. <i>CALIFORNIA</i> . P. C. — Faz. <i>GUANABARA</i> (5 kms. O. de <i>MATTÃO</i>)	1/2 R. C. — reserva de Bda. Faz. <i>GUANABARA</i> . 1/2 R. C. — reserva da D. C. <i>RO-MANELLI</i> (2 kms. S. O. de <i>MATTÃO</i>).
---	--

Reserva de Bda.: 1/2 8º. R. C. — Faz. <i>GUANABARA</i> .
--

(1) Cartas necessárias: S. PAULO 1:750.000 e 1:100.000 (folhas de *JABOTICABAL — RIBEIRÃO PRETO — RINCÃO — ARARAQUARA — S. CARLOS — JAHU*).

Reserva de Divisão (1)	1/2 6º R. C. — Col. LAS PALMAS (2 kms. S. O. de MATTÃO).
	1/2 8º R. C. — ROMA-NELLI.
	2 Cias. e a Cia.
	Mtrs. do B. I. M.
	4º G. A. C. — Sahida e 1 Bia. do 3º G. S. de A. C.
	Engenharia — MATTÃO.

Trabalho pedido — Estudo das ordens para o movimento da Divisão a 19 (1ª. parte sómente).

Vamos iniciar a discussão do problema que foi proposto pelo Cmt. do Ex. B. ao Gen. Cmt. da 2ª. D. C.

Publicando este trabalho, temos por fim mostrar, no âmbito dum caso concreto, a applicação dos *Princípios* e do *Methodo* que constituem a nossa *Doutrina de Guerra*.

Não se pode mais pôr em dúvida, após 10 anos de experiência, — a excellencia do nosso *Methodo de Raciocínio*...

Quanto aos *Princípios da Guerra*, a sua generalidade e invariabilidade são um facto indiscutível, universalmente aceito e proclamado pelos regulamentos de todos os exercitos.

O mesmo não acontece em relação aos *processos*: variam em função das circunstâncias especiais que envolvem o problema em estudo.

Dahi o dizer-se que, na guerra, as formulas são condenáveis, os schemas devem ser systematicamente banidos... Cada caso que aparece é um caso particular, cada problema que se apresenta é sempre um problema novo.

Nada de rigidez! As soluções schemáticas devem ser proscriptas! É indispensável uma adaptação às condições características do problema. Como desenvolver essa faculdade de adaptação? Como dar ao espírito essa elasticidade?

Só ha um método.

E' o *methodo fecundo do caso concreto* que, só elle, produz resultados verdadeiramente satisfatórios. Só assim podemos educar o nosso raciocínio, o que constitue, na verdade, o objectivo de todos os nossos estudos.

E', esse, o methodo seguido nas nossas escolas. Aquelles que condennam o nosso ensino militar — pelo simples facto de ser dirigido por uma missão estrangeira — não penetraram bem, com certeza, no verdadeiro espírito da *Doutrina*.

Allegam que, no Brasil, em virtude das condições especiais do paiz, a guerra assumirá um aspecto todo particular.

Acceitamos uma tal objecção.

Mas... em que facto residirá essa particularidade? Onde encontraremos a diferença entre uma guerra no nosso paiz e uma guerra na Europa?

Será na applicação dos *Princípios*?

Evidentemente não, pois que as *leis da guerra* são eternas. (2).

(1) COMO LEMBRANÇA: — elementos de descoberta — tirados das reservas da D. C. — em direcção às passagens dos rios JACARE GUASSU' E CHIBARRO.

(2) Les lois éternelles de la guerre. — Broucher

Onde estará, pois, a diferença?
Nos *processos*, logicamente.

E' claro que, aqui, devemos levar em conta as condições especiais do paiz, as particularidades do nosso Exercito, as nossas possibilidades, os recursos e as possibilidades dos nossos adversários prováveis... Os processos devem, pois, adaptar-se a essas circunstâncias (deficiencia de meios, pobreza de efectivos, escassez de comunicações, industria militar inexistente, etc.). O caso brasileiro comporta, necessariamente, uma solução brasileira.

O problema brasileiro — como aliás todo problema de guerra — é um caso particular.

Tudo consiste, pois, em aplicar ao nosso caso, ao tão falado caso brasileiro — os principios geraes da guerra.

Faremos, porém, essa applicação a esmo, ao acaso?

Evidentemente não.

Precisamos, antes de tudo, raciocinar.

Esse raciocínio, porém, deve obedecer a um critério, a um methodo; do contrario, o nosso espírito poderá perder-se em indagações inuteis, estereis...

Ora, esse *Methodo geral* — elemento fundamental da *Doutrina* — é preconizado com fervor e systematicamente seguido nas nossas escolas.

Erram, portanto, os que reprovam o nosso sistema de ensino...

E esse erro é a consequencia de não terem percebido ainda que esse mesmo ensino tem exclusivamente por escopo resaltar principios, e, principalmente, desenvolver o raciocínio dos officiaes, mediante o estudo de casos concretos numerosos e variados.

Assimilemos, pois, os *Princípios* e sigamos rigorosamente o nosso excellente *Methodo*... Quanto aos *Processos*, elles surgirão naturalmente, sob a premência das circunstâncias, das condições especiais que caracterizam os diversos problemas impostos pela guerra.

Raciocinemos...

Façamos a famosa pergunta de *Verdy du Vernois*: "De que se trata?".

E', sob essa fórmula, que se ensina, no Brasil, a arte da guerra!..

Haverá, ainda, quem ache um tal sistema incompativel com a nossa mentalidade? (3).

Mas... voltemos ao nosso caso concreto e encaremos resolutamente a questão proposta ao Cmt. da 2ª. D. C.

Talvez ella seja de alguma utilidade para o leitor estudioso.

Relembremos a situação...

Eis o quadro geral no qual a nossa D. C. vai iniciar, no dia 19 de Março, o seu movimento na direcção geral do S., tendo em vista transpor o RIO JACARE GUASSU' e dirigir-se para a região de BOA ESPERANÇA.

Tropas inimigas estão desembarcando em SAO CARLOS DO PINHAL e mais ao S.; forças de C. vermelha foram assignaladas em IBATE' — BOA ESPERANÇA.

Eis o quadro geral no qual a nossa D. C. vai operar.

(3) Recomendamos a leitura da bellissima conferencia do Gen. Gamelin, realizada, em 1919, no "CLUB MILITAR": "DOCTRINE DE GUERRE".

De que se trata para a 2^a. D. C.? Qual é a sua missão?

O nosso tema a define clara e positivamente. Eis-a:

"Estabelecer-se em cobertura ao S. de ARARAQUARA, afim de impedir que o inimigo desembarque ao N. do RIO CHIBARRO e do CORR. AZUL e procurar informações a L. da Linha BARREIRO—GUARAPIRANGA — RIB. BONITO (incl.) — CUIAS (excl.)."

Mais a O., a Bda. Prov. C. recebeu ordem de marchar para a região a L. de NOVA PAULICÉA, afim de garantir a transposição do RIO ITAQUERÉ pelo grosso do Ex. e guardar as passagens do RIO JACARE' GUASSU', desde a passagem ao S. de FAZ. NIAGARA até GAVIÃO PEIXOTO. Colher informações a O. da linha definida para a D. C.

Como se vê, trata-se para a D. C. duma dupla missão:

- a) uma missão de cobertura;
- b) uma missão de informação.

Examinemos, sucessivamente, essas duas missões.

COBERTURA — Trata-se, como vimos, de estabelecer um novo sistema de cobertura ao S. de ARARAQUARA.

Eis o problema em toda a sua simplicidade.

Em que linha do terreno vamos estabelecer a cobertura?

Se queremos impedir que o inimigo desemboque ao N. do RIO CHIBARRO e do CORR. AZUL, tudo nos indica que escolhamos a linha de alturas que domina esses cursos d'água.

A nossa frente de cobertura será, então, balizada pelas alturas a L. da FAZ. SANTA ISABEL — EST. OURO — DR. FERRAZ — garupa N. O. de FAZ. COQUEIRO — garupa N. O. de MACAHUBA — garupa N. E. de FAZ. NIAGARA.

Que pôde fazer o inimigo?

E' evidente que o inimigo, desembocando de S. CARLOS, terá mais facilidade de progressão na direcção de ARARAQUARA do que na da região de FAZ. NIAGARA — FAZ. COQUEIRO, onde esbarrará, fatalmente, com uma seria dificuldade, constituída pela região pantanosa do JACARE' GUASSU', ao passo que, na direcção de ARARAQUARA, poderá progredir a cavaleiro da estrada de automovel, que é a via de penetração natural do inimigo á zona por onde vai marchar, deslocar-se o grosso das nossas forças.

A região S. de ARARAQUARA assume, assim, uma particular importância.

Além disso, devemos ter o maior interesse em conservar a posse dessa região, afim de assegurar, ás nossas tropas, a possibilidade de desembocarem desse verdadeiro corredor, que é ARARAQUARA.

O terreno apresenta-se, pois, sob dois aspectos distintos.

O sector de cobertura confiado á DIVISAO, acha-se, naturalmente, dividido em dois s/sectores:

a) um s/sector principal — que denominaremos s/sector de ARARAQUARA — que se estende desde as alturas a L. de FAZ. SANTA ISABEL até a estrada (incl.) ARARAQUARA-DR. FERRAZ;

b) um s/sector secundario — que chamaremos s/sector de MACAHUBA — FAZ. NIAGARA — que vai desde a estrada ARARAQUARA — DR..

FERRAZ até essa ultima fazenda, onde se observa a importancia especial que apresenta a passagem do CHIBARRO na região da FAZ. COQUEIRO e onde se fará, naturalmente, a ligação com a Bda. Prov.

Mas, a L. de FAZ. SANTA ISABEL, nenhum sistema de cobertura será estabelecido.

Teremos, portanto, um flanco descoberto.

Donde, a dupla necessidade de:

- a) exercer uma activa vigilância das vias de acesso do inimigo ao flanco L. do nosso dispositivo de cobertura;
- b) tomar todas as medidas necessarias para impedir qualquer movimento do inimigo que procurar contornar esse mesmo flanco.

Resumindo, teremos:

- a) um s/sector de defesa;
- b) um s/sector de ligação;
- c) uma vigilância do flanco descoberto, a L. de FAZ. SANTA ISABEL, onde também as medidas serão tomadas no sentido de impedir toda e qualquer tentativa adversa para desbordar o flanco esquerdo do dispositivo.

Eis a idéa essencial que deverá orientar o espirito do Gen., ao cogitar do estabelecimento do novo sistema de cobertura ao S. de ARARAQUARA, isto é, a sua *idéa de manobra*.

E o dispositivo de cobertura?

Nada mais será do que a *traducção litteral* dessa mesma *idéa de manobra*.

Se o s/sector L. merece uma atenção especial, devemos, evidentemente, reforçar a cobertura na região S. de ARARAQUARA, face á direcção particularmente perigosa de S. CARLOS DO PINHAL.

O maximo das nossas forças será empregado na defesa desse s/sector;

E', isso, uma justa applicação do principio da *economia das forças*.

A nossa reserva deverá tambem ser sufficientemente movel.

Pertencer-lhe-á, de facto, a tarefa de fazer face, rapidamente, a todas as tentativas adversas contra o nosso flanco descoberto.

Pode-se, assim, concluir o dispositivo seguinte:

1º. — Bdas. juxtapostas:

a) 3^a Bda. a L. (P. C. M. MARQUES) — dispondo de 1 R. C., 2 Cias. e 1/2 C. M. P. do B. I. M., do 3^o. G. A. C. e do Pel. Eng. — desde as alturas a L. de FAZ. SANTA ISABEL até a estrada ARARAQUARA — DR. FERRAZ (incl.);

b) 4^a Bda. a O. (P. C. em FAZ. SALTO GRANDE) — dispondo de todos os seus meios — desde a estrada acima citada até FAZ. NIAGARA.

2º. — Reservas divisionarias:

1 R. C. da 3^a Bda.: FALCÃO.

1/2 Cia. e 1/2 C. M. P. do B. I. M.: saída S. de ARARAQUARA.

4^o. G. A. C.: saída S. E. de ARARAQUARA.

3º. — P. C. D. C. — ARARAQUARA.

Q. G. — FAZ. BREJO GRANDE.

Eis, em suas linhas geraes, o problema da cobertura.

Trata-se, como se vê, apenas dum esboço...

Não nos esqueçamos que ainda estamos na região de MATTÃO!...

Semelhante estudo foi feito pela carta...

Só o estudo do terreno permitirá que se regulem as questões de minucia.

X

Mas, a organização desse sistema implica para a D. C. num deslocamento da região de *MATTÃO* para a região S. de *ARARAQUARA*.

E' evidente.

Que pode fazer o inimigo para perturbar essa marcha?

E' claro que o inimigo que está desembarcando em *S. CARLOS DO PINHAL* e mais ao S., não terá grandes possibilidades de entrar imediatamente em acção com efectivos importantes.

Mas, a cavalaria vermelha de *IBATE* e *BOA ESPERANÇA* merece cuidadoso estudo.

Que pode fazer essa Cavalaria?

Duas hypotheses:

- a) — ella fica onde está;
- b) — ou se desloca.

No segundo caso, o mais perigoso para nós, ella pode:

a) — estabelecer um sistema de cobertura na linha do *CHIBARRO* e do *JACARE GUASSU'* sob a protecção do qual os vermelhos poderão ultimar os seus desembarques e concentrar-se;

b) — garantir, na previsão de movimentos ulteriores das forças vermelhas, a transposição desses rios por essas forças;

c) — lançar, ao N. desses cursos d'água, elementos de descoberta, destinados a colher informações sobre a concentração do nosso Ex. e sobre os seus movimentos.

CONCLUSÃO: — ao N. da linha do *CHIBARRO* e do *JACARE GUASSU'*, ha pouca probabilidade de encontrarmos fortes elementos inimigos; entretanto, devemos encarar a possibilidade de nos chocarmos com elementos de Cavalaria Vermelha.

X

Vimos, portanto, a nossa MISSÃO, a IDÉA DE MANOBRA, o DISPOSITIVO (tradução dessa idéa de manobra).

Vimos também que, para realizarmos esse dispositivo, devíamos marchar.

A marcha aparece, assim, apenas como o meio de atingirmos o nosso fim, — a realização do sistema de cobertura ao S. de *ARARAQUARA*.

Estudamos, enfim, as possibilidades do inimigo, isto é, como poderá intervir para perturbar a nossa marcha.

Resta-nos, pois, estudar a organização do movimento.

Como marchar? Quel será o nosso dispositivo de marcha?

Esse dispositivo deve satisfazer a duas condições:

a) — permitir uma passagem fácil e rápida para o dispositivo de cobertura;

b) — permitir que a Divisão possa intervir em boas condições, no caso de encontro com o inimigo.

Serímos as questões:

a) — Quais são as características do nosso novo dispositivo de cobertura?

Caracteriza-se:

1º — como todo dispositivo de cobertura, por seu grande escalonamento em largura;

2º — pela collocação do Grosso da Divisão na região imediatamente ao S. de *ARARAQUARA*, ou melhor, a L. da estrada *ARARAQUARA — DR. FERRAZ*.

Consequências:

1ª. — o nosso dispositivo de marcha deve ser accentuadamente articulado em largura;

2ª. — o grosso da Divisão deve ser orientado na direcção de *ARARAQUARA*, isto é, segundo o eixo *MATTÃO — ITAQUERÉ — ARARAQUARA*.

b) — Para a Divisão intervir em boas condições, no caso de encontro com o inimigo, é necessário que possa actuar com o Grosso das suas forças na direcção mais ameaçadora, a direcção de *ARARAQUARA*.

Consequencia: — o grosso deve, ainda nesse caso, ser orientado na direcção de *ARARAQUARA*.

Portanto, as características do nosso dispositivo de marcha serão:

a) — articulação das forças em largura;

b) — centro de gravidade do sistema deslocado para a esquerda do dispositivo.

Sendo assim, a 1ª. idéa que brota no nosso espírito é a de marcharmos com as Bdas. juxtapostas: uma Bda. a L., a outra a O.

Qual será a Bda. de Leste? Qual a de Oeste?

Ora, a 3ª. Bda., que se acha na região S. de *MATTÃO — ITAQUERÉ — BOQUEIRÃO* e que vae para a região S. de *ARARAQUARA*, está naturalmente indicada para constituir a nossa Bda. de L., ao passo que a 4ª. que se encontra na região entre o Corrego *Sylvania* e *California* e que deverá atingir a região entre Faz. *NIAGARA* e Dr. *FERRAZ*, será a nossa Bda. de O.

Logo o nosso dispositivo comportará as Bdas. juxtapostas: 3ª. a L. e 4ª. a O.

Mas, se vamos marchar com essas Bdas. juxtapostas, impõe-se, desde já, a necessidade de darmos um limite entre as suas respectivas zonas de marcha.

A fixação desse limite é arbitaria?

Evidentemente não.

Deve subordinar-se a uma condição: pôr á disposição das Bdas. as estradas que vão ter aos seus s/sectores, isto é, as estradas que, da região de *MATTÃO*, conduzem a *ARARAQUARA* (3ª. Bda.), as que, da região entre o Corr. *SYLVANIA* e Faz. *CALIFORNIA*, se dirigem para a região de Faz. *COQUEIRO — Faz. NIAGARA* (4ª. Bda.).

A linha Olaria *BENTO CARLOS* — Faz. *PERIQUITO* — P. de *CAPAO DE SOUZA* — orlas O. de *ARARAQUARA* (incl. para a 4ª. Bda.) preenche perfeitamente as condições.

Esse processo de atribuir uma zona de marcha a cada Bda., dá ao Brigadeiro a liberdade de articular o seu dispositivo de acordo com a sua idéa de manobra particular, — dispositivo, esse, que, no nosso caso, será, com certeza, bem aberto, bem escalonado em largura, como o proprio dispositivo da Divisão.

X

QUAL SERÁ A COLLOCAÇÃO DA ARTILHARIA NO DISPOSITIVO?

Essa questão só poderá ser resolvida em função:

a) — do emprego previsto para a A. no sectos de cobertura;

- b) — da situação actual da A.;
- c) — das condições do terreno.

Emprego da A.: — 1 Gr. (3º. G. A. C.) á inteira disposição do Cmt. da 3ª. Bda.; o outro grupo (4º.), em reserva, á disposição do Gen. de Divisão, na saída S. E. de ARARAQUARA.

Situação actual: — 1 Bia. do 3º. G. A. C. já se acha, em MATTÃO, á disposição do Cmt. da 3ª. Bda.; a outra Bia. e o 4º. G. A. C. estão em MATTÃO, em reserva da Divisão. E' justo, pois, que a outra Bia. do 3º. Gr. seja posta, desde já, á disposição do Gen. da 3ª. Bda. e que o movimento do 4º. G. A. C. seja regulado pela mesma autoridade. Portanto, toda a A. á disposição do Cmt. da 3ª. Bda.; o 3º. G. A. C. á inteira disposição, o 4º, apenas para o movimento.

— x —

E o B. I. M.?

Sempre o mesmo raciocínio.

Emprego: — 2 Cias. e 1/2 C. M. P. á disposição da 3ª. Bda.; 1 Cia. e 1/2 C. M. P. á disposição do Gen. de Divisão, na saída S. de ARARAQUARA.

Situação actual: — 1 Cia., em ITAQUERÉ á disposição da 3ª. Bda.; 2 Cias. e a C. M. P., em MATTÃO, á disposição do Gen. de Divisão.

E' natural que coloquemos a outra Cia. e 1/2 C. M. P. á disposição do Cmt. da 3ª. Bda.; quanto ao resto do B. I. M. (1 Cia. e 1/2 C. M. P.), é também justo que o seu movimento seja regulado pelo Gen. da Bda.

Portanto, todo o B. I. M. á disposição do Gen.: 2 Cias. e 1/2 C. M. P. á inteira disposição; 1 Cia. e 1/2 C. M. P. á disposição apenas para o movimento.

— x —

Resta-nos o Pel. Eng.

O seu emprego está, naturalmente, indicado no s/sector L.

Será posto, desde logo, á inteira disposição da 3ª. Bda.

— x —

Resumindo, o dispositivo de marcha da D. C. será o seguinte:

Brigadas juxtapostas:

- a) — 4ª Bda. a O.;
- b) — 3ª Bda. a L. (com A., o B. I. M. e o Pel. Eng.).

Teremos, assim, 2 grupamentos de marcha:

Nº 1 — 3ª. Bda. com os elementos á sua disposição;

Nº 2 — 4ª. Bda.

Esses grupamentos constituirão a base do dispositivo.

Aleém desses, teremos o grupamento dos T. C. e dos T. E. e o constituído pelos órgãos de serviço.

— x —

Mas... esse dispositivo precisa marchar esclarecido e coberto.

Dahi, um novo problema para a D. C. — o problema da segurança.

QUAL SERÁ O NOSSO DISPOSITIVO DE SEGURANÇA?

Ora, um dispositivo de segurança deve adaptar-se ao dispositivo de marcha do Grosso.

Se vamos marchar com as Bdas. juxtapostas, nada mais aconselhável do que cada Bda. cobrir-se com os seus próprios meios, já na frente de marcha, já nos flancos.

Entretanto, o Gen. de Divisão deve fixar a força das Vgs.

Vae o Gen. prescrever que a 3ª. Bda., por exemplo, marche coberta por 1/2 R. C.?

Não!

O 1/2 R. C. convém para um dispositivo de marcha em columna; não é aconselhável, porém, se a Bda. marchar com os seus R. C. juxtapostos. O Gen., entretanto, ignora o dispositivo de marcha da Bda., ao qual deve amoldar-se o dispositivo de segurança.

Como resolver a questão?

E' muito simples.

Basta que o Gen. fixe a fração do efectivo que deve entrar na composição da Vg.

Dest'arte, o § "SEGURANÇA" da ordem de Operações poderá ser redigido da seguinte forma: "As Bdas. cobrir-se-ão pelos seus próprios meios; a força das Vg. não deverá ser inferior a 1/4 do efectivo".

Assim procedendo, o Gen. fixa a força das Vgs. sem cercear a iniciativa dos seus subordinados.

Por que 1/4 do efectivo?

Essa questão da dosagem das Vgs. deve sempre ser resolvida em especie. No nosso caso particular, menos de 1/4 seria, evidentemente, muito pouco:

- a) — as zonas de marcha são bastante extensas;
- b) — temos a possibilidade de encontrar elementos inimigos que, não só podem ser elementos ligeiros de descoberta, como também podem ser elementos mais fortes;

c) — além disso, mesmo fracos elementos podem dificultar o desembocar do Grosso ao S. de ARARAQUARA (necessidade da Vg. ter força suficiente para repellir, com os seus próprios meios, essas resistências, evitando-se assim, uma intervenção prematura do Grosso).

Mais de 1/4 seria muito, sobretudo na C., onde os efectivos são fracos, fraqueza essa que deve ser compensada com a MOBILIDADE, que é a característica fundamental da arma.

Dosar uma Vg. é, pois, uma questão de caso concreto e deve, como todo problema tático, ser resolvida em função da missão, do inimigo, do terreno e dos meios. Os numeros, os algarismos fixados pelos regulamentos devem ser considerados como meras indicações.

Não se trata, por exemplo, de contar quantos Btls. ou quantos esquadrões tem o grosso, de dividir esse número por 3 ou 4 e concluir: a Vg. terá tantos Btls. ou Esqs.

Isso seria a consagração do schema...!

Taes medidas porém, dizem respeito á PROTEÇÃO DA TROPA ou SEGURANÇA MATERIAL.

E a SEGURANÇA DO CHEFE?

Vamos, neste caso, destacar elementos de SEGURANÇA AFASTADA na direcção de linha JACARE' GUASSU' — CHIBARRO?

Se nos lembarmos que já existem nessa linha elementos de descoberta vigiando as diferentes passa-

gens desses rios, concluirímos, logo, que as informações enviadas por esses elementos e que, durante a marcha, chegarem ao Gen. serão suficientes, por si mesmas, para assegurarem a sua LIBERDADE DE ACÇÃO.

Entretanto, já vimos que uma activa vigilância será exercida em todas as vias de acesso do inimigo ao nosso flanco descoberto, afim de que o Gen., informado a tempo, possa intervir com as suas reservas moveis contra toda e qualquer tentativa de desbordamento do referido flanco.

Devemos, assim, destacar, o mais cedo possível, o elemento destinado a vigiar esse flanco (Pel. enviado na direcção de Rib. das ARARAS).

—x—

A QUE HORAS A D. C. INICIARA' O SEU MOVIMENTO?

Sabemos que as tropas deverão estar collocadas nas novas posições de cobertura, antes do anoitecer de 19.

Mas, a collocação das unidades nas posições deverá ser precedida dum reconhecimento do terreno, que será feito em todos os escalões; além disso, essas unidades terão de efectuar movimentos para atingirem as suas posições, movimentos que, para certos elementos, talvez se tenham de realizar através do campo.

Tudo isso consome certo tempo, que podemos avaliar em 3 hs. Por outro lado, a Divisão terá de cobrir cerca de 20 kms., o que significa 3,30 a 4 horas de marcha, que, somadas ás 3 hs. necessárias para a collocação do dispositivo no terreno, dão umas 6 ou 7 horas.

Portanto, a D. C. chegará, em boa hora, a região de destino, se attingir-a entre 12 e 13 horas.

—x—

QUAES SERÃO AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO EXERCÍCIO DO COMANDO? ONDE MARCHARA' O COMMANDANTE DA DIVISÃO?

O futuro P. C. da Divisão será installado em ARARAQUARA.

E', pois, racional que o Gen. marche na testa do grosso da 3^a. Bda.

Aém disso, essa Bda., com os elementos postos á sua disposição, constituirá o grupamento principal, que vai marchar na direcção mais perigosa e para onde, naturalmente, affluirão as informações.

O Gen. marcha acompanhado dum sequito: O Chefe do E. M., o Cmt. da A., os chefes das 2^a. e 3^a. secções e alguns agentes de transmissões tirados da secção de estafetas do Esq. de Trns.

A estrada MATTÃO — ARARAQUARA será também o eixo de transmissão da Divisão.

A abertura dum C. I. pode ser prevista ás 11 horas, em ARARAQUARA, devendo a permanencia em MATTÃO ser assegurada até ás 12 horas, por exemplo.

Quanto ao deslocamento do Q. G., será regulado por uma ordem particular.

—x—

Apoz todas essas considerações podemos concluir que as DECISÕES do Gen. Cmt. da D. C.,

no concernente ao movimento da sua Divisão, seriam as seguintes:

- a) — marchar com as suas Bdas. juxtapostas;
- b) — por á disposição do Cmt. da 3^a. Bda. a 2^a Bia. do 3^o G. A. C., o 4^o G. A. C., o resto do B. I. M. e o Pel. Eng.: a Bia. 1 Cia., ½ C. M. P. e o Pel. Eng. á inteira disposição, os outros elementos á disposição apenas para a marcha;
- c) — attingir a região de destino entre 12 e 13 horas.

Tal assumpto é uma QUESTÃO de COMANDO, da qual decorrem certos PROBLEMAS de E. M. Como consequencia da decisão b), compete ao E. M. fixar QUANDO e ONDE, todos aquelles elementos passarão á disposição do Gen. de Bda.

Por exemplo em ITAQUERÉ ás 7 horas.

Da decisão c), surge a necessidade do E. M. determinar a hora em que as testas das Bdas. deverão attingir uma determinada transversal para chegarem á região do destino, entre 12 e 13 horas.

Por exemplo: as testas das Bdas. deverão attingir, ás 9 horas, a transversal RANCHO dos LE-NHADORES — Faz. GURUPIA' — Faz. BRE-JO GRANDE. De posse desses elementos, o E. M. poderia elaborar a "Ordem Geral de operações (1^a. Parte) para o movimento do dia 19".

Mas, dada a situação da Divisão, muito espalhada no terreno, impunha-se tambem que se desse uma "Ordem Preparatoria" que, chegando aos interessados ainda com dia, lhes desse tempo para o reagr. das suas Uns. Essa ordem seria dada ás 17,30 hs. e transmittida pelos officiaes de ligação das Bdas. ou pelo telephonio.

Apresentamos, a titulo de exemplo, uma redacção dessas ordens:

Exercito B	P. C. em MATTÃO, 18
2 ^a D. C.	(dezuito) de Março, ás
E. M.	17,30 (dezeseite e trinta)
3 ^a Secção	horas.
N...	

ORDEM PREPARATORIA

I — A 2^a. D. C. marchará, amanhã, para a região S. de ARARAQUARA, onde se estabelecerá em cobertura.

II — Todas as unidades promptas para iniciarem o movimento, pela manhã, nas condições que serão oportunamente fixadas.

III — Os Cmts. de Bda. tomarão as medidas necessárias para o reagrupamento das suas unidades, deixando nas posições apenas os elementos indispensaveis á segurança e ás ligações.

(a) Gen. X.
Cmt. da 2^a D. C.

Confere: Z.
Chefe do E. M.

Exercito B
2 ^a D. C.
E. M.
3 ^a Secção
N...

P. C. em MATTÃO, 18
(dezuito) de Março ás
19 (dezenove) horas

ORDEM GERAL DE OPERAÇÕES Nº. P
(Movimento do dia 19)

1º. P A R T E

I — SITUAÇÃO GERAL.

O Ex. B iniciará, a 19, o seu movimento na direcção geral do Sul.

II — INFORMAÇÕES SOBRE O INIMIGO.

Ver o Bol. de Informações n. ...

Tropas inimigas estão desembarcando em S. CARLOS DO PINHAL e mais ao S.; forças de C. Vermelha foram assinaladas em IBATE' e BOA ESPERANÇA.

III — MISSÃO DA DIVISÃO.

A nossa D. C. deverá marchar amanhã para a região imediatamente ao S. de ARARAQUARA, com a missão de impedir que o inimigo desembarque ao N. do Rio CHIBARRO, do Corr. AZUL e do JACARE' GUASSU, desde as alturas a L. de Faz. SANTA ISABEL até a Faz. NIAGARA, e de procurar informações a L. da linha BARREIRO — GUARAPIRANGA — Rib. BONITO (incl.) CUIAS (excl.).

Mais a O., a Bda. Prov. tem por missão garantir a transposição ulterior do Rio ITAQUERÉ pelo grosso do Ex. e guardar as passagens do Rio JACARE' GUASSU', entre a passagem ao S. de Faz. NIAGARA e GAVIÃO PEIXOTO e de procurar informações a O. da linha indicada para a D. C.

VI — EXECUÇÃO DO MOVIMENTO.

Grupamentos	Unidades	Condições de tempo	Observações
Nº. 1 Cmt. da 3ª. Bda.	3ª. Bda. 3º. G. A. C. 4º. G. A. C. B. I. M. Pel. Eng.	As testas das Bdas. devem atingir, ás 9 hs., a transversal RANCHO DOS LENHADORES — Faz. GURUPIAVA — Faz. BREJO GRANDE.	O 4º. G. A. C., a Bia. do 3º., 2 Cias. e a C. M. P. do B. I. M., o Pel. Eng. passarão á disposição do Cmt. da 3ª. Bda., em ITAQUERÉ, ás 7 hs. O 4º. G. A. C., 1 Cia. e 1/2 C. M. P. do B. I. M. ficarão á disposição dessa autoridade apenas para o movimento, devendo ficar em reserva, á disposição do Gen. Cmt. de Divisão, ao atingirem ARARAQUARA
Nº. 2 Cmt. da 4ª. Bda.	4ª. Bda.		

VII — DISPOSIÇÕES RELATIVAS A' SEGURANÇA.

Cada Bda. cobrir-se-á pelos seus próprios meios; as Vgs. não deverão ter um valor inferior a $\frac{1}{4}$ do efectivo.

VIII — a) — O Gen. de Divisão marchará na testa do grosso da 3ª Bda

b) — Eixo de transmissão: estrada MATTÃO — ARAQUARA.

Um C. I. funcionará em ARAQUARA, a partir das 11 horas; a permanência em MATTÃO será assegurada até ás 12 horas.

c) — Deslocamento do Q. G. — Ver ordem particular.

IV — IDÉA DE MANOBRA.

A idéa do Gen. Cmt. da 2ª D. C. é marchar com as suas Bdas. juxtapostas, de modo a poder realizar, ao S. de ARARAQUARA, um dispositivo de cobertura que lhe permita guardar a linha d'água Corr. AZUL — CHIBARRO — JACARE' GUASSU', em toda a zona de ação da Divisão e, em particular:

1º — oppôr-se, com a maior parte das suas forças, a toda tentativa de passagem do inimigo na zona particularmente perigosa, compreendida entre as alturas a L. de Faz. SANTA ISABEL e a estrada ARARAQUARA — DR. FERRAZ e, em qualquer caso, manter a posse do importante nó de comunicações de ARARAQUARA;

2º — no resto da zona de ação, interdictar, em particular, a passagem de Faz. COQUEIRO e assegurar a ligação com a Bda. Provisória;

3º — vigiar as vias de acesso do inimigo ao flanco L. do dispositivo e oppôr-se a todo movimento adverso que procurar desbordar esse mesmo flanco.

V — DISPOSITIVO DE MARCHA DA DIVISÃO.

As duas Bdas. C. juxtapostas:

4ª. Bda. — a O.;

3ª. Bda. — a L. (com a A., o B. I. M. e o Pel. Eng.)

Límite entre as zonas de marcha das Bdas.: a linha OLARIA BENTO CARLOS — Faz. PERQUITO — P. de CAPÃO DA CRUZ — orlas O. de ARARAQUARA. (incl. para a 4ª. Bda.)

IX — DESCOBERTA. (Como lembrança) —

Ver ordem particular:

a) — 1 Esq. da 3ª Bda. na direcção de S. CARLOS DO PINHAL;

b) — 1 Esq. da 4ª Bda. na direcção de GUARAPIRANGA — RIO BONITO;

c) — 1 Pel. da 3ª Bda. na direcção do Ribeiro das ARARAS.

X — DISPOSITIVO A REALIZAR EM FIM DE MARCHA.

1º — Bdas. juxtapostas:

a) — 3ª Bda. a L. (P. C. M. MARQUES) — dispondo de 1 R. C., do 3º G. A. C., de 2 Cias. e de 1/2 C. M. P. do B. I. M. e do Pel.

SUGESTÕES

A militarisação da Justiça

O Sr. General Ministro da Guerra, em entrevista dada á imprensa ao referir-se á Justiça Militar, focalisou a mais premente de suas necessidades, que é a militarisação.

No momento actual, ao sahirmos duma revolução, quem mais combatido ficou, de todo o organismo nacional, foi o Exercito e, a sua restauração, só se pode esperar com o elevamento da disciplina, unica força de cohesão capaz de congregar seus diversos elementos, juxatapondo-os para soerguel-os.

A disciplina é força que emana da razão, corrente de sympathy reciproca, confiança espontânea, vinculo commun que se torna afiação, subordinação consentida pela voluntariedade; mas estes sentimentos não se tornam consentaneos senão quando assentam numa justiça digna, independente, capaz e opportuna. Ella é o complemento necessário da disciplina. Deste pequeno apparelho, que é a justiça militar, emana as calorias que sustentam as forças armadas da nação, e estas só serão fortes e sadias quando aquele orgão funciona serenamente sem attritos e sem intermitencias.

A sua machinaria tem, presentemente, seus movimentos retardados pela descrença, peças desconjunctadas pela falta de emulação, engrenagens emperradas pela desidia sem repressão e ainda o custo da essencia sobrecarregado pelos cargos superfluos.

Impõe-se uma distribuição mais equitativa das verbas de modo a permitir melhor retribuição

Eng. — desde as alturas a L. de Faz. IZABEL até a estrada (incl.) ARARAQUARA — Dr. FERRAZ.

O Gen. Cmt. da Bda. ligará uma importância especial á organização das suas posições face á direcção de S. CARLOS DO PINHAL, particularmente á interdição da estrada de automovel; fará com que, desde a chegada das tropas, se iniciem os trabalhos de organização do terreno.

A sua A. deverá estar em condições de intervir imediatamente com os seus fogos nas vias de acesso que vêm da direcção de S. CARLOS. Poderá contar com o apoio eventual das reservas divisionárias, que se localizarão na região S. de ARARAQUARA.

A vigilância do flanco L. do dispositivo ficará a cargo da Divisão.

b — 4^a Bda. a O. (P. C. Faz. SALTO GRANDE) — dispondo de todos os seus meios — desde o limite O. da 3^a até a Faz. NIGARA.

O Gen. Cmt. da Bda. ligará uma particular importância:

1) — á interdição da passagem de Faz. COQUEIRO;

2) — á ligação com a Bda. Prov.. Só poderá contar, normalmente, com o apoio das reservas divisionárias, principalmente no que respeita á A., na parte do s/sector a L. do Rib. das CRUZES.

ção aos que mais trabalham e, a estes, que se dê tambem o lenitivo da fagueira esperança, de uma promoção, embora longínqua.

Os altos cargos, até aqui, têm sido tomados de assalto, mesmo nas substituições temporarias, pelos jovens e inexperientes afilhados da política, num crescendo de desesperanças para os velhos servidores, probos e capazes. Aquelles são pagos com prodigalidade e os que mourejam nos pequenos postos, donde não ha como subir, são parcamente remunerados.

Assim é que os auditores de 2^a entrancia têm vencimentos superiores aos de general de brigada e aquelles que os substituem, não sendo os que se lhe seguem no tempo de serviço ou na hierarchia, mas simples supplentes inexperientes, que podem não ter dado qualquer demonstração de seus conhecimentos, passam, não obstante, a ter aquelles vencimentos nababescos, enquanto advogados e escrivães recebem menos que os aspirantes a oficial sem que nada possam aspirar na, para elles, madrasta carreira de um unico posto. Faz-nos lembrar os antigos "boticarios" e artilheiros sem curso, os quaes, nódizer de Dionisio Cerqueira, eram condenados á pena eterna de um galão estreito. Os infelizes sgts. que exercem a trabalhosa função de escrevente veem compungidos, as vagas de escrivão serem preenchidas por civis apadrinhados da política.

Estes e outros achaques serão curados com a medicação acertadamente indicada pelo illustre

2º — Os Cmts. de Bda. assegurarão a vigilância das vias de acesso do inimigo ao S. da linha CHIBARRO — JACARÉ GUASSÚ e instalarão postos nas passagens desses cursos d'agua, afim de impedirem a destruição das pontes por elementos ligérios inimigos.

3º — Reservas Divisionárias: — 1 R. C. da 3^a Bda. (3 Esq.) — FALCÃO;

— 1 Cia. e 1/2 C. M. P. do B. I. M. — Sahida S. de ARARAQUARA;

— 4º G. A. C. — Sahida S. E. de ARARAQUARA.

4º — P. C. D. C. — ARARAQUARA.
Q. G. — Faz. BREJO GRANDE.

5º — Em caso de ataque, as tropas resistirão nas suas posições e nenhum retrahimento será executado sem ordem do Gen. de Divisão.

XI — T. C. Com as unidades.

T. C. e T. E. — os da 4^a Bda. não ultrapassarão a região de VENDA, os do Grosso da Divisão, as orlas N. de ARARAQUARA.

Confere:

Z
Chefe do E. M.

(a) Gen. X.
Cmt. da 2^a D. C.

actual gestor da pasta da Guerra, que consiste na militarização da justiça.

Como contribuição ao alevantado emprehendimento vamos registrar algumas suggestões.

O problema milenário do aproveitamento do sargento pode encontrar aí adeuada solução nas vagas de escriventes, donde, mediante concurso de provas, devem sair os escrivães que, como aspirantes, possam aspirar os postos de officiaes da secretaria do Tribunal, onde não deve perdurar a regra de ser o **melhor título para a nomeação o sobrenome que traz o pretendente**.

A justificativa que podemos apresentar para esta suggestão é a existência, ali, de um exemplar chefe de secção, operoso e competente, que foi sgt. e escrivão de conselhos, como também o aproveitamento que está tendo, como 3º oficial interino, há cerca de três anos, um sargento da tropa, que se tem convenientemente desempenhado de tais funções, como prova sua própria permanência no cargo.

O recrutamento do magistrado militar demanda uma selecção mais cuidadosa, que vá além da simples apresentação da carta de bachelar, como consta dos arts. 31 e 33 do C. J. M.. Ela nada representa ante as funções que o seu portador, como juiz, terá que desempenhar. Esta é a mais melindrosa que a um ser humano pode ser commettida. Emitir juizo seguro sobre acto ou simples intenção de outrem, tendo dum lado a collectividade à cuja confiança deve corresponder e de outro o destino do semelhante a quem julga, não é por certo acção de somenos importância.

Um grande juiz, já disse, que de todas as fatalidades com que o destino lhe tinha infelicitado, a maior fôra a de ser juiz.

A boa applicação da justiça só pode ser feita por quem esteja affeito ao mistério de julgar, conheça bem os códigos, possua um critério justo, tenha doutrina e senso jurídico e possa ter uma imparcialidade quasi absoluta. Esta série de atributos espirituais não pode ser adquirida, apenas, nos bancos académicos, senão nos auditórios, onde a lida com autos, crimes e criminosos os vai desenvolvendo e aperfeiçoando. E, si tanto se quer dum juiz civil, mas se deverá exigir do auditor militar, que não só tem o dever de orientar a sua propria consciência, como também o de esclarecer as questões de direito que se relacionem com o facto sobre cujo julgamento vão se pronunciar os demais membros do conselho. E de tal decisão será, ainda, o prolator, embora della divirja. O grande VON MARCK já dizia com a sua incontestável autoridade, "o juiz civil lastima muitas vezes não poder penetrar mais fundo no meio da existência do criminoso, no fundo de sua consciência, na genese do delicto... Isto não é possível, na justiça militar, senão mediante uma experiência pessoalmente adquirida, graças ao contacto diário e atento das pulsações da máquina militar".

Os "conselhos" só farão verdadeiro julgamento quando se pronunciem com pleno conhecimento de causa, o que não pode assentar, de uma maneira absoluta, nos princípios da moral, senão nos imperiosos dictames das necessidades da disciplina.

E esta, como disse o immortal CAMÕES: "Não se aprende, Senhor, na phantasia, Sonhando, imaginando, ou estudando, Senão vendo, tratando e pelejando".

Devemos dar ao auditor os mais altos postos da hierarquia, mas que elle chegue até aí segundo aquele preceito do Código Argentino "Estes postos serán llenados exclusivamente por ascenso".

Não ha razão, de nenhuma ordem, que justifique, incluir-se, na metade das vagas "quaesquer cidadãos diplomados em direito", como simplória ou maldosamente prescreve o art. 31 do nosso Código. Nada justifica, igualmente, sejam elles substituídos directamente por suplentes recém-formados e de nomeação precária (art. 33). Além de lhes faltarem, normalmente, todos aquelles requisitos que se deve exigir dum julgador, tripudiam por sobre o sagrado direito da antiguidade dos demais membros da justiça, dentro da propria autoria, onde são meros agregados, indo receber vencimentos que aquelles, encanecidos no serviço, não percebem e jamais vencerão. Constituindo, ainda excepção unica no mundo de receberem vencimentos iguais aos dos substituídos.

A parte económica melhor se realça com um exemplo: A actual substituição dum auditor de 2ª entrância sahe por 4.000\$000, enquanto si o suplente fosse, como deve ser, 1º Ten., recebendo, além do que aquelle perder, os seus vencimentos, a diferença será de 3.000\$000 mensais para cada substituição.

Os adjuntos devem entrar, mediante concurso de provas, para o primeiro posto da hierarquia militar, galgando os demais pelo accesso natural até o de capitão, onde outro concurso deve haver, precedido duma rigorosa selecção moral para o oficialato superior, que caberá aos auditores.

Aos officiaes diplomados em direito deve-se permitir a inscrição, dando-se-lhes preferencia em egualdade de condições.

Nas regiões militares onde, pelo maior acúmulo de tropa, haja mais trabalho, convém que os de identica função jurídica ocupem um posto mais elevado na hierarquia militar. Não se deve porém, dentro deste critério, exceptuando a Capital Federal, igualar todos os demais estados. Somos de parecer que sejam as auditórias divididas em 3 entrâncias, sendo a 3ª as da Capital ou 1ª R. M., de 2ª as dos Estados de S. PAULO, MINAS e RIO GRANDE DO SUL, 2ª, 3ª e 4ª regiões, e 1ª entrância as dos demais estados.

Adoptando este critério, foi-nos possível organizar o quadro adeante onde, embora mantendo os actuaes auditores da 2ª entrância com os invejáveis vencimentos de sua equiparação aos juizes federais e, sendo largamente calculado, em 18, o n.º de substitutos, o que corresponde a 2/5 do total, ficando em cada região 1 adj. e 1 suplente, ainda assim restará um saldo de 195.344\$000, que é susceptível de aumento com a supressão dos cargos inuteis. Não se supponha que, para tanto, foi preciso fazer grandes cortes nos vencimentos actuaes, pois com excepção dos auditores e promotores da 1ª entrância, onde ha

uma pequena diminuição, todos os demais cargos são majorados, e aquelles mesmo, serão fartamente recompensados com as garantias oriundas da patente e das promoções que lhes advirão. Estas devem obedecer ao criterio, a partir do 2º posto, de ser metade por antiguidade e outro tanto por merecimento, mediante lista triplice apresentada ao governo pelo Egregio Tribunal, que terá, assim, nesta função, o encargo mais honroso que se lhe poderia dar, o de premiar o mérito dos seus subordinados, elevando os que estejam aptos e mereçam subir e deixando ficar no seu posto os que ainda tenham ahi o que aprender, concorrendo assim para melhor estimular-os e mais alto elevar o conceito da justiça militar, de que é orgão supremo. Esta função, teriam, os Srs. Ministros, que exercel-a, desde já, nas promoções para a nova 2ª entrância. Dum exame perfuntorio no quadro que apresentamos, resalta a independencia das funções heterogeneas, promotores e advogados, que poderão fazer carreira na respectiva os supplentes, por ordem de antiguidade, ás vagas auditor e dahi as de ministro togado.

A primeira classificação seria a do concurso, concorrendo, nessa ordem, as vagas tanto de suplente como as de advogado, escolhendo por desistência a da sua predilecção, mas só se devendo promover á suplente de auditor o adjuncto que conte 2 annos de effectivo exercicio, concorrendo os supplentes, por ordem de antiguidade, ás vagas de promotor.

Os accessos, em cada classe e posto, devem se operar metade por merecimento e métadé por antiguidade dentre as classes e entrâncias sub- e as pares por antiguidade, dentre os auditores de 2ª entrância seriam preenchidas por merecimento e as pares por antiguidade, dentre os auditores de 1ª entrância, e as dahi provenientes podem ser: as de merecimento tanto dentre os promotores como advogados de 3ª entrância e as de antiguidade alternadamente para cada uma dessas classes.

Os actuaes membros da justiça podem ser conservados nos cargos em que se acham, mas ás promoções só devem concorrer aquelles que se habilitem com o concurso correspondente. Desde que existe a justiça militar que se aconselia o concurso, mas aos "empistolados" tem sido mais facil entrar e subir com as reformas irregulares do Código, do que pela fórmula regular dum concurso.

Aquelles que se oppõem á militarização, só um argumento apresentam contr ella: é o da impossibilidade, dizem, dum promotor Capitão dar denuncia e accusar um réo Coronel. Imprócede tal sophisma, pois, em todos os paizes onde a justiça é militarizada aquella impossibilidade não existe, por isto que, na sua função judicial, independem os membros da justiça das autoridades administrativas, mesmo porque todo e qualquer accidente processual, só o Tribunal poderá resolver.

Ao official superior que presida um conselho não caberá nunca impor penas disciplinares, pois os membros leigos só poderão ser punidos pelos seus próprios crnts. e os judiciais pelo Tribunal, cabendo-lhe, apenas, em qualquer dos casos, offi-

ciar dando parte do sucedido. Ele pode, é certo, cassar a palavra, como tambem encerrar a sessão ou fazer retirar-se quem se torne inconveniente a boa ordem dos trabalhos.

Finalmente, justificando-se pela militarização, foi suggestionado que a presidencia do Tribunal Militar seja ocupada eternamente pelo mais antigo dos ministros militares.

Como determinação compulsoria nenhuma vantagem offerece ao criterio actual da eleição, pois nesta a norma sempre foi a da antiguidade, não só no nosso Tribunal, como tambem no Federal e até na Academia de Letras, sendo de notar que, o Tribunal Militar tem levado a tal ponto este seu empenho que, sendo vedado as reeleições, elege para Presidente a quem sabé de ante-mão que renunciará, e para Vice-Presidente, ao mais antigo, que vem a ficar em exercicio.

Ante tão exagerado escrupulo não ha por que tirar-lhe a atribuição. Não se deve legislar senão em these. Foi sempre perigosa a legislação pessoal.

Ao Presidente não cabe apenas as honrarias do alto posto, senão tambem seus encargos, com obrigações e deveres que demandam energias, os quaes nem sempre poderão ser exigidos

1º — Sub-officiaes — Sargentos ajudantes e certa Corte de Justiça foi pelo idoso presidente assignado oneroso contracto que, certo, outrem de lucidez mais perfeita não o assignaria.

Dizer-se que, tal exemplo duma corporação civil não nos poderá aproveitar, devido aos impeciosos dictames da disciplina, é menos exacto, por isso que outra é a doutrina em voga.

A Presidencia da commissão de promoções cabe: não ao mais antigo, e sim, ao Chefe do Estado Maior do Exercito, obedecendo-se ao principio de que, no mais alto posto, isto é, dentre os divisionarios, não ha precedencia senão pela função; pois, argumenta-se, o mais antigo por nenhum outro poderia ser preso ou conduzido. *Mutatis mutandis* ocorreria no Tribunal com o seu presidente perpetuo. Ahi ainda menos razoável será a subordinação ao chefe de classe, quando os ministros já não mais pertencem ao quadro dos officiaes da activa. O Presidente fala e age em nome do Tribunal devendo pois, ser depositario de sua confiança. O Tribunal porém, não poderá continuar solidario com as fraquezas da senilidade quando esta se apresente. Senectus est morbus — a velhice já é doença, afirmavam os latinos

O Tribunal Militar Brasileiro sempre soube honrar as instituições militares, das quaes tem sido incansavel sentinelha e não ha de ser nesta questão de detalhe que lhe devemos dar normas e preceitos, penetrando em disposições que, evidentemente, são de seu Regimento interno. Está na sua alçada e elle deve ser o juiz exclusivo da sua maxima representação. Para com a competencia em si do nosso Egregio Tribunal, devemos seguir aquelle preceito de hermenéutica: — *Odisca a restringencia, benigna amplienda*, — só restrinindo o que lhe possa prejudicar, ampliando tudo o que lhe vá engrandececer.

Proposta para organização do corpo judiciário

FUNCÇÕES	POSTOS	DESPESA PROPOSTA	ORÇAMENTO DE 1930
3 Auditores de 3 ^a . . .	Coroneis	3:000\$000 × 3 × 12 = 108:000\$000	144:000\$000
5 " 2 ^a . . .	Ten. Coroneis	2:500\$000 × 5 × 12 = 150:000\$000	48:000\$000
7 " 1 ^a . . .	Majores	2:000\$000 × 7 × 12 = 168:000\$000	315:744\$000
3 Promotores de 3 ^a . . .	"	2:000\$000 × 3 × 12 = 72:000\$000	69:000\$000
5 " 2 ^a . . .	Capitães	1:500\$000 × 5 × 12 = 86:000\$000	172:800\$000
3 Advogados de 3 ^a . . .	"	1:500\$000 × 3 × 12 = 50:000\$000	25:200\$000
7 Promotores de 1 ^a . . .	1os Tenentes	1:000\$000 × 7 × 12 = 84:000\$000	—
9 Suplentes	"	1:000\$000 × 9 × 12 = 108:000\$000	—
5 Advogados de 2 ^a . . .	"	1:000\$000 × 5 × 12 = 60:000\$000	72:000\$000
7 " 1 ^a . . .	2os Tenentes	750\$000 × 7 × 12 = 63:000\$000	—
9 Adjunctos	"	750\$000 × 9 × 12 = 81:000\$000	400:000\$000
3 Escrivães de 3 ^a . . .	Aspirantes	700\$000 × 3 × 12 = 23:200\$000	23:200\$000
5 " 2 ^a . . .	Sgts. ajudantes	450\$000 × 5 × 12 = 27:000\$000	72:000\$000
7 " 1 ^a . . .	1os Sargentos	360\$000 × 7 × 12 = 30:240\$000	—
		Somma	1.110:440\$000
		Saldo	231:344\$000
			1.341:784\$000

Quadro dos oficiais do corpo judiciário

CLASSE	POSTOS						OBSERVAÇÕES
	Coroneis	Ten. Coroneis	Majores	Capitães	1os Tenentes	2os Tenentes	
Auditores	3	5	7				15
Promotores		3	5	7			15
Advogados			3	5	7		15
Suplentes				9			9
Adjunctos		3	5	10	8	21	63
Somma							

EXISTEM, EM CADA CLASSE, TRES ENTRANCIAS: 1^a, 2^a, e 3^a.

Sargentos Commissionados e Sub-oficiais

Pelo Cap. A. J. CHAVES

Si ha sargentos que foram commissionados em oficiais durante a actual revolução por que fizeram jus a esse premio, ha tambem muitos que não estavam em condições de sel-o, mas pela premença do momento e as vezes até pela balbúrdia da occasião se fizeram oficiais.

O erro cometido em 1924 serviu de exemplo e, sem que fossem pesados os resultados desastrosos daquelles commissionamentos, esse facto se repetiu na revolução de 1930.

O valor de um Exercito se avalia pela formação dos seus quadros. Não é possível que numa época em que os proprios candidatos a sargentos têm de preencher uma série de condições, o ingresso no quadro de oficiais seja facilitado a ponto de tornal-o inefficiente.

Que ascendencia terá um official improvisado sobre um sargento de curso? Nenhuma e em consequencia disso sófrerá a disciplina; já porque o sargento não se submetterá convenientemente as ordens dadas por aquelle official, já porque este vacilará sempre que tenha de tomar decisões em frente do sargento em quem élle não pode deixar de reconhecer maior preparo profissional.

O que vimos de afirmar não é uma suposição, temos visto muitos desses casos e não é raro haver commandantes de companhias que prefiram entregar a instrucção á sargentos vindos da E. S. I. a deixal-a por conta de certos oficiais commissionados.

* * *

Não podemos siquer imaginar que possam os commissionados legalisarem a sua situação e ingressarem no quadro ordinario.

Os commissionados de 1924 estão ahi como um exemplo vivo; destes, poucos conseguiram ingressar nos quadros de combatente, enquanto que muitos têm sido desligados da Escola Militar por falta de aproveitamento ou desistido do curso por reconhecer o superior ás suas forças.

Seria interessante a organização de um quadro estatístico do movimento de officiaes commissionados pela Escola Militar.

Que interesse pode ter a Noção em pagar officiaes que não podem desempenhar suas funções e mantel-los numa actividade ficticia na qual soffre o serviço e soffre a disciplina?

Desde que seja julgado imprescindivel essa despesa como premio aos serviços prestados, será o caso de serem esses officiaes reformados ou aproveitados em funções civis, pois muito poucos tem aptidões para exercer o commando de um pelotão.

* * *

Entretanto parece-nos que ha solução para o caso dos actuaes segundos tenentes commissionados. Assim sugerimos uma das soluções, a qual se nos apresenta como rasoavel. Para tanto bastaria:

1º — Crear um quadro de sub-officiaes.

2º — Incluir nesse quadros os sargentos que fizeram jus ao commissionamento.

3º — Permittir que esses sargentos, portadores de reaes serviços á revolução, após fazerem os seus preparatorios no Collegio Militar, se matriculem no 1º anno do Curso Fundamental sem perda de sua condição de sub-official e sem prejuizo de vencimentos.

Essa ultima medida proposta daria aos capazes possibilidades de se tornarem officiaes e constituiria um meio termo justo, porque — o Governo proporcionaria aos casados a possibilidade de frequentarem o Curso e manterem suas famílias; — exigiria demonstração de capacidade antes da matricula, afim de não pagar vencimentos grandes a alunos incapazes de tirarem si quer o curso preparatorio.

* * *

Feitas as considerações anteriores vejamos como proceder com os actuaes commissionados e como organizar o quadro de sub-officiaes.

E' imprescindivel que haja uma verificação em taes commissionamentos, de modo que só sejam considerados como tendo sido commissionados os sargentos que:

a) — Tivessem essa graduação adquirida normalmente (curso das escolas de sargentos ou concurso para sargento);

b) — Tivessem boa conducta civil e militar;

c) — Tenham de facto prestado reaes serviços.

Isto para excluir aquelles que foram commissionados apenas por um golpe de sorte.

Assim poder-se-ia, após essa revisão:

a) — Dispensar da commissão os que não preencham as condições acima, fazendo-os retrogradar a sua situação anterior ou permittindo-se a baixa do serviço se assim o preferirem.

b) — Dispensar da commissão os commissionados que preencham aquellas condições e inclui-los num quadro de sub-officiaes do Exercito, de que falaremos mais abaixo, como 1º, 2º e 3º sub-officiaes da seguinte forma:

1º — Sub-officiaes — Sargentos ajudantes e 1º Sargentos.

2º — Sub-official — 2º Sargentos.

3º — Sub-officiaes — 3º Sargentos.

QUADRO DE SUB-OFFICIAES

O corpo de sargentos do Exercito, sendo um orgam indispensavel á vida da tropa e ao funcionamento das repartições militares, deverá ser mais amparado pelo Governo Federal, oferecendo-se a esses militares maiores garantias e proveitos pecuniarios.

Assim somos de parecer que esse corpo deverá se dividir em duas categorias:

1º — Sub-officiaes;

2º — Sargentos.

A — O quadro de sub-officiaes composto de acordo com o numero de Sargentos a partir de 2º sargento, necessarios aos corpos de tropa e estabelecimentos militares seráprehendido por promoção feitas no interior do quadro geral, por acto do General Chefe do D. G., mediante proposta das Divisões de armas desse Departamento ou das Directorias de armas.

São condições para ingressar nesse quadro:

a) — Ser 3º Sargento do Exercito;

b) — Ter tres annos de arregimentado naquelle posto;

c) — Possuir o curso das escolas de sargento com o apto para instructor e commandante de pelotão ou secção.

Os 3º sargentos que preencham as condições acima, mas que não possam ser incluidas no quadro de sub-officiaes por falta de vaga, serão por proposta dos chefes de Divisões do D. G. ou Directores de armas, declarados aspirantes a sub-officiaes.

Estes aspirantes a sub-officiaes exercerão as mesmas funções dos terceiros sargentos, mas terão vencimentos maiores que estes, usarão os uniformes e terão todas as regalias e direitos que os sub-officiaes efectivos.

Taes aspirantes, incluidos no Almanack dos sub-officiaes terão acesso ao posto de 3º sub-official de acordo com a classificação obtida nas escolas de sargento; entretanto o primeiro de uma turma só poderá ser promovido depois que o ultimo da turma anterior o tenha sido.

DIREITOS DOS SUB-OFFICIAES

São direitos dos sub-officiaes:

1º) — Não poderem ser rebaixados sob qualquer pretexto;

2º — Trajarem-se civilmente fóra de serviço, e dos quartéis ou estabelecimentos militares.

3º — Serem dimittidos apenas quando condenados no "forum" civil ou militar com pena superior a um anno.

4º — Constituirem um montepio de 200\$000 para suas famílias.

PROMOÇÕES DOS SUB-OFFICIAES

As promoções no interior do quadro de sub-officiaes se farão duas vezes em cada anno de modo a preencher 1/3 das vagas por merecimento e 2/3 por antiguidade.

Annualmente os commandantes de corpos, Directores de estabelecimentos e Chéfes de serviço reunirão os Sub-commandantes e os Cmts. de sub-unidades, ou chefes de secção e atribuirão gráos aos sub-officiaes do corpo ou estabelecimento.

O gráo de cada sub-official será a médio dos gráos dados por aquelles officiaes e expressos de 0 a 10. Essa média será publicada em boletim e averbada nos assentamentos do interessado.

Remettidas as relações de gráos para o Departamento da Guerra esse publicará em boletim do Exercito o resultado da classificação de todos os sub-officiaes.

Na época determinada pela lei serão preenchidas as vagas existentes da seguinte fórmula:

1/3 pelos sub-officiaes que tenham obtido maiores gráos;

2/3 por antiguidade entre o sub-official cujos gráos não sejam inferiores a 5 (cinco)

Os sub-officiaes, cujo gráo seja inferior a 5 (cinco) não poderão ser promovidos, mesmo pór antiguidade e serão divididos em duas categorias:

Sub-officiaes com gráo inferior a 3 (tres); serão reformados administrativamente recebendo um soldo proporcional ao numero de annos de serviço.

Sub-officiaes com gráo entre 3 e 5; continuarão em seus postos e só serão reformados se lhes tocando a promoção por antiguidade deixarem de ser promovidos, durante dois annos consecutivos por não preencherem as condições. (vencimentos proporcionaes ao numero de annos de serviço).

Todo sub-official que num corpo ou estabelecimento obtiver um gráo entre 3 e 5 será

transferido, afim de no anno seguinte ser julgado por outros officiaes.

A classificação geral publicada em boletim do Exercito prevalecerá apenas durante o prazo de um anno.

FORMAÇÃO INICIAL DO QUADRO

a) Os actuaes sargentos commissionados na revolução de 1930 e que após a selecção indicada no inicio deste trabalho forem considerados como merecendo áquelle commissionamento serão incluidos no quadro de sub-officiaes sem mais exigencias. — Suas promoções porém serão feitas de acordo com a norma estabelecida para o Quadro.

b) Os actuaes sargentos do Exercito que preencham as condições previstas para inclusão no quadro de sub-officiaes serão admittidos nesse quadro, nas seguintes condições:

Sargentos ajudantes e 1º sargentos — como 2º sub-officiaes. — sendo aquelles considerados mais antigos do que estes;

2º sargento como 3º sub-official;

3º sargentos como Aspirantes "a sub-officiaes, podendo desde já preencherem as vagas de 3º sub-official, de acordo com as regras estabelecidas para inclusão no quadro.

B — O quadro de sargentos continuará a existir, nas mesmas condições actuaes, sem que contudo possam ser effectuadas **promoções**, afim de que se extingam automaticamente as graduações superiores a de 3º sargento. — Será permitido aos actuaes sargentos, que não preencham as condições tecnicas para ingressar no quadro de sub-officiaes, a matricula nas escolas de sargento sem perda do posto, devendo porém concorrer a entrada no quadro nas mesmas condições que os demais candidatos (iniciando pelo posto de aspirante).

Os terceiros sargentos que daqui por deante sejam feitos na tropa, não poderão se engajar por prazo maior que seis annos, tempo necessário de sua preparação para as escolas de Intendencia; findo esse prazo serão excluidos como sargentos de reserva.

B I B L I O G R A P H I A

Offerecido por seu autor, Dr. Orlando Carlos da Silva, suplente de auditor do exercito, recebemos o "**Código Penal Militar**", por elle commentado e annotado, conforme a legislação vigente e jurisprudencia dos tribunaes, em penosa e opportuna collectanea.

Não se trata, por isso mesmo, de obra exclusiva da "thesoura e gomma arabica", como outros trabalhos no genero, que de seu autor só trazem o proprio nome.

Para sermos justos devemos acrescentar que, após a obra de Macedo Soares, cuja ultima edição data de 1910, nenhuma outra tivemos assim commentada e annotada, senão agora com o meticuloso e proficuo empregamento do Dr. Orlando Carlos da Silva, o qual recommendamos como um auxiliar inestimável, tanto na cadeira de Direito da Escola Militar, como aos nossos camaradas quando membro dum conselho de justiça.